UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

PAOLA ESTRADA

**Neogolpismo na América Latina: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e
do Brasil (2016)**

São Paulo
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

PAOLA ESTRADA

Versão revisada

Neogolpismo na América Latina: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Ciências.

Linha de Pesquisa: Práticas Políticas e Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki
Co-orientador: Lincoln Ferreira Secco

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

E82n Estrada, Paola Neogolpismo na América Latina: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016) / Paola Estrada; orientador Julio Cesar Suzuki. São Paulo, 2019.
173 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. Golpe de Estado. 2. América Latina. 3. Brasil. 4. Paraguai. 5. Neogolpismo. I. Suzuki, Julio Cesar, orient. II. Título.

ESTRADA, P. **Neogolpismo na América Latina**: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016). 2019. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovada em: 05 de agosto de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Julio Cesar Suzuki

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dr.: Sebastião Velasco e Cruz

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Julgamento: _____

Prof. Dra.: Claudete de Castro Silva Vitte

Instituição: Universidade Estadual de Campinas

Julgamento: _____

*À memória de minha mãe,
Rosana Camargo (1957-2019), que me
ensinou a amar e a lutar.*

*Às lutadoras e aos lutadores latino-
americanos, que combateram os golpes
de ontem, e combatem os golpes de hoje.*

AGRADECIMENTOS

Há três anos, ao mesmo tempo que se concretizava um Golpe de Estado no Brasil, eu me dedicava a escrever o projeto de pesquisa que apresentei ao PROLAM. Daquele momento em diante, pude contar com o apoio de muitas pessoas e organizações, que foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho, por isso preciso registrar todos e todas que fizeram parte deste longo processo.

Primeiramente agradeço aos meus pais, que trabalharam muito para que eu pudesse ser a primeira da minha família a concluir uma Universidade Pública, onde me encontrei com a militância que inaugurou meu caminho até aqui. Minha mãe, Rosana, que com uma admirável generosidade, um enorme carinho e um lindo sorriso, sempre me deu apoio incondicional a todas as escolhas que fiz. Meu pai, Hernán, que me deu o sangue latino, o *castellano* e me ensinou o valor da disciplina, do trabalho árduo e da diversão.

Ao meu amado, Ricardo, por ser meu lar e meu farol, por ser meu companheiro nos momentos de alegria, de dores, de derrotas e vitórias, e por ser meu *necio* preferido que segue *soñando travessuras*.

Ao PROLAM, por acolher meu projeto e me presentear um ambiente de pesquisa repleto de pessoas apaixonadas por *Nuestramérica*, onde encontrei tantos filhos de imigrantes latino-americanos que, como eu, estão em busca de suas raízes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki, que desde o início acreditou no meu projeto de pesquisa, sempre fazendo leituras criteriosas ao meu texto e me estimulando a dar passos firmes na vida acadêmica.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Lincoln Secco, que de forma precisa e serena, sempre esteve disposto a ouvir e construir diálogos sobre meu texto.

Aos trabalhadores da Secretaria do PROLAM, sem os quais este programa não existiria, agradeço especialmente ao William, pela solidariedade e apoio que me deu no momento mais difícil que já enfrentei na vida.

Aos colegas e professores do PROLAM e da USP que tive o prazer de conviver, trocar ideias e experiências que muito me ensinaram: Nastasia, Mateus, Gustavo, Amanda, Luciana, Franco, Milena, Judite, Pedro Freitas, Wagner Iglesias, Amaury Gremaud, Márcio Bobik e Feliciano Guimarães.

À Prof. Dra. Tatiana Berringer, pelas bibliografias indicadas e pelas excelentes contribuições que deu a este trabalho, desde a banca de qualificação até hoje.

Ao Prof. Dr. Sebastião Velasco e Cruz e à Prof. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte, por me darem a honra de aceitarem o convite para a banca de defesa da dissertação e pelos excelentes comentários que fizeram ao meu trabalho.

Ao Gustavo Codas (*in memoriam*), estimado companheiro, pelas esclarecedoras conversas, pelo valoroso empréstimo dos livros sobre o Paraguai e pelo apoio imprescindível que me deu para garantir as entrevistas em Assunção.

Ao Marcial Congo, companheiro paraguaio, sem-terra e internacionalista, pela acolhida em Assunção, pelo sorriso largo e pelas ótimas conversas.

Ao Fernando Lugo, que, mesmo com sua agenda atribulada de Senador, teve a gentileza de me receber em sua casa, no aniversário de seis anos de sua deposição e me conceder uma entrevista precisa e esclarecedora sobre o Golpe.

Aos paraguaios Ricardo Canese, Marielle Pallau, Emilio Camacho e Roberto Paredes, por me concederem entrevistas, me presentearem livros, e por representarem os milhares de paraguaios que resistiram ao Golpe.

Aos internacionalistas da Articulação dos Movimentos Sociais da ALBA e da Assembleia Internacional dos Povos, por sua rebeldia em defender a esperança. Agradeço especialmente: aos bravos cubanos e venezuelanos, pelo exemplo diário de fortaleza e resistência; ao Lucas e ao Giovani, pelo companheirismo e retaguarda no dia a dia; ao MST e ao João Pedro Stédile, pela sua admirável coerência e persistência e pela confiança.

Às companheiras e companheiros da Consulta Popular, com quem aprendi a ousadia de tomar partido. Agradeço especialmente ao Aton Fon Filho, companheiro e amigo, por seu exemplo de vida, por me dar direção e me ensinar a lutar contra os golpes de Estado e os golpes da vida.

Aos militantes estudantis, em especial os da FEAB, que me abriram as portas de um novo mundo, no qual descobri o que é luta de classes e de que lado estou nela.

Às minhas irmãs, Daniela e Raissa, e ao meu irmão, Samuel, pelo amor infinito, pela amizade descoberta, pelo apoio diário e por compreenderem minhas ausências.

À minha família bragantina e chilena: avós, tios, primos, cunhados e sobrinhos, que, apesar das distâncias e correrias, estão sempre comigo.

Por fim, agradeço às justiceiras, às bekosas, às lunares e a todas as amigas mulheres que fiz em todos os lugares por onde passei e que carrego sempre comigo, vocês são minha fortaleza para enfrentar o machismo e o patriarcado todos os dias.

Como La Cigarra

*Tantas veces me mataron
Tantas veces me morí
Sin embargo estoy aquí
Resucitando*

*Gracias doy a la desgracia
Y a la mano con puñal
Porque me mató tan mal
Y seguí cantando*

*Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que sobreviviente
Que vuelve de la guerra*

*Tantas veces me borraron
Tantas desaparecí
A mi propio entierro fui
Sola y llorando*

*Hice un nudo en el pañuelo
Pero me olvidé después
Que no era la única vez
Y seguí cantando*

*Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que sobreviviente
Que vuelve de la guerra*

*Tantas veces te mataron
Tantas resucitarás
Tantas noches pasarás
Desesperando*

*A la hora del naufragio
Y la de la oscuridad
Alguien te rescatará
Para ir cantando*

*Cantando al sol como la cigarra
Después de un año bajo la tierra
Igual que sobreviviente*

Composição: Maria Elena Walsh (1973),
Interpretada por: Mercedes Sosa

ESTRADA, P. **Neogolpismo na América Latina**: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016). 2019. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

O termo Neogolpismo tem sido crescentemente utilizado para caracterizar os Golpes de Estado da América Latina no século XXI, em comparação com os Golpes militares ocorridos nas décadas de 1960 e 1970. Desde o ano de 2002, foram ao menos sete tentativas contra governos progressistas, três frustradas – Venezuela (2002), Bolívia (2008) e Equador (2010) – e quatro exitosas – Haiti (2004), Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Todos os casos possuem características, motivações e procedimentos muito similares entre si, que conformam um novo fenômeno a ser estudado. Nesse sentido, o objetivo principal desta pesquisa foi aprofundar a caracterização do Neogolpismo na América Latina através da comparação entre o caso do Paraguai e do Brasil. A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Identificaram-se os seguintes traços comuns nos dois casos: foram antecidos por conflitos entre classes e frações de classe dos dois países; foram liderados por civis, que instrumentalizaram instituições do Estado, tal como o poder legislativo, para conferir aparência de legalidade às destituições arbitrárias; contaram com participação ativa de grandes empresas de comunicação; contaram com participação ativa de grupos de direita locais (tradicionais ou renovados) em conflito com grupos progressistas ou de esquerda; ambos tiveram uma dimensão internacional em comum, com aparente ausência de participação de uma grande potência internacional, ainda que ficou evidente que os governos posteriores aos Golpes promoveram um realinhamento de suas políticas externas aos interesses dos EUA para a América Latina.

Palavras-chave: Neogolpismo. Golpe de Estado. América Latina. Paraguai. Brasil.

ESTRADA, P. **Neogolpismo na América Latina**: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016). 2019. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

The term Neo-coups d'etat has been increasingly used to characterize the Latin American coups d'Etat in the XXI century, in comparison with the Military coups that occurred in the decades of 1960 and 1970. Since 2002, there have been at least seven attempts against progressive governments, three that failed - Venezuela (2002), Bolivia (2008) and Ecuador (2010) - and four successful ones - Haiti (2004), Honduras (2009), Paraguay (2012) and Brazil (2016) -. All cases have characteristics, motivations, and procedures very similar to each other, which conform a new phenomenon to be studied. In this sense, the main objective of this research was to deepen the characterization of Neo-coups d'etat in Latin America by comparing the cases of Paraguay and Brazil. The methodology was based on bibliographical and documentary research and interviews. The following common traits were identified in both cases: they were preceded by conflicts between classes and class fractions of both countries; they were led by civilians, who instrumentalized institutions of the State, such as the legislative branch, to give the appearance of legality to arbitrary oustings; they had the active participation of large communication companies; they had active participation of local right-wing groups (traditional or renewed) in conflict with progressive or leftist groups; both had a common international dimension, with the apparent absence of participation of a great international power, although it was clear that post-coup governments promoted a realignment of their foreign policies to US interests in Latin America.

Keywords: Neo-coups d'etat. Coup d'etat. Latin America. Paraguay. Brazil.

ESTRADA, P. **Neogolpismo na América Latina**: uma análise comparativa do Paraguai (2012) e do Brasil (2016). 2019. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMEN

El término neogolpismo ha sido crecientemente utilizado para caracterizar a los golpes de Estado en América Latina en el siglo XXI, en comparación con los golpes militares ocurridos en las décadas de 1960 y 1970. Desde 2002, hubo al menos siete tentativas contra gobiernos progresistas, tres frustradas: Venezuela (2002), Bolivia (2008) y Ecuador (2010) y cuatro exitosas: Haití (2004), Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016). Todos los casos poseen características, motivaciones y procedimientos muy similares entre sí, lo que conforma un nuevo fenómeno a ser estudiado. En este sentido, el objetivo principal de esta investigación fue profundizar la caracterización del neogolpismo en América Latina a través de la comparación entre los casos de Paraguay y Brasil. La metodología se basó en investigación bibliográfica, documental y entrevistas. Se identificaron los siguientes rasgos comunes en los dos casos: fueron anteceditos por conflictos entre clases y fracciones de clase de los dos países; fueron liderados por civiles que instrumentalizaron instituciones estatales tales como el poder legislativo, para otorgar una apariencia de legalidad a destituciones arbitrarias; contaron con la participación activa de grandes empresas de comunicación y de grupos de derecha locales (tradicionales o renovados) en conflicto con grupos progresistas o de izquierda. Además, ambos tuvieron una dimensión internacional en común, la aparente ausencia de participación de una gran potencia internacional, aunque luego fue muy evidente que los gobiernos posteriores a los golpes promovieron un claro realineamiento de su política exterior a los intereses de EE. UU. en la región.

Palabras Claves: Neogolpismo. Golpe de Estado. América Latina. Paraguay. Brasil.

LISTA DE SIGLAS

AD – Aliança Democrática

ALBA-TCP – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos

ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas

ANR – Associação Nacional Republicana

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAFTA-DR – *Central American - Dominican Republic Free Trade Agreement*

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CODEHUPY – *Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay*

COPEI – Organização Política Eleitoral Independente

CRF – Concentração Revolucionária Febrerista

CSJ – Corte Suprema de Justiça (do Paraguai)

EPP – *Ejército del Pueblo Paraguayo*

INDERT – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra

Mercosul – Mercado Comum do Sul

NAFTA – *North American Free Trade Agreement*

OEA – Organização de Estados Americanos

ONGs – Organizações não governamentais

PLRA – Partido Liberal Radical Autêntico

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

PT – Partido dos Trabalhadores

TLCs – Tratados de Livre Comércio

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. AMÉRICA LATINA NA ORDEM INTERNACIONAL PÓS 1991	21
1.1. Neoliberalismo na América Latina na década de 1990.....	27
1.2. Governos Progressistas na América Latina	29
1.2.1. Venezuela, Bolívia e Equador	30
1.2.2. Nicarágua e Honduras.....	34
1.2.3. Argentina e Uruguai.....	35
1.3. Integração latino-americana: a ALCA, os TLCs, a UNASUL e a CELAC..	37
2. BRASIL, DAS REFORMAS NEOLIBERAIS AO GOLPE DE ESTADO (1989-2016).....	43
2.1. Os governos de Lula da Silva	49
2.2. Os governos de Dilma Rousseff.....	53
2.3. A antessala do Golpe	57
2.4. A Consumação do Golpe no Brasil.....	62
2.5. Notas sobre a resistência e a reação ao Golpe no Brasil	65
3. PARAGUAI, DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO FIM DA HEGEMONIA COLORADA (1989-2008)	69
3.1. Breve introdução histórica.....	69
3.2. O período de transição à redemocratização do Paraguai (1989-1993)	77
3.3. Governos colorados pós-redemocratização (1993-2008)	81
4. PARAGUAI, O GOVERNO DA APC E GOLPE DE ESTADO (2008-2012)	91
4.1. Balanço das principais ações do governo.....	92
4.1.1. Política econômica e políticas sociais.....	92
4.1.2. A política de Reforma Agrária	95
4.1.3. A soberania hidroenergética e a política externa de Lugo	98
4.1.4. Recuperação institucional e combate à corrupção.....	102
4.2. Conflitos políticos na antessala do Golpe	102
4.3. O gatilho do golpe: o massacre de Curuguaty.....	106
4.4. A consumação do golpe no Paraguai.....	115
4.5. A reação e a resistência nacional e internacional ao Golpe.....	123
4.6. Notas sobre o período pós-golpe.....	127
CONCLUSÕES	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
APÊNDICE A - Entrevista com Fernando Lugo, presidente da república do Paraguai (2008-2012).....	153
ANEXO A - Libelo Acusatório contra o Presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo Méndez	165

INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, grande parte da América Latina vivenciou Golpes de Estado,¹ protagonizados por militares e apoiados pelos Estados Unidos, que resultaram em regimes ditatoriais marcados pelas restrições às liberdades democráticas, perseguições, torturas e assassinatos aos seus opositores.

Aquele período é bastante recente historicamente, se considerarmos que parte significativa da geração que combateu tais regimes continua viva, carregando consigo as marcas daqueles tempos e de seu encerramento ao longo da década de 1980.

Logo após o fim das ditaduras e as redemocratizações ocorridas na América Latina, o mundo assistiria o fim da união soviética e da guerra fria em 1991, que para o historiador marxista Eric Hobsbawm (1995, p. 538) marcou o fim de uma era, a era dos extremos, e teve como consequências o reconhecimento dos EUA como a única e grande potência e a suposta ratificação do triunfo permanente do capitalismo e da democracia liberal.

Diante daquele cenário e da brutal expansão da globalização neoliberal ocorrida ao longo dos anos 1990, aquela geração talvez não imaginasse que em tão pouco tempo, já nos primeiros anos do século XXI, a América Latina viveria novamente Golpes de Estado, mas assim aconteceu.

Entre os anos de 2002 e 2016 foram sete tentativas de Golpe de Estado contra presidentes democraticamente eleitos na América Latina, algumas fracassadas – contra o presidente Hugo Chávez Frias na Venezuela em 2002, o presidente Evo Morales na Bolívia em 2008, e o presidente Rafael Correa no Equador em 2010 –, e outras exitosas – contra os governos: de Jean-Bertrand Aristide no Haiti em 2004; de Manuel Zelaya em Honduras em 2009; de Fernando Lugo no Paraguai em 2012; e contra Dilma Rousseff, no Brasil em 2016.

Cada um destes episódios tem sido nomeado de formas diversas, tais como: golpes brandos, golpes à frio, golpes suaves, golpes parlamentares. Desta forma, muitas vezes ficam ocultas as características que todos os casos têm em comum,

¹ Alguns dos principais casos de golpes militares neste período foram: El Salvador (1960); Guatemala e República Dominicana (1963); Brasil (1964); Honduras (1965); Argentina (1966); Panamá (1968); Bolívia (1971); Equador (1972); Chile (1973); Argentina (1976).

o que mais nos interessa, pois identificamos que é justamente nas semelhanças entre os casos que se revela a emergência de um novo fenômeno latino-americano, o **Neogolpismo**.

Este termo tem sido crescentemente utilizado em análises publicadas em periódicos, sendo que Tokatlián (2009, 2012) é o autor que tem fundamentado seu uso a partir de definições bastante sintéticas e precisas sobre as diferenças entre os golpes de Estado recentes e os golpes militares, tais como: a) ocorrem sob formatos e atores diferenciados dos golpes da década de 1960 e 1970; b) são formalmente menos violentos; c) são liderados por civis (com o apoio implícito ou cumplicidade explícita dos militares); d) mantêm certa aparência institucional, não envolvendo necessariamente uma grande potência; e) têm como objetivo resolver, pelo menos inicialmente, um impasse político ou social potencialmente destrutivo.

Tais definições são o ponto de partida desta dissertação. e Ademais, de antemão, chamou muito nossa atenção o fato de todos os presidentes golpeados terem sido de coalizões governistas progressistas. O uso do termo governos progressistas é polêmico, mas optamos por utilizá-lo pois, em que pesem as diferentes características de cada governo, todos tinham em comum a crítica às reformas neoliberais aplicadas ostensivamente na América Latina na década de 1990 e a tentativa de retomar a concepção desenvolvimentista, que assume que o Estado deve cumprir o papel de indutor do crescimento econômico e distribuidor de renda, o que, na prática, resultou na aplicação de diversas políticas econômicas e programas sociais que impactaram positivamente os índices de desenvolvimento humano e reduziram em alguma medida as desigualdades sociais em tais países.²

Ademais, identificamos que nos sete casos há traços em comum em relação aos métodos utilizados nas tentativas de golpe, principalmente em relação: à instrumentalização de instituições do Estado, tais como o poder legislativo e o poder judiciário, no intuito de dar aparência de legalidade e legitimidade às destituições sumárias e arbitrárias; à participação ativa de grandes empresas de comunicação; à participação ativa de grupos de direita locais (tradicionais ou renovados) que em geral escolhem e replicam um conflito específico com o governo, supostamente de forma

² Armando Boito Jr (2018, p. 106) chama tal política de neodesenvolvimentista, sendo que o uso do prefixo **Neo** se justifica em relação à comparação com período de 1930-1980, em que países da América Latina aplicaram políticas desenvolvimentistas. Em outras palavras, “o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”.

legítima e democrática; e à aparente ausência de participação e interferência direta de uma grande potência internacional.

Partindo deste panorama geral, inicialmente nos propusemos a aprofundar o estudo sobre o Neogolpismo através de uma análise comparada entre três casos de Golpes de Estado (Honduras, em 2009; Paraguai em 2012; e Brasil, em 2016), no entanto, em razão do curto tempo estabelecido para encerramento do mestrado e da minha impossibilidade de ter dedicação integral à pesquisa, optamos por afunilar o objeto de estudo, realizando uma análise comparativa entre apenas dois países.

Nesse sentido, nosso objetivo principal foi aprofundar a caracterização do Neogolpismo na América Latina através da comparação entre o caso do Paraguai, em 2012, e do Brasil, em 2016.

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, com investigação exploratória, de fundamentação bibliográfica e documental, apoiada em entrevistas e na leitura de publicações analíticas e documentos oficiais de cada um dos casos.

O primeiro capítulo da dissertação caracteriza o contexto latino-americano pós fim da guerra fria, no qual se assistiu a uma brutal expansão das reformas neoliberais, cujas consequências sociais negativas resultaram na eleição de diversos governos progressistas, sendo que mais da metade destes viria a ser alvo das tentativas de Golpes de Estado mencionadas no início desta introdução. Buscamos realizar uma breve caracterização de alguns governos progressistas, com enfoque principal nos que tiveram protagonismo da fundação da ALBA-TCP, tal como a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Ademais, mencionamos outros mecanismos de integração criados naquele período, como a UNASUL e a CELAC, e a importância histórica que estas iniciativas têm para o nosso subcontinente. Por fim, localizamos as tentativas exitosas de Golpes de Estado no contexto global pós crise econômica de 2008; de emergência de novos pólos no Sistema Internacional – com destaque para a China e a Rússia – ; e de tentativa do imperialismo estadunidense de reposicionar-se política, econômica e militarmente na América Latina.

O capítulo 2 trata do Brasil, nele partimos das reformas neoliberais realizadas na década de 1990 pelos governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), sem nos aprofundarmos em cada governo, mas tratando de forma genérica todo o período em que o Brasil aplicou a cartilha do Consenso de Washington. Tratamos também dos governos petistas de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), considerando as principais

mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil neste período em que a frente neodesenvolvimentista dirigiu os rumos do país. Antes da descrição do *impeachment* de Dilma Rousseff, que em 2016 consumou o Golpe de Estado no país, tratamos dos antecedentes da crise política que culminou no Golpe, com destaque para: as consequências da crise econômica internacional a partir de 2012; as acusações de corrupção seletiva contra lideranças do PT e do governo federal; as mobilizações de junho de 2013; e a entrada da alta classe média, do poder judiciário e do ministério público na cena política.

Utilizamos como referências sobretudo artigos acadêmicos e análises políticas publicadas recentemente no Brasil – entre 2016 e 2019 –, em livros que reúnem diversos artigos. Os principais autores que nos subsidiaram foram: Armando Boito Jr., André Singer, Leda Paulani, dentre outros. Vale destacar que a pesquisa sobre o Brasil antecede o início da elaboração desta dissertação, sendo que a organização do capítulo teve forte influência nas várias interpretações sobre o país baseadas na ótica de parte considerável dos movimentos populares brasileiros.³ Ademais, destacamos desde já estarmos conscientes de que a elaboração do capítulo sobre o Brasil foi prejudicada pela opção que fizemos de aprofundar-nos mais no estudo de caso sobre o Paraguai, por isso ficará evidente aos leitores que há uma desproporção entre a quantidade de partes escritas dos dois países nesta dissertação.

Assim sendo, o estudo sobre o Paraguai se alongou de tal forma que foi necessário dividi-lo em dois capítulos. No capítulo 3 há uma introdução histórica fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, onde abordamos brevemente: o período em que o Paraguai ainda era uma colônia – com um sistema bastante peculiar de exploração da força de trabalho indígena, o sistema de *encomiendas* –, sua independência, a guerra do Paraguai (1864-1870) e a subsequente conformação da Associação Nacional Republicana (ANR), em 1887 – mais conhecida como Partido Colorado –, e o Partido Liberal, em 1890; as primeiras décadas do século XX, que antecederam o Golpe de Estado dado em 1954 pelo militar colorado Alfredo

³ Neste caso, minha vivência pessoal, desde 2004, no Movimento estudantil, na Consulta Popular e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) foram determinantes para elaboração desta síntese. Ademais, participei ativamente dos momentos de mobilização popular ocorridos em São Paulo a partir de junho de 2013 – desde as mobilizações de rua, ao Plebiscito pela Constituinte, às eleições de 2014 e à consumação do Golpe em 2016 –, que junto às diversas bibliografias analíticas sobre o Golpe no Brasil foram fundamentais para sistematizar o texto resultado no capítulo 2.

Stroessner, que permaneceu no poder até 1989, quando se encerrou o longo regime militar paraguaio, inaugurando o período democrático que não encerrou a hegemonia colorada no poder – pelo contrário, entre 1989 e 2008, todos os presidentes paraguaios eleitos eram membros da ANR – até que o país elegeu como presidente, em abril de 2008, o ex-bispo Fernando Lugo, representante de uma coalização ampla denominada Aliança Patriótica pela mudança (APC, da sigla em espanhol), que reuniu principalmente representantes dos movimentos populares e da esquerda paraguaia com os membros do tradicional Partido Liberal, que indicou o vice-presidente de Lugo.

No capítulo 4, partimos de um balanço do governo de Fernando Lugo, realizando uma comparação entre o que foi proposto na campanha eleitoral e o que foi executado no breve período em que Lugo foi presidente, destacamos a importância da ação do governo nas políticas sociais de saúde, na renegociação dos tratados da usina binacional de Itaipú e na política externa rumo à integração latino-americana. Ademais, trouxemos à tona os conflitos políticos ocorridos durante todo o mandato, que tiveram como atores importantes: de um lado, o parlamento paraguaio de maioria colorada, e de outro, os setores sociais ligados ao agronegócio, que se opunham sobretudo às propostas de avanço de uma política nacional de reforma agrária. Sendo que foi justamente o histórico conflito existente no Paraguai entre latifundiários e sem-terra – noconhecido Massacre de Curuguathy ou caso de *Marina Kue*, em que morreram onze camponeses e seis policiais - que funcionou como o gatilho para a que o parlamento paraguaio realizasse o *impeachment* de Fernando Lugo em apenas dois dias, sem nem sequer garantir o direito de defesa do acusado, consumando um Golpe de Estado no dia 22 de junho de 2012.

Para a sistematização dos dois capítulos sobre o Paraguai, foi imprescindível a viagem de campo realizada à Assunção entre os dias 21 e 28 de junho de 2018, na qual adquirimos muitas bibliografias inexistentes no Brasil, tais como os livros de Ricardo Canese e de Lorena Soler, dentre outros. Ademais, tivemos a feliz oportunidade de realizar uma série de entrevistas com lideranças políticas paraguaias, entre elas, o ex-presidente, então Senador, Fernando Lugo, que consta no Apêndice A desta dissertação. Ademais, anexamos o Libelo Acusatório contra Fernando Lugo no Golpe de 2012, pois o mesmo é muito explícito quanto aos interesses em jogo naquele processo.

Por fim, a dissertação contém uma seção de conclusões na qual expusemos a análise comparativa entre os Golpes de Estado ocorridos no Paraguai em 2012 e no

Brasil em 2016, considerando: as diferentes dimensões territoriais, populacionais, econômicas e das estruturas de Estado de cada país; os conflitos políticos que antecederam as destituições; o gatilho que deu início aos *impeachments*; as acusações contra eles e o processo de julgamento; a consumação dos Golpes; a reação e resistência aos Golpes. Ademais, agregamos breves comentários sobre os governos que sucederam os presidentes destituídos.

Apesar da complexidade de comparar dois países com grandes diferenças em relação às suas dimensões territoriais e populacionais, às suas economias e às estruturas dos Estados, identificamos que em relação ao conteúdo da estrutura institucional ambos têm muitas semelhanças entre si, com destaque para o fato das constituições permitirem o *impeachment* contra presidentes da República, conferindo ao parlamento a decisão final sobre a perda do cargo.

Desta forma, ao analisar os processos políticos do *impeachment* de Lugo e de Roussef pudemos chegar a algumas conclusões que certamente merecerão ser aprofundadas em pesquisas futuras. Destacamos aqui duas conclusões interessantes da análise comparativa. Primeiramente, ficou evidente que houve um aprimoramento nas formas de manter a legitimidade institucional dos Golpes de Estado, as brechas deixadas pelo Golpe em Honduras foram evitadas no Paraguai, por suas vez, as brechas deixadas no Paraguai foram evitadas no processo do Brasil, de forma que o último não teve a mesma quantidade de questionamentos (no âmbito nacional e internacional) sobre a sua legalidade ou legitimidade. Em segundo lugar, destacamos que as mudanças de governos decorrentes do Neogolpismo favoreceram claramente o realinhamento de governos latino-americanos à estratégia de política externa dos EUA.

Por fim, esperamos ter outras oportunidades de pesquisar o fenômeno Neogolpista na América Latina, e não somente onde as forças golpistas tiveram êxito, pois estamos convencidos de que entender tais episódios à luz de métodos científicos é uma contribuição fundamental para as forças progressistas latino-americanas que mantêm uma estratégia anti-imperialista, no atual contexto de reposicionamento dos Estados Unidos frente aos novos polos que emergiram na ordem internacional.

1. AMÉRICA LATINA NA ORDEM INTERNACIONAL PÓS 1991

Durante a Guerra Fria, o conflito entre os dois grandes blocos marcou o sistema internacional por quase cinquenta anos, seu fim – em dezembro de 1991, com o decreto do fim do sistema soviético – foi um acontecimento histórico de grandes proporções, pois inaugurou uma nova ordem internacional unipolar, na qual os Estados Unidos se tornaram a única potência mundial hegemônica nos âmbitos militar, econômico, político e cultural. Desde então, o objetivo do projeto imperial estadunidense passou a ser basicamente se manter hegemônico (MONIZ BANDEIRA, 2017a).

Sebastião Velasco e Cruz (2012, p. 2) acrescenta que a grande estratégia dos Estados Unidos pós-Guerra Fria se desdobrou "em dois vetores principais: a universalização da economia de mercado em sua versão norte-americana (a globalização) e o aprofundamento da supremacia militar dos Estados Unidos".

Neste mesmo sentido, Cervolo (2000) afirma que ao longo de toda a década de 1990 foi se estabelecendo um consenso, em esfera planetária, que foi definido ora como *globalização*, ora como *nova interdependência*, ora como *neoliberalismo*. Por isso, é fundamental recuperarmos as origens do pensamento neoliberal e sua definição atual, segundo Perry Anderson (1995), as ideias neoliberais nasceram logo depois da II Guerra Mundial, como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, e foram sustentadas por vários anos por um conjunto de teóricos, tais como Friedrich Hayek e Milton Friedman.⁴

David Harvey (2008) afirma que estes intelectuais eram membros do grupo de *Mont Pelerin* e, apesar de terem obtido apoio financeiro e político ao longo dos anos 1950 e 1960, tiveram pouquíssima influência na política e na academia até a década de 1970. O autor resume o pensamento neoliberal original como:

uma teoria de práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

O pensamento neoliberal começa a ascender como uma prática política e econômica em resposta à crise econômica internacional da década de 1970, mais

⁴ Friedman ganhou o Prêmio Nobel de Economia no ano de 1976.

precisamente após o fim do padrão ouro e a passagem para o dólar (1971), os dois choques do petróleo (1973 e 1979) e o choque dos juros nos Estados Unidos (1979), sendo que as primeiras experiências neoliberais se deram no regime ditatorial chileno do general Augusto Pinochet, e nos governos de Margareth Thatcher, eleita em 1979 como primeira-ministra da Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, eleito em 1980, nos Estados Unidos (HARVEY, 2008).

Desde então o neoliberalismo passou a expandir-se progressivamente e após o fim da Guerra Fria foi propagado como a modernização necessária para a nova era da globalização. De uma teoria, ou de um viés de política econômica, consolidou-se em um estágio de desenvolvimento do capitalismo sustentado pela financeirização (SAAD FILHO, 2011).

A caracterização do neoliberalismo como uma etapa do capitalismo implica em caracterizar quais os níveis do poder do Estado utilizados pelo sistema de acumulação neoliberal. Alfredo Saad Filho (2011) destaca cinco níveis, que resumimos a seguir:

- a) *alocação de recursos domésticos*: a capacidade estatal de realizar essa alocação foi crescentemente transferida para o sistema financeiro internacional, dominado pelas instituições norte-americanas;
- b) *integração econômica internacional*: sob o neoliberalismo passou a ser chamada de globalização o que na prática significou a transnacionalização dos circuitos de acumulação sustentada pela financeirização e pela reestruturação da produção;
- c) *a reprodução do Estado*: a financeirização impôs aos Estados que realizassem políticas sociais restritivas e políticas monetárias e fiscais contracionistas, e o fez sob ameaças contínuas de fugas de capitais e de crises que estas podem gerar;
- d) *a ideologia neoliberal*: produzem-se um conjunto complexo de ideias e uma cultura material particular propagadas através da ação do Estado, tal como no sistema educacional (em todos os níveis) e nos sistemas de seguridade social, mas também fora dele, nos mercados de consumo que envolvem, por exemplo, a indústria cultural e os grandes meios de comunicação, entre outros;

e) *a reprodução da classe trabalhadora*: a reestruturação internacional da produção foi sustentada por diversas medidas jurídicas, tecnológicas, políticas e sociais que impactaram profundamente os padrões de emprego, de salário e de direitos trabalhistas em todo o mundo, financeirizando também a própria reprodução da classe trabalhadora, através do mercado de crédito pessoal e endividamento das famílias, como forma de compensar as reduções reais dos salários e dos direitos.

A expansão do neoliberalismo e das reformas neoliberais se deram no âmbito internacional fortemente ao longo da década de 1990 e, segundo a educadora popular Marta Harnecker (2000), vieram acompanhadas de uma expansão extraordinária dos mercados financeiros no sistema econômico internacional.

No intuito de aprofundar a compreensão de como a globalização neoliberal respondeu à estratégia dos Estados Unidos após a Guerra Fria, nas próximas seções e capítulos veremos como isso se deu na América Latina como um todo e mais especificamente no Brasil e no Paraguai, e como os resultados das reformas neoliberais aplicadas na região se tornaram um fator fundamental para a eleição de governos progressistas.

No que diz respeito ao aprofundamento da supremacia militar dos Estados Unidos após 1991, vale mencionar que, apesar de a América Latina não ter vivido nenhum conflito militar aberto desde 1991, o Haiti foi ocupado militarmente pela Missão das Nações Unidas para a "Estabilização no Haiti" ou *MINUSTAH* (sigla derivada do idioma francês) após o golpe contra o presidente Aristide em 2004. Ademais, segundo o *Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, investigación y cartografía*, até 2015, os Estados Unidos possuíam 39 bases militares fixas na América Latina e 46 bases itinerantes, conforme podemos verificar na Figura 1, evidenciando a ação estadunidense para aumentar sua presença militar na região.

É fato que após o fim da guerra fria os esforços bélicos dos Estados Unidos estiveram concentrados no Oriente Médio, sobre a, embora não seja a região delimitada pela nossa pesquisa, destacamos o episódio emblemático da reação dos Estados Unidos após os ataques às torres gêmeas e ao pentágono, ocorridos em setembro de 2001. Segundo Moniz Bandeira (2017a), aquele episódio serviu de pretexto para que o governo norte-americano elaborasse uma nova forma de guerra,

a guerra ao terrorismo. Para Fiori (2007) esta guerra tem peculiaridades inéditas, pois tem um inimigo principal sem nome, sem território e sem Estado, o que supostamente justificaria a doutrina de guerra preventiva usada pelos Estados Unidos nos bombardeios e invasões ao Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003.

Por suposto que uma nova doutrina militar praticada pelos Estados Unidos impacta também a sua estratégia política e de segurança diante da América Latina, todavia, ao mesmo tempo que se iniciava a guerra ao terrorismo no Oriente Médio e no mundo, a América Latina começava a eleger sucessivos governos progressistas de recorte antineoliberal que se opunham à ousada proposta estadunidense para as Américas, o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), que seria derrotada em 2005.

Figura 1: Mapa de dominação de espectro total

Fonte: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, investigación y cartografía, 2015.⁵

Alguns anos depois de iniciada a guerra ao terror, os Estados Unidos seriam impactados por uma das piores crises econômicas de sua história, que teria efeitos no âmbito internacional a partir de setembro de 2008, com a quebra do grande banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers. Nos primeiros anos após tal episódio, a crise atingiu mais forte e diretamente as economias centrais do sistema

⁵ Mapa dominación espectro completo. **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, investigación y cartografía**, 2015. Disponível em: <http://www.geopolitica.ws/document/mapa-dominacion-espectro-completo/> Acesso em: 29 set. 2019.

internacional (Estados Unidos e principais economias da União Europeia), somente a partir de 2011 e 2012 a crise atinge as economias periféricas no sistema internacional e também as economias emergentes, que num primeiro momento demonstraram grande resiliência à crise.⁶

Desde 2010, as cinco principais economias emergentes do mundo – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – estavam reunidas num bloco internacional que tem como sigla a primeira letra do nome de cada um destes países (em inglês), os BRICS. Mas a emergência de tais países no cenário econômico já vinha de anos anteriores, segundo José Luis Fiori (2007), a partir do ano de 2005 o antigo tripé da economia mundial formado após a Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, Alemanha e Japão) se desfez. Nesse momento, o eixo econômico do sistema mundial já estava completamente refeito com um novo tripé, agora composto pela China, pela Índia e, claro, pelos Estados Unidos.

Além disso, Moniz Bandeira (2017a) chama a atenção para o fato de que, com a crise de 2008, os Estados Unidos passaram de maior nação credora do mundo à maior nação devedora, sobretudo para a China, que detem a maior parte dos títulos da dívida norte-americana.

Muitas economias latino-americanas, exportadoras de *commodities* agrícolas e minerais, haviam diversificado seus parceiros comerciais anos antes da crise, exportando seus produtos não apenas para Estados Unidos e Europa, mas também para a China e para a Índia que, mesmo conectadas ao sistema financeiro internacional e sentindo os impactos da quebra do Lehman Brothers, conseguiram manter os altos investimentos produtivos e compraram *commodities* de países latino-americanos.

No entanto, com a opção chinesa pela diminuição do crescimento econômico e a queda progressiva dos preços das *commodities* no mercado internacional, a partir de 2011 os países da América Latina – e consequentemente os governos progressistas – começaram a sentir fortemente os impactos da crise econômica internacional, com quedas dos índices de crescimento econômico, aumento das taxas de desemprego, aumento dos preços dos alimentos e combustíveis. Neste cenário,

⁶ Sob o aspecto econômico, Saad Filho (2011, p.13) afirma que apesar da crise de 2008 ter abalado a reprodução do sistema de acumulação, esta "não é ameaçada por nenhuma alternativa sistêmica". Portanto, o autor caracteriza a crise do capitalismo como "no neoliberalismo" em contraposição a uma suposta crise do neoliberalismo.

os diversos setores empresariais dos países da América Latina passam a explicitar cada vez mais suas ações políticas para não perderem suas taxas de lucros, o que por um lado se expressa nas pressões para que os governos realizem ajustes fiscais e aprovelem reformas sociais que façam com que as perdas geradas pela crise econômica sejam repassadas ao Estado e às classes trabalhadoras.

Paralelamente ao aprofundamento da crise econômica internacional e ao aumento dos impactos sobre a América Latina, fortaleceram-se dois polos importantes no sistema internacional: a China, já mencionada anteriormente como uma potência econômica, e que vem anunciando seus planos de expansão comercial através da nova rota da seda – que ampliará os investimentos chineses na Ásia, na Eurásia, no Oriente Médio e em países do Continente Africano –, ademais, está no foco da chamada guerra comercial com os EUA; e a Rússia, que se destaca como um novo polo militar, especialmente a partir de 2008, quando colocou em xeque os Estados Unidos e as potências ocidentais, no caso do conflito na Geórgia do Sul, e mais tarde nos conflitos da Ucrânia em 2014 e da Síria em 2015 (MONIZ BANDEIRA, 2017a).⁷

Ante os impactos da crise econômica e da tendência à reorganização do sistema internacional, o imperialismo estadunidense vem se movimentando para manter e expandir sua hegemonia, tentando recuperar a influência perdida sobretudo na América Latina, na Eurásia e no Oriente Médio, assim, empreende um conjunto de ações que tem como objetivo conter o avanço da China, da Rússia e de outros países emergentes no cenário internacional, principalmente os detentores de grandes reservas minerais como o Petróleo. Podemos ver alguns exemplos claros desta política: na imposição de sanções que tentam conter a influência russa na Europa e na Eurásia; na incidência das mudanças de regime da Ucrânia e de outros países daquela região; nos conflitos recentes no Magreb e no Oriente Médio, como a primavera árabe, a guerra na Líbia e a guerra na Síria; nas sanções econômicas impostas ao Irã⁸ (MONIZ BANDEIRA, 2017a).

⁷ A superioridade econômica da China em relação aos Estados Unidos é tema controverso que não teremos como abordar por aqui. Em relação à superioridade militar, é incontestável a supremacia militar estadunidense, ainda que haja dados de crescentes e importantes investimentos militares por parte da Rússia e da China. Ainda que, como Velasco e Cruz (2012, p. 83) destacam, após a crise de 2008, o fracasso da Rodada de Doha e o conflito militar na Geórgia do Sul signifiquem o macrofenômeno de esgotamento da grande estratégia norte-americana, desenhada no fim da guerra fria. Sobre este último tema ver Alex Callinicos (2015) em *As múltiplas crises do imperialismo* e Leo Panitch (2014) em *Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI*.

⁸ E acrescentamos, podemos ver essa política dos Estados Unidos também nas sanções

Neste mesmo contexto é que enxergamos os golpes na América Latina no século XXI, e ainda que por ora não haja indícios concretos sobre o envolvimento direto do governo dos Estados Unidos, é evidente que os governos sucessores do progressismo na América Latina vêm aplicando políticas internas e externas muito mais convenientes aos Estados Unidos que seus antecessores. Vale destacar que não subestimamos o papel dos interesses políticos nacionais em cada um dos países inseridos no fenômeno neogolpista na região, nesse sentido nossa hipótese é que os Golpes de Estado se relacionam diretamente a conflitos entre as classes e frações de classe de cada país, as quais, no caso do Brasil e do Paraguai, serão mais desenvolvidos nos próximos capítulos.

1.1. Neoliberalismo na América Latina na década de 1990

Para entendermos o contexto anterior à eleição de governos progressistas na América Latina, sistematizamos nesta subseção as reformas neoliberais aplicadas nessa região a partir da década de 1990, que na prática consistiu na aplicação da cartilha do Consenso de Washington no âmbito interno dos países, e no âmbito internacional/regional consistiu principalmente nas articulações para a aprovação de acordos e tratados de livre comércio bi e multilaterais.

O Consenso de Washington se trata de um documento resultado de uma reunião de um grupo de economistas realizada na capital dos Estados Unidos em 1989, que sistematizou as dez regras básicas para o ajuste macroeconômico ortodoxo dos países considerados em desenvolvimento. Esse documento continha as principais medidas econômicas neoliberais a serem aplicadas na região. Essas foram impostas aos governos da América Latina pelos organismos multilaterais internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento), e pelo governo dos Estados Unidos, tornando-se uma condição para a realização de empréstimos e para negociação de dívidas dos Estados.

Segundo José Luís Fiori (2007), a crise generalizada da balança de pagamentos vivida na década de 1980 foi o que obrigou os países da América Latina

econômicas impostas à Venezuela, na aliança explícita com os diversos governantes de extrema-direita, ou mesmo neofascistas recentemente eleitos; e também nos Neogolpes aplicados na América Latina.

a aderirem ao ajuste neoliberal que homogeneizaria as políticas econômicas da região, de forma a torná-las desreguladas, ao mesmo tempo que estão subordinadas ao sistema financeiro internacional.

Desta forma, foram liberalizados e desregulados os diferentes mercados (financeiro, monetário, comercial, trabalhista, de terras, de sistema de pensões etc.), assim como ocorreu a retirada do Estado de atividades empresariais, procedendo-se à privatização de empresas públicas (CAMPODÓNICO, 2000).

No âmbito internacional, a promessa para que os países dependentes entrassem na Era da globalização era de que “mercados livres em nível mundial (inclusive mercados financeiros) cuidariam de promover o desenvolvimento econômico para todos, desde que os direitos de propriedade e os contratos fossem garantidos pelo Estado”, conforme destaca Bresser-Pereira (2011, p. 120). Foi com base neste discurso que os Estados Unidos propuseram os Tratados de Livre Comércio (TLCs) no continente americano na década de 1990.

Em 1994 foi assinado o tratado de livre comércio da América do Norte entre Estados Unidos, Canadá e México, cuja sigla em inglês é NAFTA (*North American Free Trade Agreement*).⁹ Em seguida, iniciaram-se os diálogos regionais que propunham a assinatura de um tratado continental, a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas), lançada oficialmente na Cúpula de Miami, em dezembro de 1994.

Após as propostas e aplicações das reformas neoliberais na região, vieram os primeiros resultados. Na primeira metade da década de 1990, mesmo autores críticos ao neoliberalismo, como os organizadores do livro *A opção brasileira* (BENJAMIN et al, 1998), afirmam que os primeiros resultados das reformas foram positivos, assistiu-se à estabilização das moedas nacionais, às quedas das taxas de inflação e à ampliação do poder de compra da população, o que conferiu grande popularidade aos gestores latino-americanos do modelo neoliberal, no entanto, os efeitos perversos do modelo neoliberal não foram tão imediatamente visíveis.

A partir da segunda metade da década de 1990, diversos países da América Latina enfrentaram crises financeiras e sofreram as consequências da desestabilização de suas moedas. Além disso, começaram a sentir os efeitos sociais

⁹ Simultaneamente à implantação do acordo, houve um levante armado do movimento neozapatista mexicano, organizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), esta organização se tornou uma importante referência de luta antineoliberal durante a década de 1990.

das reformas aplicadas com aumentos do desemprego e da pobreza, que somados à retirada de direitos sociais e à precarização de serviços públicos geraram um crescente rechaço popular às políticas e aos governos neoliberais.

Por um lado, para muitos autores, como Ayerbe (2008), Cruz (2012), Barros (2004), as mobilizações sociais antineoliberais foram o principal fator para a eleição de governos com distintas vertentes de esquerda e de recorte antineoliberal na América Latina. Barros (2004) destaca algumas das mobilizações antineoliberais da década de 1990: o levante zapatista no México; as ocupações de terras impulsionadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Brasil; a revolta popular contra a dolarização protagonizada pelos indígenas no Equador; e as manifestações na cidade norte-americana de Seattle contra uma das principais instituições da globalização, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999.

Apesar de mobilizações locais críticas às reformas neoliberais, ao longo da década de 1990 houve várias articulações internacionais entre diversos atores sociais do continente americano: movimentos sociais, organizações sindicais, organizações políticas, setores progressistas da Igreja Católica, ONGs, entre outros. Dentre os diversos processos de articulação, destacamos os setores que inicialmente se reuniam em Cúpulas Paralelas às reuniões da OEA e que no momento seguinte culminariam na Campanha Continental Contra a ALCA,¹⁰ lançada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano de 2002. Essa construiu grandes ações populares por todo o continente até o ano de 2005, quando a proposta foi enterrada em Mar del Plata.

1.2. Governos Progressistas na América Latina

O que temos chamado genericamente de governos progressistas na América Latina diz respeito a um conjunto bastante amplo de governos de esquerda e de centro-esquerda críticos às reformas neoliberais aplicadas pelos governos da região na década de 1990. Tais críticas ocorriam em diferentes medidas, a depender das peculiaridades de cada governo em relação: ao contexto local de cada país; às características dos movimentos e organizações que tornaram possíveis suas eleições;

¹⁰ Sobre a Campanha no Brasil vale conferir a tese de Doutorado da Suylan de Almeida Midlej e Silva (2008), intitulada: *Ganhamos a batalha, mas não a guerra: a visão da Campanha Nacional contra a ALCA sobre a não assinatura do acordo*.

e às políticas internas e externas aplicadas em suas gestões; entre outras diferenças.

Contudo, os governos progressistas tinham duas características em comum: eram críticos ao modelo neoliberal do Consenso de Washington aplicados na região na década de 1990; e na prática tentaram retomar a proposta desenvolvimentista de que o Estado deve cumprir o papel de indutor do crescimento econômico e distribuidor de renda através de determinadas políticas econômicas e programas sociais.

Neste sentido, Armando Boito Jr (2018, p. 106) afirma que foi consolidando-se, sobretudo no Brasil, uma frente política com um programa neodesenvolvimentista, referindo-se a que tais políticas possuem diferenças significativas em relação ao desenvolvimentismo do período 1930-1980, em outras palavras o autor afirma que “o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”.

A partir dessas características gerais optamos por dividir os governos progressistas nos três grandes grupos a se seguir, utilizando os critérios de semelhanças que eles têm entre si no que diz respeito aos processos políticos que culminaram na eleição de governos progressistas e em algumas características das políticas aplicadas por tais governos.

Alertamos que não pretendemos adentrar profundamente nas caracterizações de cada um destes governos, faremos apenas uma breve descrição dos países que foram alvos de tentativas de Golpes de Estado no século XXI. Além dos descritos a seguir, há outros governos da região que são considerados progressistas (como, por exemplo, o governo cubano, o de Michele Bachellet no Chile, e os países do Caribe, parte da Alba e da Petrocaribe¹¹), no entanto não tivemos tempo o suficiente para analisar cada um destes casos.

1.2.1. Venezuela, Bolívia e Equador

Reunimos estes três países em única subseção, pois analisamos que seus

¹¹ Vale destacar que o governo cubano, mesmo sendo fruto de um processo revolucionário anterior às reformas neoliberais da década de 1990, foi um importante foco de resistência a estas políticas na região. Com o fim do sistema soviético, Cuba passou pelo que foi chamado oficialmente de período especial, sem o apoio soviético e com um bloqueio econômico imposto pelos EUA desde 1962, a ilha viveu uma profunda crise econômica, com um grande desabastecimento de produtos. Ademais, nesse período o isolamento político de Cuba aumentou. O país já não participava da OEA desde 1962, quando foi expulsa por iniciativa dos EUA. Também perdeu seus aliados, de experiências revolucionárias, centro-americanas, como foi o caso da Nicarágua.

governos têm em comum: o protagonismo na articulação da ALBA, junto a Cuba; a realização de políticas profundas de democratização do Estado – com as novas constituições –; políticas econômicas e sociais que resultaram em expressiva redução dos índices de desigualdade políticas, sociais e econômicas; e as tentativas frustradas de Golpes de Estado.

Deste grupo, o primeiro país a eleger um governo progressista foi a Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez em 1998 para presidente. Tal fato expressou o fim do *Pacto de Punto Fijo*, assinado em 1958, que foi um período de quatro décadas de revezamento no poder entre duas forças políticas venezuelanas, a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Político Eleitoral Independente (COPEI).

Além disso, segundo Ayerbe (2008), Chávez também simbolizava em grande medida o descontentamento popular com as medidas de liberalização de preços e tarifas aplicadas no país desde a década de 1980, ainda que quando eleito não tinha uma delimitação clara do conteúdo em relação à política econômica, mas desde aquele tempo já se falava em projeto revolucionário bolivariano, que reivindicava o caráter anti-imperialista e anti-holigárquico de Simon Bolívar.

Ademais, é fato conhecido que na campanha eleitoral de 1998, Chávez se comprometeu com a reforma da Constituição do país através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, promessa cumprida meses após sua posse no início de 1999, e que implicou em alterações importantes na estrutura política e econômica da então chamada República Bolivariana da Venezuela, além de representar um amplo processo de participação popular na aprovação da nova constituição.

Desde então, há intensos conflitos entre forças políticas do governo e da oposição venezuelana, dos quais se destaca a tentativa de golpe fracassada em 2002, quando um pequeno grupo de militares venezuelanos sequestra o presidente e monta um suposto cenário de renúncia, empossando como presidente um dirigente político do empresariado venezuelano, Ricardo Carmona, que teve imediato reconhecimento do governo estadunidense. No entanto, o golpe fracassa rapidamente, durando apenas cerca de 48 horas, quando foi revertido por grandes mobilizações populares em favor do presidente Chávez.¹²

¹² O documentário "A revolução não será televisionada" – filmado e dirigido por dois cineastas irlandeses, Kim Bartley e Donnacha O'Briain – mostra cenas reais do golpe fracassado em 2002 na Venezuela, sendo uma fonte muito interessante de informação sobre

Depois do fracasso da tentativa de Golpe, o conflito entre governo e oposição foi crescente e se estende até a atualidade, tendo como marca o amplo apoio social recebido por Hugo Chávez e pelas organizações e lideranças políticas ligadas a ele, que resultaram, além de maioria congressual, em três mandatos presidenciais completos de Hugo Chávez até 2012 – quando ele vence a eleição mas no entanto falece em março de 2013, vítima de um câncer, antes de tomar posse -, e um mandato completo de seu sucessor Nicolás Maduro (entre 2013 e 2018), que foi reeleito e está no início de um novo mandato (2019 - 2023).

Maduro deu continuidade ao projeto de Revolução Bolivariana iniciado por Hugo Chávez, em que se destacaram a prioridade da resolução de questões sociais históricas do país (tal como a erradicação do analfabetismo, a criação de um sistema nacional de saúde, a construção de moradias para a população de baixa renda, dentre outros), ademais os governos bolivarianos da Venezuela têm tido um importante papel na integração regional, sobretudo na criação da ALBA, que será brevemente descrita em uma seção posterior dedicada à integração. Certamente, Nicolás Maduro deu continuidade a este projeto em condições econômicas e políticas internacionais muito mais adversas que seu antecessor, principalmente devido aos efeitos que a queda dos preços do petróleo no mercado internacional – principal produto exportador da Venezuela e fator fundamental para a sua economia – e também pelas mudanças políticas regionais que implicaram na diminuição de aliados ao governo venezuelano, mas não aprofundaremos este tema por ora.¹³

Em dezembro de 2005, os bolivianos elegeram Evo Morales presidente. O líder sindical *cocalero* tornou-se referência de uma ampla convergência de movimentos sociais que vinham desde 2001 protagonizando sucessivas mobilizações populares, principalmente de setores indígenas e camponeses contra privatizações e abertura comercial para empresas estrangeiras, as mais destacadas foram a chamada Guerra da Água em 2001 e a Guerra do Gás em 2003 (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

Duas ações de destaque ocorridas logo após a posse de Morales foram: a nacionalização dos hidrocarbonetos, em janeiro de 2006, com o exército boliviano

o episódio.

¹³ Desde 2015, quando ocorreu a última eleição parlamentar na Venezuela, a ação da oposição interna e externa ao país tem se agravado, com diversas tentativas de desestabilização e derrubada do governo de Maduro, além de sanções econômicas internacionais e ameaças de intervenções militares (supostamente humanitárias) por parte dos Estados Unidos e dos governos aliados a este último.

tomando o controle dos campos de petróleo e gás do país; e, em agosto do mesmo ano, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que seria aprovada em um referendo popular realizado em janeiro de 2009.

Assim como Chávez, Evo Morales também viveu uma tentativa de Golpe fracassada contra seu governo, quando em 2008 líderes opositores ao governo impulsionaram um movimento separatista na região da *medialuna* boliviana, que tem os quatro estados mais ricos em hidrocarbonetos e os maiores produtores de *commodities* do agronegócio boliviano, são eles: Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando. O conflito durou vários meses e resultou em diversos feridos e ao menos 14 camponeses e indígenas mortos por civis armados contrários ao Governo de Evo no estado de Pando. A ofensiva opositora somente se arrefeceu após o posicionamento público dos governos da UNASUL e a expulsão do embaixador dos Estados Unidos no país.

Assim como na Venezuela e na Bolívia, a ascensão de Rafael Correa no Equador foi fruto de um processo de anos de intensas mobilizações populares, que culminaram na sua eleição, e seu governo também teve como marcas: a realização de uma Assembleia Constituinte e uma tentativa de golpe fracassada.

O economista Rafael Correa foi eleito presidente em 2006 e, segundo Paula Klachko e Katu Arkonada (2017), as mobilizações que levaram à sua vitória datam de meados da década de 1990, quando o país viveu massivas mobilizações populares que, dentre outras coisas, resultaram na derrubada de três presidentes. Para se ter uma ideia do impacto dessas mobilizações, em oito anos, entre 1997 e 2005, o Equador teve oito presidentes, sendo que todos os que foram eleitos pelo voto direto a partir de 1996 foram destituídos, destes, três foram derrubados num processo de ampla mobilização popular, são eles: Abdalá Bucaram; Jamil Mahuad e Lucio Gutierrez.

Para Klachko e Arkonada (2017, p. 113) "o movimento indígena foi a coluna vertebral de todos os processos de luta" e foi o apoio deste movimento que tornou possível a eleição do economista Rafael Correa como presidente em outubro de 2006. Logo no início de seu mandato, o Equador aderiu à ALBA e elegeu os deputados que seriam parte da Assembleia Nacional Constituinte, com mandato entre novembro de 2007 e outubro de 2008, para elaborar uma nova Constituição.

A tentativa de golpe frustrada ocorreu em setembro de 2010 e foi protagonizada por manifestações corporativas de policiais que se somaram aos setores de oposição a Correa e tomaram prédios públicos nas principais cidades do país, além de fazer o

presidente refém por onze horas no hospital em que o mesmo cuidava de ferimentos fruto de uma manifestação. O presidente declarou o país em estado de emergência e depois em estado de exceção e denunciou internacionalmente que estava em curso uma tentativa de golpe. As manifestações arrefeceram após a renúncia do chefe nacional da polícia e as declarações de apoio que Correa recebeu do alto comando militar do Equador e dos organismos internacionais regionais, como a OEA, o Mercosul e a UNASUL (KLACHKO E ARKONADA, 2017).

1.2.2. Nicarágua e Honduras

Honduras e Nicarágua foram separados do grupo anterior, pois ainda que sejam os dois principais países da América Central que se somaram à ALBA-TCP e que também foram sido vítimas de tentativas de Golpes de Estados, seus governos progressistas são bastante controversos e, em comparação com os três anteriores, nenhum dos dois realizou mudanças constitucionais ou mesmo mudanças econômicas e sociais tão amplas e profundas quanto às realizadas pela Venezuela, pela Bolívia e pelo Equador.

A Nicarágua elegeu Daniel Ortega como seu presidente em novembro de 2006, sob o lema "Nicarágua cristã, socialista e solidária", que representava a aliança da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), da qual faz parte Ortega, com setores católicos do país. Ele havia sido dirigente do processo revolucionário e de luta armada ocorrido na Nicarágua entre 1979 a 1990, sendo que ele foi o candidato da FSLN derrotado nas eleições de 1990, e nos pleitos gerais subsequentes até ser vitorioso em 2006. O presidente tomou posse em janeiro de 2007 e em fevereiro o país aderiu à ALBA.

Ortega está em seu terceiro mandato como presidente da Nicarágua, seus governos não se destacaram por uma agenda econômica de enfrentamento direto ao neoliberalismo, inclusive teve oposição de setores à sua esquerda no mesmo campo do sandinismo. No entanto é inegável que, assim como nos demais governos progressistas mencionados, houve uma ampliação das políticas sociais no país. Após sua terceira reeleição (2016), na qual teve mais de 70% dos votos, a oposição ao seu governo tomou a forma de vários protestos violentos ao longo do ano de 2018, nos quais os manifestantes pediam sua renúncia, não alcançado este objetivo.

Já Manuel Zelaya, eleito presidente de Honduras em 2005, não tinha a mesma

trajetória que Ortega em organizações de esquerda. Pelo contrário, o político se assumia como um liberal de centro-direita. Apesar disso, o mandatário surpreendeu as forças políticas do país em diversas ocasiões, pois assumiu posturas tidas como progressistas ou de esquerda, o que resultou em conflitos intensos com setores tradicionais da direita hondurenha.

Neste sentido vale destacarmos dois episódios. Primeiramente, quando em 2008 Zelaya decide filiar Honduras à ALBA-TCP. A aproximação com governos assumidamente socialistas, como o cubano e o venezuelano, e a visita de Hugo Chávez a Honduras, geraram uma intensa oposição ao presidente, que foi muito atacado pelos seus adversários. O segundo episódio foi em 2009, quando Zelaya propõe a chamada "Quarta Urna", na qual se pretendia consultar o eleitorado hondurenho a respeito da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A proposta de consulta popular gerou uma crise política que durou meses e desembocou num Golpe de Estado, efetivado na madrugada do dia 28 de junho de 2009. Zelaya foi sequestrado por militares que o levaram de pijamas para uma base militar dos Estados Unidos em Honduras, de onde em seguida foi transportado, contra sua vontade, para a Costa Rica. Horas depois, foi divulgada uma falsa carta de renúncia que gerou um processo de julgamento na Assembleia Nacional. Esse resultou na condenação de Zelaya sem nenhum direito de defesa do acusado. Dessa forma, o então presidente do Congresso Nacional, Roberto Micheletti, assumiu interinamente o Governo de Honduras (CARDOSO, 2016).

Parcelas do poder judiciário, do poder legislativo e dos grandes meios de comunicação foram fundamentais para concretizar o golpe em Honduras. As forças armadas tiveram um papel ativo no Golpe, mesmo não sendo a principal parcela do Estado que protagonizou o processo. A participação militar foi determinante para o rechaço internacional ao Golpe em Honduras e até mesmo o governo de Obama, presidente dos Estados Unidos, e diversos outros governos e organismos internacionais se viram obrigados a se posicionar e reconhecer que houve uma ruptura da ordem democrática no processo de destituição do presidente Zelaya, assim como na sua captura e expatriação (CARDOSO, 2016).

1.2.3. Notas sobre a Argentina e Uruguai

Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai são os quatro países membros

fundadores do Mercosul, com economias de peso para a América Latina e com um papel historicamente central para a integração regional. Os governos progressistas eleitos nestes países no século XXI se diferenciam dos anteriores, pois ainda que tenham aplicado importantes políticas sociais nos marcos de um programa neodesenvolvimentista, houve avanços menores em relação à democratização do Estado e de seus sistemas políticos, ou seja, tampouco se realizaram processos constituintes progressistas. Destes quatro países, dois de seus governos progressistas foram derrubados em Golpes de Estado (Paraguai e Brasil), um sofreu uma derrota eleitoral (Argentina) em 2015¹⁴ e o Uruguai, segue governado pela Frente Ampla. Como teremos capítulos exclusivos dedicados ao Brasil e ao Paraguai, aqui somente comentaremos brevemente os governos progressistas argentinos e uruguaios.

Já durante os sucessivos governos neoliberais, a Argentina vivia uma profunda crise econômica que já se arrastava desde meados da década de 1990 e que em 2001 se transformou na *crisis del corralito*¹⁵, que sequestrou as reservas econômicas das classes médias. Essa desestabilização junto a um forte movimento de trabalhadores desempregados que já vinha construindo ações desde 1996-1997, chamado de *movimiento piquetero*, culminou numa crise política que gerou a renúncia do presidente em dezembro de 2001, e a derrubada de diversos de seus sucessores ao longo do ano de 2002, até que se convocaram novas eleições em abril de 2003, na qual saiu vitorioso Nestor Kirchner (KLACHKO; ARKONADA, 2017).

Diferentemente de Chávez e Lula, que representam a ascensão de uma nova geração de partidos, Nestor Kirchner tinha uma extensa trajetória no peronismo argentino, no Partido Justicialista, no entanto, segundo Ayerbe (2008, p. 191), ele buscou "recompor a credibilidade dos sistemas político e econômico afetados por um quadro de crise de grandes proporções". Dessa forma, e diante de uma situação econômica mais favorável no país, Kirchner pode se aliar aos movimentos de direitos humanos (como as mães e avós da praça de maio) e com parcelas do movimento *piquetero* para ter governabilidade e colocar em prática algumas políticas econômicas importantes, com destaque para a *Lei de Medios*, que regulamentou os meios de

¹⁴ E terá novas eleições em novembro de 2019.

¹⁵ *Corralito*, em português quer dizer cercadinho e, na crise argentina de 2001, referia-se ao decreto do presidente Fernando de la Rúa, que impedia e controlava a retirada de depósitos em contas correntes e poupanças, que poderiam ser trocados por dólares ou transferidos para o exterior do país.

comunicação argentinos.

Após o fim do mandato de Nestor, ele seria sucedido por sua esposa, a então senadora Cristina Kirchner, que venceria a disputa eleitoral para a presidência precisamente no dia 10 de dezembro de 2007, representando a continuidade das políticas progressistas de seu antecessor. Após dois mandatos, a frente comandada por Cristina escolheu Daniel Scioli para concorrer às eleições de novembro de 2015 contra o candidato neoliberal Mauricio Macri, sendo que o último saiu vitorioso.

No caso do Uruguai, um governo progressista ganhou a eleição presidencial com Tabaré Vázquez em 2004, ele era candidato da Frente Ampla Uruguiaia,¹⁶ a qual desde sua fundação em 1971 aglutina as principais organizações e correntes de esquerda do país. A vitória de Tabaré inaugurou um ciclo que seguiu com a vitória do ex-guerrilheiro José Pepe Mujica em 2009, e uma nova eleição de Tabaré em 2014. Os governos da frente ampla foram marcados por reconhecidos avanços em políticas de liberalização do aborto, de comercialização de cannabis, de direitos das populações LGBTs, e também por sua participação ativa nos processos de integração regional, no entanto, no que diz respeito às questões econômicas teve posições controversas ao movimento progressista, sobretudo na assinatura de acordos de livre comércio.

Enquanto o Brasil e a Argentina sofreram expressivos impactos econômicos a partir de 2015, o Uruguai manteve um crescimento ininterrupto ao longo dos 15 anos de governo da Frente Ampla. Anos em que ocorreram vários avanços em políticas sociais, reduzindo o índice de pobreza, e em direitos humanos. No entanto, manteve a ordem macroeconômica neoliberal, renegociando sua dívida com o FMI.

1.3. Integração latino-americana: a ALCA, os TLCs, a UNASUL e a CELAC

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães (2012, n.p):

Na América do Sul, o objetivo estratégico central dos Estados Unidos [...] é incorporar todos os países da região à sua economia. Esta incorporação econômica leva, necessariamente, a um alinhamento político dos países mais fracos com os Estados Unidos nas negociações e nas crises internacionais. O instrumento tático norte-americano para atingir este objetivo consiste em promover a adoção legal pelos países da América do Sul de normas de liberalização a mais ampla do comércio, das finanças e investimentos, dos serviços e de “proteção” à propriedade intelectual através da negociação de acordos em nível regional e bilateral.

¹⁶ A Frente Ampla cumpriu um papel fundamental na resistência à ditadura militar uruguiaia (1973 a 1985), tornando-se a principal referência na luta democrática.

Diante disso, até meados de 2002, os mandatários do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e da Argentina, Fernando de la Rúa (1999-2002), manifestavam-se publicamente a favor da assinatura da ALCA. No entanto, após a eleição de Lula e de Kirchner a situação política se alterou na região.

Sebastião Velasco e Cruz faz uma relação direta entre as crises resultantes das reformas neoliberais, as rebeliões populares e a eleição de governos progressistas que puderam derrotar a ALCA, afirmando que após o seu lançamento em 1994:

[...] a Alca foi abalroada logo em seguida pela crise do peso mexicano e pela rebelião de Chiapas e, mais tarde, pelos efeitos políticos das crises financeiras, que contribuíram fortemente para erodir o apoio da opinião pública às reformas econômicas e abriram o caminho ao governo para grupos de distintas orientações de esquerda em vários países da América Latina (CRUZ, 2012, p. 90)

Diante disso, os Estados Unidos se apressaram em assinar diversos acordos bilaterais de livre comércio na América Latina. Ficava evidente a estratégia de pressão em torno dos países que eram resistentes à assinatura da ALCA.

O primeiro país a assinar um tratado de livre comércio com os EUA foi o Chile, o acordo foi firmado em 2003, no governo de Ricardo Lagos, e entrou em vigor em 2004.¹⁷ Neste mesmo mandato, Lagos assinou acordos de livre comércio com a União Europeia e com a China.

Em 2004, os Estados Unidos conseguiram emplacar um acordo de livre comércio com cinco países da América Central (Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica) e com a República Dominicana, em único acordo, cuja sigla em inglês é CAFTA-DR (*Central American - Dominican Republic Free Trade Agreement*), o acordo foi implementado paulatinamente pelos países signatários entre

¹⁷ CHILE. Subsecretaria de Relaciones Economicas Internacionales. **Tratado de Libre Comercio Chile – Estados Unidos** (edición actualizada). 13 Enero, 2016. Disponível em: <https://www.subrei.gob.cl/2016/01/tratado-de-libre-comercio-chile-estados-unidos-edicion-actualizada/> Acesso em: 30 set. 2019

2005 e 2006.¹⁸

Ao mesmo tempo, já desde o fim dos anos noventa, mas principalmente de 2000 em diante, diversos atores se articulavam contrariamente às reformas neoliberais e em movimentos antiglobalização, protagonizando ações locais e também organizando mobilizações paralelas às Cúpulas das Américas que reunia os chefes dos Estados membros da OEA, que eram chamadas de Cúpulas dos Povos. Essas ações em todo o continente americano culminaram na articulação em torno da Campanha Continental Contra a ALCA, realizada entre 2002 e 2005, reunindo movimentos sociais, partidos, sindicatos, ONGs, igrejas, intelectuais, os quais, além de construírem as campanhas com ações em cada um dos países, agruparam estes atores periodicamente em Encontros Hemisféricos contra a ALCA. Os encontros ocorriam sempre em La Havana, Cuba, já que era justamente o governo Cubano o único das Américas que estava excluído da OEA, onde se realizavam as grandes negociações da ALCA.

Foi neste contexto de avanço de acordos bilaterais de livre comércio, de fortalecimento de uma campanha continental contra a ALCA e da eleição de governos antineoliberais na região, que na IV Cúpula das Américas, realizada em novembro de 2005 em Mar del Plata, os governantes da Venezuela, da Argentina, do Brasil, do Uruguai e do Paraguai (do colorado Nicanor Duarte Frutos) tiveram uma liderança fundamental para barrar a continuidade das negociações sobre a ALCA que se davam no âmbito da OEA, gerando um marco histórico, o enterro da proposta central dos Estados Unidos para a América Latina ao longo da década de 1990.

A Aliança Bolivariana para os Povos de *Nuestamérica* (ALBA) já havia sido lançada anteriormente a este fato – em 2004, por Fidel Castro e Hugo Chávez, como uma contraposição à ALCA. Este mecanismo de integração regional se colocava como uma alternativa à integração regional sob os princípios da solidariedade, da cooperação e da complementariedade. Por essa razão, no ato de seu lançamento, Venezuela e Cuba assinaram um acordo de cooperação em que a primeira forneceria

¹⁸ ESTADOS UNIDOS. Office of the United States Trade Representative. **CAFTA-DR** (Dominican Republic-Central America FTA) – Final text. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/cafta-dr-dominican-republic-central-america-fta/final-text> Acesso em: 30 set. 2019.

petróleo à segunda, e Cuba forneceria profissionais de saúde e de educação à Venezuela.¹⁹ Após novembro de 2005, a ALBA teve adesão de diversos outros países,²⁰ quando foi assinado o Tratado de Comércio dos Povos (TCP), que segue em vigor e que delimita a publicidade do organismo, que se identifica como ALBA-TCP.

Apesar da ALCA ter saído do centro da pauta, a estratégia comercial dos acordos bilaterais teve continuidade. Identificamos os seguintes acordos assinados pelos Estados Unidos: com a Colômbia²¹ e o Peru em 2006; com a América Central e com o Panamá em 2007, sendo que o mesmo começou a vigorar em 2012. Ademais, outros países da região assinaram outros acordos de livre comércio entre si e com outros continentes.²²

Todavia, além da ALBA, os governos progressistas da América Latina foram fundamentais na criação de novos organismos de integração regional, como a UNASUL em 2008 e a CELAC em 2010, além do fortalecimento e da ampliação do já existente Mercosul.

A União de Nações Latino-americana (UNASUL) foi lançada em 2008 com a presença de todas as nações sul-americanas, sem exceção, desde então este órgão foi crucial em alguns episódios políticos ocorridos na região, principalmente quando se posicionou firmemente contra algumas das tentativas de golpe, no caso da Bolívia, do Equador e do Paraguai.²³

¹⁹ O objetivo foi contribuir para certa melhora nas condições econômicas da Venezuela e para a reversão do isolamento político que os cubanos vivenciaram após o fim da união soviética, o acordo também incluía o envio de diversos profissionais cubanos à Venezuela, principalmente nas áreas da educação e da saúde. Esses foram fundamentais para erradicar o analfabetismo no país e estruturar um sistema de atendimento básico de saúde.

²⁰ Atualmente participam da ALBA-TCP os seguintes países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, San Vicente e Las Granadinas, Santa Luzia, San Cristóbal e Neves, e Granada.

²¹ País cujo presidente Álvaro Uribe era aliado público dos interesses dos Estados Unidos na América Latina.

²² Desde então, outros países da América Latina foram assinando acordos de livre comércio entre si, por exemplo, o acordo entre o Uruguai e o México, ou com outros continentes, como é o caso de acordos assinados nos marcos no Tratado Transpacífico e dos acordos com a União Europeia, como o mais recentemente anunciado, em junho de 2019, o acordo entre Mercosul e união europeia.

²³ A UNASUL vem sofrendo um crescente esvaziamento por parte dos governos de direita eleitos na região, desde 2018 diversos governos se retiraram oficialmente, começando por Colômbia e Peru, seguido pelo Equador (que abriga a sede oficial do organismo em sua capital), pela Argentina, pelo Paraguai, e mais recentemente pelo Brasil, o governo de Jair Bolsonaro anunciou no dia 16 de abril de 2019 a saída do país do órgão.

Segundo Arthur Soares (2016, p. 12-13),

[...] a UNASUL mostrou atuação política enfática nas crises da guerra do gás na Bolívia (2008), na insurreição policial envolvendo Rafael Correa, no Equador (2010), no *impeachment* de Fernando Lugo, no Paraguai (2012), no rechaço ao embargo aéreo europeu de Espanha, França, Itália e Portugal ao avião presidencial de Evo Morales (2013), e no apoio ao governo de Nicolás Maduro, durante os protestos de extrema direita, comandados por Leopoldo López (2014).

A criação da ALBA, da UNASUL e da CELAC e a ampliação do Mercosul geraram um feito muito importante na região: a criação de amplos organismos de integração regional sem a presença dos Estados Unidos. O que, de certa forma, permitiu neutralizar a ação intervencionista da política externa estadunidense na América Latina, ainda que temporal e parcialmente.

Por outro lado, vale mencionar que alguns governos da América Latina, começam a articular seu próprio mecanismo de integração regional, e em 2012 lançam a Aliança do Pacífico, como uma iniciativa econômica entre Chile, Peru, Colômbia e México²⁴, mas que certamente também teve uma função política. Mais tarde, em meados de 2018, os governos de direita destes países se juntariam a outros, dentre eles o Canadá, para conformar o chamado Grupo de Lima, que tem atuado sobretudo para atacar a legitimidade do governo de Nicolás Maduro, dentre outras ações.

²⁴ Mais informações na página web oficial: <https://alianzapacifico.net>. Acesso em: 29 set. 2019.

2. BRASIL, DAS REFORMAS NEOLIBERAIS AO GOLPE DE ESTADO (1989-2016)

Segundo a economista Leda Paulani (2006, 2012), o Brasil começou a aplicar oficialmente a agenda programática e reformadora do neoliberalismo no ano de 1989, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello. Entretanto, a autora afirma que ao longo da década de 1980 – quando a economia brasileira foi marcada pela crise da dívida externa e pelas elevadíssimas taxas de inflação²⁵ – se abriram diversas brechas para que as reformas neoliberais fossem aplicadas sem muitas dificuldades posteriormente. Tais brechas referem-se principalmente aos ataques às políticas desenvolvimentistas,²⁶ fundamentalmente em dois elementos de forma simultânea, por um lado se atacavam as intervenções do Estado na economia, por outro se atacavam as empresas estatais, o que possibilitou a ampla difusão dos princípios e valores que conformam o pensamento neoliberal.

Neste mesmo sentido, Armando Boito Jr. (2007) resume o contraste entre as políticas desenvolvimentistas e as políticas neoliberais no trecho a seguir:

[...] o ritmo do crescimento econômico cai, o papel do Estado como empresário e provedor de serviços declina, a prioridade ao crescimento e ao desenvolvimento industrial desaparece, a desnacionalização da economia nacional amplia-se e os direitos sociais e trabalhistas sofrem um processo de redução ainda maior do que aqueles que sofreram durante a fase ditatorial-militar do modelo desenvolvimentista. (BOITO JR, 2007, p. 5).

Assim sendo, no dia seguinte à sua posse, Collor anunciou seu Plano Econômico, o Plano Collor I, que segundo David Maciel (2011, p.102)

anunciou a aurora da era neoliberal, que tinha o combate à inflação apenas como aspecto inicial de um ambicioso processo de redefinição do padrão de acumulação capitalista e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas (MACIEL, 2011, p. 102).

O Plano Collor I estava fundamentado na redução forçada da liquidez como mecanismo de controle da taxa inflacionária, para isso confiscaram os ativos das

²⁵ Paulani (2006, 2012) afirma que nestes planos dos anos 1980 houve uma transição da adoção das políticas econômicas heterodoxas para a adoção da ortodoxia neoliberal, sobretudo no que fez respeito aos planos econômicos elaborados para enfrentar a estagnação econômica, que, por sua vez, fracassaram um a um, culminando na drástica declaração de moratória feita pelo presidente Sarney em 1987. Diante disso, foi se formando um quadro em que a política desenvolvimentista foi duramente atacada.

²⁶ Vale mencionar que a caracterização desenvolvimentista de economia brasileira de 1930 até o fim da década de 1980 é motivo de polêmica e discussões entre diversos pensadores brasileiros, ver Maciel (2011).

contas correntes e aplicações financeiras, atingindo principalmente os pequenos correntistas e poupadores, pois as grandes empresas e grandes aplicadores conseguiram liberar a maior parte de seus ativos. Além disso, o plano determinou: uma reforma monetária, com a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro; o reajuste das diversas tarifas públicas; a proibição de ajustes de preços e salários acima do índice inflacionário; o aumento da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras); a definição da taxa de câmbio pelos critérios de mercado; a liberação das importações; um amplo programa de privatização das empresas estatais, principalmente as de siderurgia e petroquímica/fertilizantes; e uma ampla reforma administrativa, com a extinção de órgãos e com os primeiros cortes de pessoal no funcionalismo público (MACIEL, 2011).

Com menos de um ano de mandato, Collor anunciou um novo plano econômico (Plano Collor II) que passou a adotar uma política neoliberal ainda mais ortodoxa, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, no corte de gastos públicos, na liberalização da área financeira e na renegociação da dívida externa. Estas últimas medidas visavam favorecer a entrada de capitais e a melhora nas relações com o mercado financeiro internacional (GREMAUD; SAES; TONETO JR., 1997).

Sobre a resolução do problema da dívida externa, as primeiras providências tomadas foram:

[...] atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizavam o livre fluxo internacional de capitais. (PAULANI, 2012, p. 92)

Apesar dos Planos do governo de Collor responderem às reformas neoliberais propagadas como única saída aos países em desenvolvimento, no que diz respeito à redução da inflação brasileira, os planos demonstraram-se limitados desde o início (PAULANI, 2012). Ademais, o cenário era de crescimento do desemprego e de rebaixamento da renda salarial. Armando Boito Jr. (2005) destaca que em 1990 a taxa de crescimento do PIB foi negativa, atingindo o elevado e histórico índice de -4,4%, com um crescimento muito tímido em 1991 (1,1%), para cair novamente em 1992 (-0,9%), configurando uma clara recessão econômica.

Neste contexto, de recessão econômica e suas consequências sociais e políticas, se inseriu o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. Segundo

David Maciel (2011, p. 104),

O descontentamento popular e mesmo de diversas frações burguesas manifestou-se vigorosamente já a partir de 1991, levando o governo a um processo progressivo de deslegitimação e de perda de direção política [...]. A partir de 1992, as denúncias contra o esquema de corrupção montado por assessores do presidente, com a sua anuência e para seu benefício pessoal, precipitaram o processo de crise política que culminou no *impeachment*, em dezembro.

O processo de *Impeachment* de Fernando Collor ocorreu no final de 1992, e o mote principal era a acusação de corrupção, no entanto, Collor renunciou ao cargo antes que a denúncia fosse aprovada, e o vice-presidente Itamar Franco assumiu o cargo em seu lugar. Ainda assim o Congresso nacional decidiu seguir o julgamento de Collor, que foi considerado culpado e ficou inelegível por oito anos. David Maciel (2011, p.99) caracteriza este processo como uma disputa entre frações de classe no interior do bloco no poder, pois as contradições geradas pela implantação do projeto neoliberal desencadearam dissensões interburguesas que culminaram na posse de Itamar, todavia, o autor acrescenta que em seguida houve uma "retomada e consolidação nos governos posteriores e a superação dos obstáculos à construção de uma nova hegemonia burguesa, desta vez de feição neoliberal".

Vale recordar que, ainda no governo de Itamar Franco, essa nova hegemonia começou a tomar forma a partir da designação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) como seu Ministro da Fazenda em 1993, ainda com a antiga promessa de acabar com as altíssimas taxas de inflação do país. FHC e sua equipe de economistas elaboram o Plano Real, que se tratava de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes para garantir a estabilização monetária, que segundo Paulani (2012, p. 92) foi uma das "providências fundamentais tomadas pelo governo brasileiro no sentido de viabilizar o ingresso ativo do país na era da financeirização".

Segundo Leda Paulani (2006), o que permitiu a estabilização e a redução da inflação pelo Plano Real foi a volta de divisas aos cofres brasileiros, que só foi possível graças à resolução anterior dos débitos em moratória, o que ofereceu garantia aos rentistas para aplicarem no país, pois também estava aberta a internacionalização do mercado brasileiro de títulos da dívida pública e a liberalização do fluxo internacional de capitais, que ocorreu principalmente através da alteração operada nas chamadas contas CC5.²⁷

²⁷ As contas CC5 são contas exclusivas para não residentes no país, que permitiam, graças

Ademais, o Plano Real foi acompanhado por um processo amplo e crescente de desnacionalização, que atingiu amplos setores da economia, na indústria, no comércio e nos serviços. Para se ter uma ideia deste montante, Luiz Filgueiras (2006) compilou dados que afirmam que entre 1994 e 1998, 55,4% (US\$ 36,3 bilhões) dos investimentos estrangeiros no Brasil foram destinados à compra de empresas brasileiras já constituídas.

Por fim, César Benjamim *et al* (1998, p. 38) acrescenta que o êxito do controle da inflação foi possível devido à "mudança nas condições do sistema financeiro internacional, que ingressou em uma nova fase de liquidez abundante e de busca de oportunidades em mercados não saturados".

Com a estabilização monetária, em março de 1994 FHC se afasta do Ministério da Fazenda para disputar o pleito presidencial, e vence as eleições daquele ano, assumindo a presidência no início de 1995. Seu discurso era de modernização do país e de suas instituições, sendo que na prática isso se demonstraria principalmente através da aplicação de um "ousado e ambicioso plano de privatizações e de uma abertura substancial da economia" (PAULANI, 2006, p. 13), entre outras medidas.

Ao longo do primeiro governo de FHC, foram tomadas uma série de medidas sob a ameaça da volta do fantasma da inflação, que representavam um aprofundamento da ortodoxia neoliberal e passavam pela adoção de uma política monetária de altíssimo juro reais, por um rígido controle fiscal (buscando gerar altos superávits primários) e pela concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes (PAULANI, 2012).

Além disso, neste mandato foram aprovadas diversas leis e emendas constitucionais para garantir os direitos do capital financeiro e para incentivar a entrada de empresas estrangeiras no país, tais como: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que coloca os direitos dos credores acima de qualquer outro direito; a emenda constitucional que isenta os recursos aplicados em bolsas de valores de CPMF; isenção de imposto de renda tanto para a distribuição de lucros de empresas a seus sócios brasileiros ou estrangeiros quanto para as remessas de lucros ao

a uma lei de 1962, a livre disposição de recursos em divisas. Com o Plano Real, o Bacen (Banco Central) abriu a possibilidade de qualquer agente, independentemente de ser ou não residente, enviar livremente recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não residente, que decretou a completa liberdade de enviar recursos para o exterior, criando as bases para a desregulamentação do mercado financeiro e a abertura do fluxo internacional de capitais (PAULANI, 2006, p. 14).

exterior (PAULANI, 2006).

As privatizações deslancharam – empresas de setores essenciais e estratégicos, como as de energia elétrica e as de telefonia, foram vendidas ao capital internacional com dinheiro público (PAULANI, 2006) –, e funcionaram como uma âncora na estratégia de estabilização de preços, pois permitiram, durante o primeiro mandato de FHC, a existência de crescentes déficits na conta de transações correntes do balanço de pagamentos (FILGUEIRAS, 2006).

Foi realizada uma reforma previdenciária que, sob a justificativa de cortar gastos públicos, abriu o mercado previdenciário ao capital privado, impondo o teto de valor reduzido para os trabalhadores do setor privado (PAULANI, 2006, 2012). Também foi realizada uma reforma administrativa, que em síntese abriu portas para a terceirização de serviços públicos, pois permitiu a criação de mecanismos de demissão e contratação de funcionários para além dos concursos, flexibilizando também as relações trabalhistas no setor público (FILGUEIRAS, 2006).

FHC foi reeleito para um segundo mandato de quatro anos (1999-2002), e seu governo começou ao mesmo tempo em que se deflagrou uma crise monetária no México, na Rússia e em alguns países asiáticos, atingindo em cheio o câmbio de diversos países latino-americanos, entre eles o Brasil. Armando Boito Jr. (2007, p. 67) afirma que a crise cambial vivida no Brasil, na transição do primeiro para o segundo mandato de FHC, relacionava-se com o desequilíbrio das contas externas brasileiras, que desde o Plano Real vinha diminuindo drasticamente o nível das reservas internacionais – com o pagamento de dívidas, remessa de lucros e abertura comercial –, provocando uma desvalorização cambial.

Como consequência da crise é mudado o regime cambial do país, que se torna então flutuante, e adota-se o regime de metas inflacionárias, com políticas monetária e fiscal ainda mais rígidas (PAULANI, 2012). Além disso, FHC sinalizou outras mudanças, trocou o Presidente do Banco Central e abandonou a política de déficit na balança comercial, adotando uma política de balança comercial superavitária (BOITO JR., 2007).

No que tange à política fiscal, uma medida adotada após a crise foi o aumento sistemático da carga tributária, que passou de 25% para 37%, como contra face necessária para obtenção de elevados superávits fiscais primários para o pagamento da dívida pública (FILGUEIRAS, 2006). Neste contexto, Armando Boito Jr. (2007, p. 68) ainda afirma que "o saldo positivo na balança comercial e um acordo de

emergência obtido com o FMI passaram a ser os trunfos de que dispunha o segundo governo FHC (1999-2002) para restaurar a confiança do capital financeiro internacional na economia brasileira."

Desta, Leda Paulani (2012, p.93) afirma que

A dependência da economia brasileira em relação à assim chamada poupança externa continuou, no entanto, expressiva, pois, apesar da desvalorização da moeda brasileira imposta pela crise, o elevado diferencial de juros interno-externo impediu um ajuste maior e as transações correntes continuaram negativas.

A abertura da economia durante os governos de FHC teve como consequência a quebra de várias empresas brasileiras e o aumento do desemprego (PAULANI, 2006), além de um processo generalizado de precarização das condições de trabalho e o enfraquecimento da ação sindical, que se voltou cada vez mais para um comportamento defensivo (FILGUEIRAS, 2006).

No entanto, o governo FHC encontrou dificuldades em aprofundar o neoliberalismo no Brasil por conta dos limites impostos pela Constituição Federal de 1988 para as privatizações, mudanças previdenciárias e trabalhistas e enxugamento do setor público. Augusto Buonicore (2017) afirma que

As coisas, no entanto, não transcorreram como pretendia o governo. Os mesmos motivos que levaram a um atraso relativo no início do neoliberalismo no país dificultaram a sua plena execução nos anos FHC. Ou seja: o nível de desenvolvimento e complexidade da economia brasileira e a relativa força do movimento democrático e popular. A outra razão, em geral subestimada, era a própria resistência surgida no interior das classes dominantes. Muitas frações burguesas se opunham a determinados aspectos do projeto neoliberal, que poderiam, no limite, fazê-las desaparecer [...]. Podemos dizer que apenas à fração financeira da burguesia monopolista interessava a aplicação integral e radical do projeto neoliberal. As demais tinham uma relação conflituosa com ele, embora não antagônica (BUONICORE, 2017, p. 118).

Diante das políticas econômicas e sociais de Collor, Itamar Franco e FHC, Armando Boito Jr. (2007) defende que as frações hegemônicas do bloco no poder em todo o período neoliberal foram o capital financeiro internacional, junto ao qual os grandes bancos brasileiros funcionam como a burguesia compradora.

O descontentamento de diversos setores empresariais, sindicais e populares com o segundo mandato de FHC, somado ao desencanto com as promessas da globalização neoliberal e aos compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores (PT), foram, segundo o economista Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017a), alguns dos

elementos que tornaram possível a vitória de Lula nas eleições de 2002.

2.1. Os governos de Lula da Silva

Luiz Inácio "Lula" da Silva, eleito presidente do Brasil em outubro de 2002, destacava-se no cenário político brasileiro desde as greves dos metalúrgicos do ABC paulista na década de 1970, no qual a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) converteu-se no principal condutor político de um amplo movimento que congregava sindicatos urbanos e movimentos rurais, membros de Comissões Eclesiais de Base e Pastorais impulsionadas por setores da Igreja Católica, bem como intelectuais e militantes oriundos de diversas matrizes ideológicas no campo do pensamento de esquerda.²⁸

Lula já tinha concorrido à presidência em 1989, quando havia um nítido crescimento da capacidade de luta da classe trabalhadora, e não saiu vitorioso por pouca diferença com seu adversário. Lincoln Secco (2018) faz uma síntese precisa do período histórico em que a liderança de Lula se converte em verdadeira metassíntese política de um amplo processo de retomada e reorganização popular e unidade das forças de esquerda.

No decênio 1978-1992, a liderança de Lula se construiu ao lado da CUT, MST e PT. O início foi uma onda de greves, recessão e desemprego. O final foi a interferência eleitoral que a Rede Globo perpetrou contra a sua candidatura e uma nova recessão. As greves tinham atingido o cume, mas a esquerda estava sob o impacto internacional da queda do muro de Berlim. Lula soube liderar a Revolução Democrática das "Diretas Já", da Assembleia Constituinte e da eleição de 1989. Mas aquela "revolução dentro da ordem" estancou no quadro das reformas e não transitou à "revolução contra a ordem", para retomar os termos de Florestan Fernandes. Assim, nos anos 1990 o sentido se inverteu. A luta social refluíu, mas o PT cresceu nas instituições. (SECCO, 2018, p.71)

Sobre o mencionado refluxo da luta social na década de 1990, vale pontuar que um parâmetro que pode ser utilizado para avaliar a capacidade de luta e organização das classes trabalhadoras é o índice da quantidade de greves no Brasil, que vem sendo apurados pelo DIEESE²⁹ desde a década de 1980. Os dados afirmam que no

²⁸ Os filmes "ABC da Greve", de Leon Hirszman (1990), e "Peões", de Eduardo Coutinho (2004), contém diversas imagens e discursos interessantes da época.

²⁹ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Seu objetivo é desenvolver

período de agosto de 1988 foram registradas 292 paralisações em todo o país, e no mesmo período de 1989 o número de ocorrências ascendeu a 1.389, na esfera privada. Já nos anos seguintes, esses índices apontam uma queda que se intensifica a partir de 1995, sendo que em 2002 foram registrados apenas 298 movimentos grevistas, tida como a marca mais baixa da primeira década dos anos 2000.³⁰ Nesse sentido, podemos afirmar que Lula foi eleito em 2002 no auge do descenso da luta da classe trabalhadora.

Foi neste contexto que André Singer (2017, p. 21) localiza a eleição de Lula e do PT em 2002, em aliança com um partido de centro-direita (que indicou o empresário José de Alencar como vice-presidente) e com a assinatura da Carta aos brasileiros (como um compromisso de garantias ao capital). Segundo Singer:

Ainda em 2002, [...] Lula tinha menos intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior. Wendy Hunter e Timothy Power notaram que ‘no núcleo de apoio recebido por Lula nas suas quatro tentativas prévias de chegar à presidência, ocorridas entre 1989 e 2002, encontravam-se os eleitores com maior nível de escolaridade, concentrados principalmente nos estados mais urbanos e industriais do Sul e do Sudeste. Em suma, a base social de Lula e do PT expressavam as características da esquerda em sociedade cuja metade mais pobre pendia para a direita’. (SINGER, 2017, p. 21).

Todavia, não há dúvidas de que a vitória de Lula em 2002 foi um fato de imensa proporção histórica, tal como diz Aldo Fornazieri (2018, p. 23),

Na história do Brasil, o poder político e suas formas constitucionais e jurídicas sempre foram produto do trabalho usurpador das elites econômicas e políticas e expressão de seus interesses. Em nenhum momento dos processos fundantes desse poder o povo foi partícipe enquanto sujeito e sempre teve seus interesses e direitos excluídos dos arranjos legais e constitucionais que se efetivaram ao longo do tempo.

No início do primeiro mandato de Lula, as margens políticas de governabilidade eram bem estreitas, pois, junto à base eleitoral de apoio mencionada acima, se somaram: à ausência de maioria parlamentar no Congresso Nacional; e uma

pesquisas que subsidiem as demandas dos trabalhadores. Na sua página web é possível acessar o balanço de greves anuais desde a década de 1980 em diante. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=&comboBuscaDirigida=TIPO%7C1352135159121> Acesso em: 29 set. 2019.

³⁰ Uma vitória eleitoral num período de demissões e fechamento de empresas em que a liderança de Lula ainda não estava assentada no subproletariado e nas parcelas populares de baixa renda.

legislação que protegia as principais regras do neoliberalismo, entre elas a manutenção da política macroeconômica sob o tripé metas de inflação, câmbio flutuante, e superávit fiscal.

Leda Paulani (2006) destaca três elementos fundamentais a respeito da política econômica no primeiro mandato: elevação do superávit primário, para além do exigido pelo FMI (de 3,75 para 4,25% do PIB); um aumento da taxa básica de juros (de 22 para 26,5% ao ano); e um brutal corte de liquidez, através do aumento do compulsório dos bancos.

Por isso, Armando Boito (2018) afirma que Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira³¹ no interior do bloco no poder, sem romper com a hegemonia do capital financeiro internacional.

Contudo, o principal é que, a partir do primeiro governo Lula, foi gradativamente se conformando uma frente política em defesa do crescimento econômico e da renda no Brasil, que reuniu classes sociais e frações de classe muito heterogêneas e assegurou a sustentação dos governos petistas por um longo período. Concordamos com Armando Boito Jr. (2018), que caracteriza o programa dessa frente política como **neodesenvolvimentista**, que em outras palavras significa dizer que é o desenvolvimentismo possível para um governo que não pode e não quis romper com o modelo capitalista neoliberal.

Nesse sentido, muitos autores afirmam que no primeiro mandato de Lula se praticou uma política econômica neoliberal de caráter ortodoxo, no âmbito macroeconômico, e que ainda houve um aprofundamento do processo de financeirização da economia brasileira (BOITO JR., 2007; FILGUEIRAS, 2006; PAULANI, 2006, 2012).

Por outro lado, André Singer (2018) afirma que quando Lula ganhou em 2002 percebeu uma janela de oportunidade para o reformismo fraco e aproveitou a brecha de maneira efetiva. Neste sentido, o autor ressalta as diversas conquistas democráticas e populares que ocorreram ao longo dos governos petistas, que incidiram fortemente na maioria da população, sobretudo das faixas menores de

³¹ Não podemos perder de vista que a fração chamada grande burguesia interna é extremamente heterogênea, permanentemente atravessada de contradições. O setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional, especialmente na questão da taxa de juros e as grandes empresas rivalizam com as empresas de médio e pequeno porte, disputando financiamento subsidiado do BNDES, apenas para citar os conflitos mais evidentes (BOITO JR, 2018).

renda:

Aumentou o valor real do salário mínimo, gerou milhões de empregos, criou o Bolsa Família, o crédito consignado, a Farmácia Popular, a extensão do Benefício da Prestação Continuada (BPC), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Minha Casa Minha Vida (MCMV), promoveu a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a construção de cisternas no semiárido, o reconhecimento dos territórios quilombolas e o incentivo à agricultura familiar, entre outras coisas. Embora mais de 90% dos empregos criados fossem de baixa remuneração, a renda média do trabalho se elevou em cerca de um terço entre 2003 e 2014, também graças a acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores (SINGER, 2018, p. 24 e 25).

Dessa forma, um contingente que estava excluído da sociedade ingressou no mercado competitivo na condição de trabalhadores e consumidores. Isso ocorre por uma somatória de fatores, dentre eles destacamos o papel central da política de reajuste do salário mínimo num período em que se combinaram o crescimento econômico e a baixa inflação, possibilitando a recuperação do salário médio real, a partir de 2004, o que impactou positivamente a redução da histórica desigualdade social brasileira. A relação do salário médio com o salário mínimo caiu de 4,5 para 3 vezes no período, ao mesmo tempo em que o coeficiente de Gini reduziu de 0,59 em 2002 para 0,54 em 2009 (GEBRIM, 2017b).³²

Neste contexto, além da recuperação da capacidade da luta sindical perdida na década de 1990, houve mais conquistas para as classes trabalhadoras. Segundo Armando Boito Jr (2018, p. 31),

em 2003, ocorreram 312 greves e 18% das convenções coletivas e dos acordos assinados entre trabalhadores e patrões estabeleceram um reajuste maior que a inflação passada. Ou seja, 82% dos trabalhadores e patrões permaneceram com salários congelados ou tiveram seus ganhos diminuídos. Após um crescimento contínuo desses dois indicadores, chegou-se no ano de 2013 ao total de 2150 greves, um recorde histórico no Brasil, e ao impressionante escore de 95% das convenções coletivas e dos acordos assinados com reajuste acima da inflação passada.

Embora tenha criado em seu governo as Parcerias Público-Privada (PPPs), em 2004, possibilitando a cessão de atividades estatais ao setor privado, o governo Lula mudou a política de compras do Estado e das estatais brasileiras, priorizando grandes

³² Além disso, os funcionários públicos voltaram a ter reajustes e até aumentos reais. Após o prolongado período de congelamento durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os concursos públicos foram reativados e o sistema de universidade federal se expandiu abrindo mais vagas para os estudantes e para os jovens docentes.

empresas nacionais, como no emblemático caso da indústria naval, que vende à Petrobras, gerando empregos e propiciando o desenvolvimento de tecnologia.

Por sua vez, na política externa dos governos Lula tiveram destaque: a integração regional da América Latina – que avançou através de múltiplas iniciativas, já mencionadas no capítulo anterior; e o papel ativo do Brasil na articulação dos BRICS, que se revelou uma movimentação geopolítica de grande envergadura na história do país, elevando as tensões com os EUA a um novo patamar.³³ Esses dois movimentos foram acompanhados pela evolução de uma política nacional de defesa.

Por fim, destacamos a criação do marco regulatório do petróleo, ocorrida durante o governo de Lula, pois aquela foi a principal medida política que tocou na questão da propriedade e assegurou a soberania sobre as recém descobertas riquezas do pré-sal.³⁴ Como aponta Bercovici (2017, p. 188), "a partir da descoberta do pré-sal, a mesma argumentação utilizada durante a 'campanha do petróleo', na década de 50, foi acionada novamente contra a proposta de garantir uma maior presença do Estado no setor petrolífero".

O presidente Lula encerra o seu segundo mandato em 2010 com 87% de aprovação popular. O ciclo petista se mostrava sólido e com longa perspectiva de duração.

2.2. Os governos de Dilma Rousseff

Prestes a encerrar o segundo mandato de Lula, a então Ministra-chefe da Casa Civil do governo, a economista mineira Dilma Rousseff, foi escolhida pelo PT para ser a candidata à presidência pelo partido. Durante sua juventude Dilma participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira, tendo sido presa e torturada no início da década de 1970. Na década seguinte, Rousseff viveu no Rio Grande do Sul, participando da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e atuando em governos estaduais e municipais principalmente nas áreas de economia e energia. Em 2001, ela se filiou ao PT e participou ativamente no governo federal de Lula, sendo Ministra de Minas e Energia, e posteriormente Ministra-chefe da Casa Civil.

³³ Sobre a política externa do governo Lula, ver: BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa dos governos FHC e Lula**. São Paulo: Apris, 2015.

³⁴ Assegurar tal riqueza de forma soberana foi o elemento central apontado pelo governo Lula para instituir o chamado Fundo Soberano, uma das primeiras medidas de revogação do Governo Temer.

Ela venceu as eleições presidenciais em outubro de 2010, e seu primeiro mandato teve início em primeiro de janeiro de 2011, com a perspectiva de dar continuidade ao programa da frente neodesenvolvimentista que já havia se conformado anteriormente. Durante um breve período, seu governo teve uma boa folga para o sucesso desse modelo, justamente enquanto os impactos da crise econômica internacional não atingiram tão fortemente o Brasil e a América Latina. Assim como nos governos de Lula, o governo de Dilma se propôs a manter-se sob os estreitos limites do tripé da política macroeconômica (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal) e nas mesmas margens da aliança política com as frações de uma burguesia interna, ávida em ampliar seus ganhos, e começaram a surgir os limites desse modelo de governo.

Segundo Leda Paulani (2016, p. 74), inicialmente o governo brasileiro (Lula/Dilma) conseguiu driblar a crise com subsídios aos setores industriais e expansão do crédito ao consumidor, mas os efeitos começaram a se agravar a partir de 2010, quando o país começou a produzir resultados muito ruins do ponto de vista do crescimento, atingindo a taxa de 0,1% em 2014. Desde então, agravaram-se as contradições internas da frente neodesenvolvimentista, somada a uma ofensiva restauradora contra o Governo Dilma por parte dos setores de classe ligados ao campo neoliberal (BOITO JR., 2016; PAULANI, 2016).

Paulatinamente, ampliou-se a capacidade de os setores burgueses imprimirem a direção política da frente que sustentava o governo. Isso ficava claro nas respostas a algumas das exigências da burguesia interna, por exemplo: a política de financiamento do BNDES; a preferência para o produto local nas compras feitas pelo Estado e pelas empresas estatais; a política externa comercial Sul-Sul;³⁵ nas medidas protecionistas moderadas, como as efêmeras reduções na taxa básica de juros e no custo da energia.³⁶

Em cadeia de rádio e televisão, Dilma, em abril de 2012, criticou de forma explícita os bancos, e em seguida determinou que os bancos públicos reduzissem sua

³⁵ Além disso, o aumento das exportações sul-americanas propiciou a acumulação de reservas cambiais e de receitas fiscais, facilitando o resgate de dívidas junto ao FMI, a ampliação da autonomia na gestão das políticas econômicas e a recuperação das importações intrarregionais.

³⁶ No final de 2011, Dilma inicia uma política de redução de juros que chegam a 7,25% em agosto de 2012 e permanecem neste patamar até março de 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros> Acesso em: 23 set. 2019.

taxa de juros, nas palavras de Buonicore (2017, p. 131),

Estava assim declarada guerra a um grupo social (a fração bancária da burguesia) que havia sido um aliado de Lula. A partir daí ocorreu um aumento no ritmo da queda de juros, que desceram de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013. A taxa da Selic chegou a ser a menor desde 1986, quando foi criada. Um processo que se manteve até abril de 2013, quando os juros voltaram a subir.

Ademais, Buonicore (2017) recorda que quanto mais se consolidavam medidas desenvolvimentistas mais a guerra midiática se tornava agressiva. As agências de riscos internacionais anunciavam catástrofes iminentes na economia brasileira, ameaçando com a volta da inflação.

Em dezembro de 2012 a revista britânica *The Economist* defendeu a demissão de Guido Mantega. O *Financial Times*, na mesma linha, condenou a volta do intervencionismo estatal. Essas declarações ajudavam a criar um clima de desconfiança entre os investidores e contribuíam para o aumento das dificuldades econômicas (BUONICORE, 2017, p. 132).

Também em 2012, ocorreram dois fatos importantes que começaram a sinalizar mudanças importantes no cenário político brasileiro como um todo, que segundo Armando Boito Jr. (2018, p. 218) deram início "a ofensiva neoliberal restauradora que [...] sempre teve clareza política e força suficiente para eleger como alvo a conquista do poder governamental". Por um lado, o julgamento por parte do STF (Superior Tribunal Federal) de membros do Partido dos Trabalhadores acusados principalmente de corrupção no processo que ficou conhecido como Mensalão, que já tinha tido um grande efeito midiático em 2006 quando veio à tona, e em 2012, teve grande parte do julgamentos transmitidos ao vivo pelas grandes empresas de comunicação brasileira que exploraram os episódios em grande medida para consolidar uma narrativa de que o PT, e a esquerda como um todo, são o símbolo da corrupção no Brasil. Paralelamente, o PT participou, como de praxe, da disputa pela Prefeitura da cidade de São Paulo e, contra parte dos prognósticos apresentados, venceu a eleição em outubro de 2012 com o professor da USP, Fernando Haddad, tomando posse como prefeito em janeiro de 2013.

A mudança de qualidade do processo político ocorre em junho de 2013, quando as manifestações iniciadas em São Paulo e Porto Alegre contra os reajustes das tarifas de ônibus se expandem para todas as grandes cidades, alastrando-se em

seguida por todo o país.³⁷ Ante a pressão das ruas, num momento tenso, com mobilizações crescentes e com a direita apostando todas as suas fichas em desgastar o governo Federal, a resposta da presidenta Dilma foi extremamente audaciosa, quando em pronunciamento público realizado no dia 24 de junho de 2013 apresentou um conjunto de propostas que denominou pactos, relativos à saúde e à educação, somado à proposta de realização de um Plebiscito para tratar da Reforma Política que sinalizava a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva sobre o sistema político.

O segundo pacto é em torno da construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie os horizontes da cidadania. Esse tema, todos nós sabemos, já entrou e saiu da pauta do país várias vezes, E é necessário que nós, ao percebermos que nas últimas décadas que entrou e saiu várias vezes, tenhamos a iniciativa de romper o impasse. Quero neste momento, propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está (ROUSSEF, 2013).³⁸

A reação contrária à proposta da Constituinte foi imediata, o porta voz da reação, Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal se apressou em declarar que “O Brasil dormiu como se fosse Alemanha, Itália, Espanha, Portugal em termos de estabilidade institucional e amanheceu parecido com a Bolívia ou a Venezuela”.³⁹ Analistas da Rede Globo, Revista Veja, entre outros grandes meios de comunicação, proclamaram que a proposta da presidenta era bolivarianismo e rapidamente propagaram entrevistas de juristas que alegavam a impossibilidade técnica daquela proposta. Por fim, a proposta também foi atacada pelo então vice-

³⁷ Nos debates intensos que os movimentos populares fizeram na ocasião, afirmávamos que desde a retomada democrática no final da década de 70 as manifestações de ruas vinham sendo um monopólio dos setores populares e sindicais. Em junho de 2013, as ruas passaram a ser disputadas por consignas da direita, impulsionadas pelo discurso dos grandes veículos de comunicação. Vale recordar, também, que segundo algumas pesquisas do Instituto DataFolha publicadas à época, sobre o perfil dos manifestantes, identificamos que a base social das manifestações eram majoritariamente composta por jovens das camadas médias urbanas que, sem seus cartazes, expressavam um descontentamento difuso com as políticas sociais do governo e eram facilmente influenciadas pela mídia monopolista.

³⁸ O discurso na íntegra está disponível na página da UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/leia-a-integra-do-discurso-em-que-dilma-propoe-plebiscito-sobre-reforma-politica.htm> Acesso em: 29 set. 2019.

³⁹ HAIDAR, Rodrigo. “Brasil dormiu como Alemanha e acordou como Venezuela”. **Consultoria Jurídica**, 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jun-25/brasil-dormiu-alemanha-acordou-venezuela-gilmar-mendes> Acesso em: 30 set. 2019.

presidente Michel Temer e pelos partidos de oposição ao governo. Pressionada, a presidenta Dilma recuou, e no dia 28 de agosto de 2013, apresentou uma proposta bem mais tímida de convocar um plebiscito para debater temas amplos sobre uma reforma política.⁴⁰

Recuando em sua proposta política, a presidenta Dilma segue apostando em saídas no campo econômico. André Singer (2018, p. 39), ao apontar para o fracasso da tentativa do Governo Dilma em garantir crescimento sustentável com industrialização, aumento de emprego e renda, sustenta a seguinte hipótese:

[...] a presidente apostou em uma coalizão entre industriais e trabalhadores para sustentar uma virada desenvolvimentista. No meio do caminho, a coalizão se desfez, pois os industriais mudaram de posição, deixando afundar a arquitetura que deveria levar o país para fora da arrebentação gerada em 2011 pela recidiva da crise mundial. No lugar da coligação entre capital industrial e trabalho surgiu uma renovada frente única burguesa em torno de plataforma neoliberal, em particular o corte de gastos públicos e as reformas trabalhista e previdenciária (SINGER, 2018, p. 39)

Giovanni Alves *et al* (2017, p.11) conclue que:

[...] em 2013 a classe dominante se recompõe no bloco no poder contra o prosseguimento do PT no governo. O afastamento lento, mas persistente, do PMDB e do PSB da base parlamentar de apoio ao governo Dilma representava o novo humor das elites brasileiras. Os pobres, o subproletariado brasileiro, não cabiam mais no orçamento da República.

2.3. A antessala do Golpe

O acirramento da disputa política no país ficou ainda mais evidente durante a corrida eleitoral que antecedeu o pleito de outubro de 2014. O processo foi marcado por uma alta polarização entre as propostas dos dois principais candidatos: Dilma

⁴⁰ Ao mesmo tempo, as forças progressistas e da esquerda brasileira – articuladas em movimentos populares, sindicatos, partidos, igrejas, dentre outros atores – começaram a preparar uma campanha nacional em defesa de uma Constituinte do sistema político, que culminou na realização de um Plebiscito Popular, em setembro de 2014. Esse consultou a população sobre a proposta de uma Constituinte Exclusiva e Soberana, tendo como resultado a arrecadação de 7.754.436 de votos favoráveis à proposta em todo o Brasil. O Plebiscito da Constituinte produziu uma unidade das forças sociais da esquerda brasileira que não era vista desde o Plebiscito contra a ALCA em 2002, envolvendo mais de 100 mil militantes e ativistas voluntários numa gigantesca ação pedagógica. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/09/plebiscito-por-reforma-politica-tem-adesao-de-quase-8-milhoes-e-resultado-sera-levado-a-brasilia-9996/> Acesso em: 29 set. 2019.

Rousseff defendeu enfaticamente o projeto de desenvolvimento econômico, prometendo manter e ampliar as políticas de distribuição de renda; por sua vez, Aécio Neves, candidato pela coalizão liderada pelo PSDB, propunha um ajuste fiscal e a retomada de reformas neoliberais.⁴¹ O resultado foi obtido após o segundo turno, dando vitória à coalizão liderada pelo PT, que reelegeu Dilma Rousseff como presidenta, tendo Michel Temer, então presidente do PMDB, como seu vice.

Assim que o resultado das urnas foi anunciado, os setores oposicionistas foram ampliando sua agenda de desestabilização do governo via diversos processos judiciais (LEITE, 2015), sendo que logo após as eleições, em dezembro de 2014, o PSDB pede a cassação da chapa de Dilma Rousseff no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).⁴²

Ademais, antes mesmo de tomar posse, Rousseff já fez anúncios sobre a composição de sua equipe ministerial, o que gerou diversas críticas por parte de seus apoiadores. Segundo Paulani (2016, p. 73), “a segunda gestão de Dilma começou sob a égide da política da austeridade, comandada por um prócer do mercado financeiro”. Para a autora este erro foi fatal e derrubou de vez a economia brasileira. Para Boito Jr. (2016, p. 29), a proposta de ajuste fiscal representou um recuo passivo do governo Dilma diante da ofensiva conservadora.

Além da política econômica que onerava os trabalhadores pela crise em curso, tal ajuste contava com decretos que reduziram os direitos trabalhistas e previdenciários, afetando sobretudo os setores de mais baixa renda da sociedade brasileira. Ou seja, a presidenta reeleita sinalizava um abandono de diversos dos compromissos eleitorais assumidos há apenas dois meses antes do início do mandato, segundo Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017b, p. 83):

[...] 2015 não era 2003, mas o governo reeleito aceitou o argumento da oposição de que a desaceleração resultava da perda de credibilidade de um governo não amigável ao mercado e resolveu repetir a mágica da conciliação de opostos e do governo de "união nacional" do início do ciclo lulista. O problema é que, do ponto de vista econômico, essa "conciliação nacional" tinha por base o programa da oposição de direita que acabara de vê-lo derrotado nas urnas. Por que não tinha por base o programa nacional vitorioso?

⁴¹ Ademais, vale destacar que as forças sociais organizadas dos sindicatos, partidos e movimentos, estiveram muito ativas nas ruas durante todo o processo de campanha eleitoral.

⁴² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> Acesso em 29 set. 2019.

Por suposto que isso abalou o apoio das forças progressistas e de esquerda que a apoiaram na sua reeleição, Dilma, ao insistir no caminho do Ajuste Fiscal, persistiu numa armadilha que esvaziou sua capacidade de sustentação. Além do mais, acirraram-se também as contradições internas da frente neodesenvolvimentista, que havia logrado até então conciliar interesses de classes e de frações que outrora pareceriam inconciliáveis. Nas palavras de Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017b, p. 87),

No contexto e na forma como foi feito, o ajuste fiscal teve o efeito oposto ao esperado também no que tange ao apoio empresarial. Os que acreditavam na sua viabilidade em uma recessão se frustravam com o déficit e exigiam ainda mais cortes. Os que pediam cortes talvez não soubessem que eles contribuía para a queda de sua própria renda, e seu descontentamento com o governo também aumentava à medida que a renda caía. Assim, o segundo governo Dilma Rousseff incorreu no custo político de executar a agenda empresarial e conservadora sem com isso, porém, recriar o amplo apoio empresarial gozado no início do primeiro mandato. Ao contrário, o resultado da virada de política econômica foi aprofundar a perda de lucratividade e o descontentamento empresarial e também detonar uma grande perda de oportunidade inclusive em sua base de apoio tradicional.

Assim começou o agitado ano de 2015, sendo que pouco depois, precisamente no mês de março, a alta classe média entrou na cena política, organizando, com apoio explícito dos grandes meios de comunicação nacionais, manifestações de rua em diversas cidades brasileiras (que se repetiram algumas vezes ao longo do ano) pedindo o *impeachment* de Dilma. Entre outras bandeiras, neste contexto é que começam a crescer organizações sociais da direita por fora da institucionalidade tradicional partidária, como por exemplo o Movimento Brasil Livre, o Vem pra Rua, Revoltados On-Line, Estudantes pela Liberdade.

Walter Sorrentino (2017, p. 42-43) destaca que:

Estratos médios tradicionais, em grandes centros urbanos e mesmo da produção rural, ficaram profundamente ressentidos com o projeto e deixaram de se ver representados no governo. Pelo alto, por decréscimo relativo de seus ganhos. Por baixo, devido à ascendência social de novos estratos de trabalhadores que passaram a consumir. Alinharam-se radicalmente na oposição.

Armando Boito Jr (2016, p. 25) analisa que em 2015 começou a explicitar-se mais claramente o que estava em jogo naquela disputa política, era um conflito distributivo entre as diversas classes e frações de classe, pela apropriação da riqueza, no contexto da crise econômica que se aprofundava no Brasil.

O descontentamento e a possibilidade de atrair as várias frações burguesas,

inclusive os setores de burguesia interna que tanto ganharam nos governos petistas, foi ganhando forma e conformando um programa, conforme constata Leda Paulani (2017b, p. 97):

O programa que seria implementado, caso fosse bem-sucedida a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado ao público desde 2015. Tratava-se de Uma Ponte para o Futuro, documento programático produzido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do vice-presidente Michel Temer (também conhecido, por isso, como Plano Temer). A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT.

Ao mesmo tempo em que alguns setores se preocupavam com o programa que seria implementado caso caísse Dilma Rousseff, as grandes empresas de comunicação brasileiras⁴³ realizaram um verdadeiro bombardeio midiático contra o governo dela e contra o PT, nos dois últimos anos que antecedem o golpe. Configurou-se uma atuação uníssona e parcial que exerceu um papel poderoso e sem precedentes para a formação de uma opinião pública favorável.

Outro elemento chave que antecedeu o *impeachment* de Dilma foi a deflagração da Operação Lava Jato, que a partir de março de 2014 envolveu agentes da Polícia Federal, membros do Ministério Público Federal e um Juiz Federal da vara de Curitiba, Sergio Moro.⁴⁴ A operação investigou atos de corrupção entre agentes públicos, principalmente em relação à Petrobras, no entanto, tornou-se um verdadeiro espetáculo midiático contra os governos do PT, suas lideranças e os representantes principais da burguesia interna, as grandes empreiteiras brasileiras. Como definiu Boito (2018, p. 256):

A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada para obter o impeachment da presidente Dilma Rousseff".

⁴³ Destacam-se as Organizações Globo, mas também os veículos do Grupo Abril (Veja), do Grupo Folha (Folha de São Paulo), do Grupo Estado (O Estado de São Paulo), da Editora Três (Isto é), do Grupo Bandeirantes, além da imensa maioria redes de retransmissão radio-televisivas e jornais regionais.

⁴⁴ A partir de junho de 2019, a página do The Intercept Brasil revelou diversas trocas de mensagens entre agentes públicos envolvidos na operação, dentre eles o agora Ministro da Justiça do Brasil, Sérgio Moro, que escancaram a suspeita de que a Operação Lava Jato configurou uma articulada conspiração, cuja dimensão ainda não foi esclarecida neste momento.

Desta forma, a operação Lava Jato, ao mesmo tempo que alimentou as consignas e a mobilização dos setores sociais favoráveis ao impeachment, na prática, impossibilitou o ex-presidente Lula de concorrer às eleições presidenciais de outubro de 2019, sendo que pesquisas de opinião demonstravam que Lula era um dos candidatos favoritos à vitória.

Ademais, a operação veio a ter efeitos econômicos que posteriormente viabilizaram as bases do programa econômico e político das forças políticas que tinham interesse em derrubar Dilma Rousseff do poder. O economista Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017b, p. 87) destaca que

no plano econômico a resistência da Lava Jato a acordos de leniência contribuiu com a queda do preço do petróleo para a crise na cadeia de petróleo e gás, associada à decisão intempestiva da direção da Petrobras de interromper encomendas de empresas denunciadas.

Além do impacto na Petrobrás, a Operação teve consequências diretas sobre as construtoras nacionais. Conforme afirma Moniz Bandeira (2017b, p.21),

As construtoras nacionais foram definitivamente desalojadas do mercado internacional, sem condições de obter dos grandes bancos financiamentos de longo prazo, para obras públicas de maior envergadura no Brasil e em outros países. Essas empresas de construção, indústria naval, máquinas e equipamentos e toda a cadeia produtiva estão paralisadas sem condições de investir, levadas ao limiar da bancarrota e a entregar seus acervos a capitais estrangeiros, a custo muito inferior ao que realmente valem.

A cumplicidade entre os grandes meios de comunicação foi evidente desde o início da operação, como aponta André Singer (2018, p. 247),

A difusão massiva de que havia um esquema 'lulopetista de drenagem de dinheiro público', um 'sistema de favorecimento e negócios construído pelo poder petista' e que a corrupção 'acabou por se tornar um método' não poderia deixar de ter efeito no público de classe média.

Finalmente, os vazamentos privilegiados para órgãos de imprensa, a articulação com manifestações de rua pressionando as decisões dos tribunais superiores e as delações premiadas transformam a operação Lava Jato na peça fundamental do processo do *impeachment* contra Dilma em 2016, gerando uma verdadeira jurisdição de exceção. Nas palavras de Thomas Bustamante (2017, p. 139-140),

Desde a sua raiz, a estratégia da operação que se pauta por um alinhamento entre a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o

próprio Poder Judiciário – é a de basear a acusação em delações premiadas obtidas por meio de prisões arbitrárias de natureza cautelar, normalmente decretadas em nome de premissas vagas como a defesa da "ordem pública", as quais funcionam como uma forma de coação para a extração de delações utilizadas como base para prisões futuras.

O jurista Afrânio Silva Jardim (2017, p. 118) acrescenta que a Operação Lava Jato foi consequência de uma estratégia

previamente engendrada por alguns de seus protagonistas, que se valeram de experiências estrangeiras e, quem sabe, receberam informações sigilosas dos Estados Unidos, interessados em fragilizar o nosso sistema econômico e os partidos políticos vinculados ao pensamento de esquerda.

O tema da corrupção foi um elemento central para mobilizar a classe média no processo que consumou o Golpe no Brasil, em 2016⁴⁵, como define Boito Jr. (2018, p. 264-265):

A classe social que mantém uma relação unívoca de rejeição à corrupção percebida como mal absoluto da sociedade capitalista é a classe média. É o mal absoluto e que exige apenas uma correção jurídica e moral. Tal postura provém da condição econômica e da ideologia meritocrática que a caracterizam. Para a classe média, a organização social capitalista só precisa de um reparo: o critério do mérito individual deve reinar sempre. O meritocratismo é uma ideologia que valoriza o trabalho não manual e estigmatiza o trabalho manual. As diferenças individuais de dons e méritos de cada um.

2.4. A Consumação do Golpe no Brasil

Conforme vimos, o cerco político contra o PT e contra Dilma Rousseff começa a se esboçar em 2013, se agudiza com a disputa eleitoral de 2014 e ganha força ao longo de 2015, com as mobilizações da alta classe média, com ações simultâneas do poder judiciário, de setores do funcionalismo público e da grande mídia, com foco na operação Lava Jato, cujas contínuas ações buscavam construir a imagem de uma imensa teia de corrupção que havia se apoderado do governo.

Neste contexto, por mais que os partidos da oposição ao governo no poder legislativo e as mobilizações de rua amplificadas pela mídia conseguissem divulgar a proposta de *impeachment*, nenhuma denúncia de corrupção envolvia a presidenta Dilma Rousseff. Portanto, na medida em que a Constituição Federal exige o

⁴⁵ Assim como no golpe militar de 1964.

cometimento de um crime de responsabilidade para configurar a hipótese de um *impeachment*, tratava-se, segundo o juiz Marcelo Semer (2016, p. 107) "da pena à procura de um crime."

O deputado Eduardo Cunha, eleito presidente da Câmara dos Deputados por dois anos – 2015 e 2016 – teve, desde o início de sua gestão, uma clara postura de hostilidade e enfrentamento com o governo, ele foi o responsável pelas chamadas pautas-bomba, que geravam gastos e minavam o ajuste fiscal proposto por Dilma. Aldo Fornazieri (2017b, p. 56) destaca o papel do personagem Eduardo Cunha como decisivo no processo de impeachment e aponta o que considera um erro fatal do PT:

No início de 2015, foi cometido um dos erros fatais que facilitou a abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados ao se permitir a vitória de Eduardo Cunha para a presidência da Mesa. O erro do PT e do governo, nesse caso, consistiu em enfrentar Cunha com um candidato petista. A regra maquiaveliana, neste caso, quando se trata de evitar a vitória de um inimigo poderoso e não se tem força própria suficiente para derrotá-lo, reza que se deve buscar uma aliança com um tertius capaz de causar divisão nas forças inimigas e evitar sua vitória.

Em dezembro de 2015, como um explícito gesto de chantagem ante a recusa dos deputados petistas em permitir o arquivamento de um processo em que era réu na Comissão de Ética da Câmara Federal, Cunha acolheu o pedido de impeachment formulado pela oposição, que se apoiava sobretudo nas supostas pedaladas fiscais cometidas por Dilma. Ricardo Lodi Ribeiro (2017, p. 265) explica que:

as chamadas "pedaladas fiscais" constituem o apelido dado ao sistemático atraso nos repasses de recursos do Tesouro Nacional para que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES paguem benefícios sociais como o Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, seguro desemprego, crédito agrícola etc. Como as instituições financeiras pagam em dia os benefícios, o atraso no repasse dos recursos públicos gera contratualmente o pagamento de juros pelo Governo aos bancos públicos. De fato, a conduta visa a dar um certo equilíbrio às contas públicas em momentos de aperto de caixa. Mas está bem longe de constituir crime de responsabilidade.

Mesmo com uma acusação frágil contra Dilma Rousseff, começa-se a organizar o rito legal de acusação e julgamento contra a presidenta da República por crime de responsabilidade.⁴⁶ Uma vez autorizada a abertura do processo pela Câmara dos

⁴⁶ O *impeachment* é regulamentado pela Lei 1079, de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula em linhas gerais os respectivos processos de julgamento. Vale recordar que o capítulo VI desta Lei, Artigo 10, diz respeito aos "Crimes contra a Lei Orçamentária" e teve oito de seus 12 parágrafos incluídos pela Lei 1028, do ano 2000. Essas

Deputados, incumbiria ao Senado Federal julgar a abertura do processo, o que já poderia implicar no afastamento da presidenta por 180 dias (antes mesmo de que o próprio Senado julgasse o mérito da acusação). Assim sendo, no dia 12 de maio de 2016 o Senado votou a admissibilidade do processo e – com 55 votos a favor do impedimento e 22 votos contra – afastou a presidenta Dilma Rousseff do cargo, e seu vice, Michel Temer, já assumiu a presidência temporária e, sem nem sequer aguardar a finalização do julgamento, montou seu próprio gabinete ministerial – sem nenhum membro do PT – dando início à organização e execução do programa do Golpe.

A sessão final do julgamento do mérito da denúncia de *impeachment* contra Dilma Rousseff ocorreu no dia 31 de agosto de 2016, sendo que dias antes a própria presidenta depôs no processo⁴⁷ – o resultado foi de 61 votos favoráveis ao *impeachment* e 20 contrários. Ademais, o Senado também votou se Dilma deveria perder seus direitos políticos, o que implicaria em ficar inelegível por oito anos e não poder assumir cargos públicos – nesta votação 42 senadores se posicionaram favoravelmente, 36 contra e 3 se abstiveram, não completando a maioria absoluta, e resultando na manutenção dos direitos da presidenta de exercer cargos públicos.

Imediatamente após o encerramento da votação, Dilma foi afastada definitivamente de seu cargo e no mesmo dia, às 16h, Michel Temer foi empossado como presidente no próprio plenário do Senado Federal.

No total, o processo de julgamento de Dilma Rousseff⁴⁸ durou cerca de oito meses, entre o início do processo em dezembro de 2015 e o julgamento final em agosto de 2016.

O *Impeachment* de Dilma Rousseff foi a consumação de uma etapa decisiva do Golpe de Estado no Brasil, pois condenou sem provas uma presidenta democraticamente eleita a interromper seu mandato, para poder acelerar e aprofundar a execução de um programa político e econômico neoliberal. Nas palavras de Michael

inclusões foram feitas no contexto anterior a aprovação da Lei da Responsabilidade Fiscal. Outra observação importante é que, assim como no Paraguai, o processo de impedimento no Brasil tem que passar primeiro por maioria absoluta (mais de dois terços) na Câmara dos Deputados, para que em seguida o julgamento seja feito pelo Senado Federal.

⁴⁷ O discurso completo de Dilma no Senado no dia 29 de agosto de 2016 pode ser encontrado neste link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado> Acesso em: 29 set. 2019.

⁴⁸ Para comparar com outros processo de impeachment no Brasil, vale conferir esse levantamento feito pela redação da UOL: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contradilma-e-2-aceita.htm>. Acesso em 29 set. 2019.

Löwy (2016, p. 64),

Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff foi um golpe de Estado, Golpe de Estado pseudolegal, "constitucional", parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, "pedaladas fiscais", para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estavam envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não.

Na avaliação do pesquisador estadunidense Mark Weisbrot, co-diretor do Centro de Pesquisa Econômica e Política em Washington, o golpe se desenvolveu sob o silêncio conivente dos Estados Unidos. Escreveu Weisbrot em artigo no espaço de opiniões da *Folha de S. Paulo* (2016, p. A3),

Há poucas dúvidas quanto à sua posição [*das autoridades dos EUA*]. Eles sempre apoiaram golpes contra governos de esquerda no hemisfério [...], incluindo, apenas no século 21, o Paraguai em 2012, Haiti em 2004, Honduras em 2009 e Venezuela em 2002. [...] E hoje, no Brasil, a oposição é dominada por políticos favoráveis a Washington.

2.5. Notas sobre a resistência e a reação ao Golpe no Brasil

De forma geral, podemos afirmar que há um consenso – entre as organizações e articulações que se posicionam contra o *impeachment* de Dilma⁴⁹ e convocaram manifestações com este mote – de que a resistência ao processo não transcendeu a militância de tais organizações, mesmo nos atos mais expressivos, sendo que os setores mais beneficiados pelas políticas sociais dos governos petistas não engrossaram a resistência ao golpe. Nas palavras de Gebrim (2017b, p. 358):

Ao contrário de outras experiências latino-americanas, especialmente a da Venezuela, em todas as situações em que se abriram perspectivas de fortalecer os movimentos sociais e a organização popular, os governos de Lula e de Dilma recusaram-se a bancar qualquer enfrentamento com as classes dominantes. Exemplo disso foi o emblemático conflito entre José Graziano da Silva e Frei Betto na coordenação do Programa Fome Zero. Enquanto o primeiro defendia o modelo que acabou predominando, a proposta de Frei Betto apontava a organização popular de base. A escolha foi pelo que não gerava conflitos. O resultado é que hoje temos uma juventude beneficiada por programas de ensino como o Programa Universidade

⁴⁹ Por exemplo, as organizações membros da Frente Brasil Popular, entre outras.

Para Todos (ProUni) que nem mesmo apóia outros programas como o Bolsa Família ou o Mais Médicos e vice-versa. Isso foi decisivo para que as massas socialmente beneficiadas na última década não percebessem o papel do governo, abrindo flancos para a disputa ideológica da direita e deixando de contar com uma base social mobilizável.

Por outro lado, as manifestações favoráveis ao *impeachment* trataram de assegurar a legitimidade do golpe, sendo impulsionadas pela grande mídia, que em alguns momentos chegou a cumprir um papel de convocação dos atos. Ademais, uma das questões centrais usada em tais mobilizações era o ataque à Lula, conforme afirma André Singer (2018, p. 276-277):

A fixação dos manifestantes na figura de Lula – embora o impeachment fosse o móvel imediato – revela que a unidade daquele bloco heterogêneo era o antilulismo. Para eles, o ex-presidente representava aquele que, por ter apoio popular, podia instalar um regime criminoso no Brasil.

Walter Sorrentino (2017, p. 42-43) ainda complementa:

[...] a sociedade brasileira foi conhecendo uma profunda viragem de forças rumo a um ideário conservador na sociedade e reacionário no sistema político, em sintonia com o ambiente profundamente retrógrado que emana das ideias dominantes no mundo e no Brasil sob hegemonia do neoliberalismo.

Com a posse de Michel Temer, o Golpe de Estado prosseguiu, seu programa econômico, político e social foi implementado de forma acelerada: a limitação de gastos públicos estabelecida pela Emenda Constitucional 95/2016; a Lei nº 13.467/2017; a Reforma Trabalhista que promoveu alterações em mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), retirando direitos históricos dos trabalhadores; as mudanças no ensino médio brasileiro que favorecem grandes grupos privados que atuam na Educação; as concessões de aeroportos, continuidade da privatização do setor elétrico e da própria Petrobras, a entrega da Embraer à Boeing; as alterações na Lei 12.351/2010 que fixaram o marco regulador do petróleo sob o regime de partilha, retirando a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do Pré-Sal; dentre outras medidas.

Ademais, em meio aos impactos de uma profunda crise econômica, as consequências sociais do golpe não tardaram, como bem resume Ronaldo Carmona (2017, p. 241) “[...] a deterioração da situação brasileira foi abrupta: em 2014 o número de famílias na classe D/E, a base da pirâmide, atingiu a menor proporção: 51,4%. A

partir daí, entre 2015 e 2016, 4,3 milhões de famílias voltariam à classe D/E".

Outro elemento importante após o *impeachment* é que para manter a legitimidade do processo arbitrário com que destituíram Dilma Rousseff, as forças políticas e econômicas que patrocinaram o golpe precisavam garantir a realização das eleições presidenciais previstas para outubro de 2018 e não poderiam arriscar perder aquele pleito, por isso foi fundamental impedir que o ex-presidente Lula pudesse participar das eleições. Neste contexto que assistimos uma série de manobras jurídicas, políticas e midiáticas para inabilitar Lula de concorrer nas próximas eleições, o que culminou na sua prisão em abril de 2018, sendo o mesmo levado à carceragem da Polícia Federal em Curitiba, onde permanece até o fechamento desta dissertação.

Por fim, as eleições presidenciais brasileiras se realizaram em outubro de 2018, com a vitória em segundo turno do capitão da reserva e então deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, contra o candidato petista Fernando Haddad. No processo da disputa, Bolsonaro já havia anunciado que seu governo nomearia o economista neoliberal Paulo Guedes como ministro da Fazenda – que sustenta um programa extremamente similar ao "Ponte para o Futuro" do PMDB, mencionado anteriormente como o programa do Golpe – e assim o fez logo após a sua posse. Além disso, emblematicamente, Bolsonaro nomeia como seu Ministro da Justiça Sérgio Moro, o juiz de 1ª instância responsável pela Operação Lava Jato, que foi desenhado como herói nas diversas manifestações de rua que pediam o *impeachment* de Dilma Rousseff.

3. PARAGUAI, DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO FIM DA HEGEMONIA COLORADA (1989-2008)

A República do Paraguai é um país localizado no cone sul do continente Americano, possui atualmente uma extensão territorial de 406.752 km² e uma população de 6.953.646 habitantes, sendo que, em 2012, 60% da população se concentrava nas áreas urbanas, e quase um terço se concentrava no entorno da sua capital, na região metropolitana chamada *Gran Asunción*⁵⁰ (DGEEC, 2019).

Diferentemente da maioria dos países latino-americanos, o Paraguai possui dois idiomas oficiais, o espanhol e o guarani, sendo que ambos são utilizados cotidianamente pela maioria de sua população há séculos.⁵¹

A economia paraguaia é historicamente marcada pela exportação de produtos agropecuários e madeireiros⁵², o que determinou que os conflitos políticos e bélicos no Paraguai fossem diretamente influenciados pela questão da posse e do uso da terra, ou seja, pela questão agrária.

3.1. Breve introdução histórica

O marco da chegada dos espanhóis no território que hoje compõe o Paraguai é dado pela fundação da cidade de Assunção em 1537 às margens do Rio Paraguai, e pela criação do *cabildo* em 1541. Estes fatos transformaram diversos territórios ao redor do Rio da Prata e do Rio Paraguai em uma grande província que se estendia até Buenos Aires, o que duraria somente até 1616, quando a Espanha introduziu divisões geopolíticas que incluíram o Paraguai no Vice-reinado do Peru, o que se estendeu até 1776, ano em que aquele território passou a ser parte do Vice-reinado do Rio da Prata, até sua independência em 1811.

Na chegada dos colonizadores, os povos guaranis, e também outras etnias, habitavam o território às margens do Rio Paraguai. Inicialmente houve diversos

⁵⁰ Dados publicados em 2019, revisados pela DGEEC - Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, Paraguay, em 2017.

⁵¹ A oficialização do guarani como idioma do país somente ocorreu em janeiro de 2011, durante as comemorações do bicentenário da independência, durante o governo do então presidente Fernando Lugo.

⁵² Vale complementar que a partir do início do funcionamento da usina hidrelétrica de Itaipu, em 1984, a energia elétrica passou a ser um importante produto de exportação do país.

enfrentamentos entre ambos os lados, até que os guaranis foram derrotados e, segundo Flecha (2016, p. 14), terminaram por pactuar com os espanhóis, principalmente através da prática do cunhadismo, que significava a entrega de mulheres guaranis aos espanhóis como esposas e serviçais domésticas. Na visão dos guaranis, o ato da entrega tinha o significado da conformação de um pacto, pois se construía um laço de parentesco e aliança entre guaranis e espanhóis.⁵³

Desde então, os espanhóis fizeram uso da força de trabalho indígena de diversas formas, a principal delas foi o chamado sistema de repartição de *encomiendas*, instaurado em 1556 pelo Governador da província, Martínez de Irala, como forma de ocupação do território e exploração daquela força de trabalho. Neste sistema os *encomenderos* (espanhóis) recebiam uma gratificação do rei pelos serviços prestados à Coroa, que era equivalente a uma porção de terra para produção e um grupo de indígenas (*encomendados*) para servi-los. Segundo Macarena Perusset (2011), foram repartidos 320 mil *índios de encomienda* (sobretudo de grupos guaranis) para mais de 300 espanhóis e também para alguns poucos portugueses e franceses.

Os *encomenderos* tinham a obrigação de garantir a catequização dos indígenas e também a sua sobrevivência, os *encomendados* trabalhavam em serviços diversos, mas principalmente no trabalho agrícola – nas plantações e beneficiamento de erva mate⁵⁴ –, na pecuária e em serviços domésticos. Estes deveriam pagar tributos em dinheiro ou espécie aos *encomenderos* (por estar nas supostas terras espanholas), que eram comumente pagos na forma de trabalho (dois meses de trabalho não pagos por ano).

Paralelamente ao sistema de *encomiendas* se estabeleceram as *missiones* e *reducciones jesuíticas*.⁵⁵ Com a missão catequizadora, os jesuítas exploravam o trabalho indígena de forma bastante peculiar pois fundiram diversas práticas sociais e culturais guaranis na organização social e política das *reducciones*, e também nas

⁵³ Lorena Soler (2014, p. 50) destaca que esta rede de parentescos conformou uma intensa mestiçagem, uma característica original na conquista e colonização do Paraguai, que, somada com a proibição do casamento entre espanhóis, proporcionou também o triunfo do guarani, a língua materna, entre a maioria da população.

⁵⁴ Entre os séculos XVI e XVIII, a erva-mate foi o principal produto agrícola exportado pelo Paraguai.

⁵⁵ Os grupos iniciais de jesuítas chegaram ao Paraguai em 1588. No ano de 1767, o Rei da Espanha, Carlos III, determinou a expulsão da Companhia de Jesus de todos os domínios de sua coroa, e o paulatino fim das missões e reduções foi consequência direta deste ato.

tecnologias de produção agrícola.

O sistema de *encomiendas* e as *reducciones* foram as duas principais formas de uso da terra e exploração do trabalho no período colonial paraguaio.⁵⁶ Em ambos se mantiveram a figura dos caciques (naturais ou indicados) que organizavam o trabalho dos indígenas e eram isentos de tributos, mantendo sua liderança política e religiosa, a qual exercia o papel de coerção para a servidão do trabalho indígena. Em nenhum dos dois sistemas as terras tinham título de propriedade – assim como no Brasil antes da Lei de Terras de 1850 –, ou seja, eram concedidas para uso, não sendo uma mercadoria para compra e venda, portanto não geravam renda capitalizada.

A partir de meados do século XVIII, o sistema de *encomiendas* e *reducciones* começou a entrar em decadência. Segundo Flecha (2016), tanto os guaranis das *encomiendas* quanto os das *missiones* demandavam prestar serviços a particulares nas pequenas cidades e iam se afastando paulatinamente da forma de trabalho destes sistemas. As *encomiendas* privadas foram abolidas em 1803, mas as empresas estatais continuaram utilizando força de trabalho indígena. Já os *pueblos de encomienda*⁵⁷ somente foram abolidos em 1848, trinta e sete anos após a independência, e a partir de então os indígenas foram juridicamente considerados cidadãos paraguaios, ainda que, nesse mesmo ato, eles foram despojados de suas terras, conforme se verá mais adiante.

A independência da província do Paraguai ocorreu no contexto da decomposição e independência do Vice-reinado do Rio da Prata (maio de 1810), que

⁵⁶ A caracterização do sistema de *encomienda* como semiescravista é uma questão bastante polêmica, já que ele flutua entre o trabalho escravo e o trabalho livre. No entanto, talvez a peculiaridade seja mais complexa, já que por um lado cada grupo de guaranis *encomendados* era designado a um determinado *encomendero*, mas ainda sim os guaranis não eram uma mercadoria de compra e venda regulada por um mercado de tráfico (como ocorreu com os trabalhadores africanos escravizados no Brasil). Por outro lado, eles recebiam um pagamento pelo seu trabalho, que não era um equivalente direto do salário no sistema capitalista, pois nem o trabalhador guarani tinha exclusivamente sua força de trabalho para vender, nem o salário correspondia ao necessário para garantir a reprodução de sua força de trabalho, ademais cada *pueblo* ou *reduccion* produzia diversos produtos agropecuários para a subsistência dos que ali viviam. Desta forma os guaranis eram fonte de trabalho para os *encomenderos*, mas não eram fonte de capital, como o eram os trabalhadores escravizados comercializados no Brasil.

⁵⁷ Os *encomendados* eram divididos em: *yanaconas*, também chamados de originários, eram grupos inteiros designados a um mesmo *encomendero* de forma perpétua; e os *mitayos* ou índios de *mita*, que eram os que trabalhavam para os espanhóis por turno, ou seja, de forma periódica. Os *mitayos* conformavam *pueblos de encomienda* (povoados ou aldeias) em que viviam com suas famílias e também produziam alguns bens agrícolas de subsistência.

após uma série de conflitos escolheu uma junta provisória de governo centralizada em Buenos Aires. O governo local de Assunção decidiu não reconhecer tal junta em julho do mesmo ano, a partir de então seguiram-se intensos conflitos, que culminaram em maio de 1811 na deposição do governador local de Assunção, e na declaração formal de independência da província do Paraguai tanto de Buenos Aires como de todo país estrangeiro (SOLER, 2014, p. 51).

Assim como no Brasil, a independência do Paraguai foi conduzida por um poder local do antigo regime que se converteu em poder nacional, portanto não rompeu relações com a metrópole colonizadora e não fundou uma República, que somente seria proclamada no Paraguai em 1814, com a promulgação de uma Constituição e a instituição da figura do Presidente.

Após a independência, o país foi governado por Gaspar Rodriguez de Francia (1814-1840), nomeado unanimemente pelo Congresso de 1816 como “ditador perpétuo da República”, que lhe deu mandato para governar até sua morte sem necessidade de convocar o Congresso. Em seu governo produziu-se uma importante mudança na forma de propriedade da terra, as terras privadas e as das missões jesuíticas foram estatizadas. Desta forma o Estado passou a deter quase toda a propriedade da terra no Paraguai.

A terra era arrendada para camponeses por prazos e para explorações determinadas, ou senão o próprio Estado as explorava. Isso atingiu em cheio os indígenas e mestiços que, desde a decadência das *encomiendas* e das *reducciones*, subsistiam como camponeses. Foram despejados das terras, seu único meio de reprodução, o que, naturalmente, obrigou uma parcela deles a buscar outros meios de reprodução.

Soler (2014, p. 59) também destaca que durante o regime “*francista*” se fortaleceu a construção de uma identidade coletiva, tanto pelas classes camponesas (arrendatárias das terras estatais), quanto pelos símbolos políticos estabelecidos naquele período, como as cores da bandeira, o hino nacional, a criação de uma moeda própria, a realização de um censo nacional e a instituição de uma nova forma de evangelização.

Com a morte de Francia, depois de um breve governo de transição, quem assumiu o poder foi Carlos Antonio López (1844-1862), que também governou até sua morte. Em seu governo o Paraguai passou por um processo de modernização importante (ainda que controverso). Para mencionar alguns exemplos: teve início a

constituição de um sistema educacional gratuito e obrigatório; houve investimentos em urbanização (sobretudo na capital do país); instalação de ferrovias; criação de indústria metalúrgica; entre outras (FLECHA, 2016). Segundo este autor, isso permitiu que surgissem novos grupos sociais em que coexistiam formas de trabalho assalariados e não assalariados, tais como: setores médios de estrangeiros (principalmente engenheiros e médicos); uma burguesia rural e comercial ligada ao poder do governo; operários das obras do governo; serviços indígenas explorados pelo Estado.

Com a morte de López, em 1862 seu filho Francisco Solano López assume o poder, em seu governo se iniciaram os diversos conflitos comerciais e por possessões territoriais, os quais em 1864 desaguariam na chamada Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) – no Paraguai o conflito é conhecido popularmente como Grande Guerra –, que teve seu fim em 1870 com a derrota e morte de Solano Lopez.⁵⁸

Muitos analistas afirmam que este foi o maior conflito bélico da América do Sul após as guerras pela independência, pela proporção internacional, pelo número de recursos econômicos e humanos utilizados e também pela extensão dos resultados. A guerra foi um verdadeiro genocídio do povo paraguaio, calcula-se que cerca de 80% da população masculina do Paraguai faleceu na guerra, ademais, muitas pessoas morreram de fome e em decorrência das doenças causadas pela falta de saneamento no entorno dos campos de batalhas. Além disso, o país teve sua economia e parca infraestrutura destruídas, e foi condenado a pagar enormes dívidas de gastos de guerra aos três países vencedores.

Com o fim do conflito, também foi estabelecida uma nova ordem política no Paraguai com a instalação de uma Convenção Nacional Constituinte, que elaborou uma nova Constituição, que segundo Soler (2014, p. 67, 68) tinha intenção de realizar uma refundação liberal, democrática e antipersonalista. A Constituição instituiu que, além do presidente da República, o país teria apenas cinco ministros e um poder legislativo bicameral, ademais foi instituído o direito ao voto a todos os homens

⁵⁸ As causas principais da Guerra da Tríplice Aliança, e a influência do império britânico, ainda são motivos de polêmica entre diversos historiadores. Sobre esse tema, ver: CRESPO, Horacio. La guerra del Paraguay como problema historiográfico. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Buenos Aires, s.n, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55581> Acesso em: 07 de outubro de 2018.

maiores de 18 anos. O presidente era eleito indiretamente por meio de uma junta eleitoral composta por eleitores de todos os distritos do país e a reeleição presidencial foi proibida a partir de então.⁵⁹

Neste contexto, foram promulgadas entre 1883 a 1885 diversas leis⁶⁰ que regulamentaram a venda de terras públicas paraguaias, que segundo Flecha (2016) possibilitaram a mudança mais radical na propriedade da terra em toda a história do Paraguai, a privatização de todas as terras públicas por capitais estrangeiros, sobretudo anglo-brasileiros e anglo-argentinos. Para Soler (2014), as vendas produziram um processo de concentração econômica que consolidou o grande latifúndio no país, focado na extração de erva-mate, madeira e tanino, e na produção pecuária, em menor escala.⁶¹ Se no Brasil o fim do sistema escravocrata e a liberalização jurídica da terra como mercadoria constituíram-se como fonte de acumulação primitiva para o início da industrialização (SUZUKI, 2016), no Paraguai não ocorreu o mesmo, pois o fim do sistema de servidão indígena e a mercantilização da terra perpetuaram o desenvolvimento do capitalismo do campo, controlado por estrangeiros e voltados para o mercado exportador.

Alguns anos após o fim da guerra, em 1887, foram fundados os dois principais partidos políticos do Paraguai, que até os dias de hoje, ou seja, quase 130 anos depois, estão no centro da disputa política pelo poder, são eles: a Associação Nacional Republicana (ANR), popularmente conhecida como Partido Colorado; e o Partido Liberal. Segundo Lorena Soler (2014, p. 72), os dois partidos não tinham distinções ideológicas significativas, nem bases sociais diferenciadas, sendo que ambos terminariam abraçando os postulados do liberalismo político e são, desde o princípio, fortemente marcados por práticas políticas clientelistas, que impediram, na prática, a geração de lideranças locais autônomas e a criação de outros partidos.

Desde então, a história da política paraguaia é marcada pela luta de ambos os

⁵⁹ A proibição perdura até a atualidade.

⁶⁰ Foram três leis que, em resumo, acabaram com as pequenas propriedades de terra (*chacrer*) despejando milhares de camponeses, e possibilitando a paulatina consolidação de grandes latifúndios controlados por capitalistas estrangeiros e grandes empresas pecuárias, ambos voltados para a exportação. Estas leis foram estruturantes para o desenvolvimento do capitalismo dependente no Paraguai. A terra tornou-se uma mercadoria, um meio de reprodução do capital através do trabalho livre, sendo que isso aumentou significadamente a massa de trabalhadores que venderia sua força de trabalho em troca de um salário.

⁶¹ Até meados no século XX, estes mesmos produtos permaneceram sendo o centro das grandes propriedades e empresas do Paraguai.

partidos pelo acesso ao poder e também pelas lutas entre facções internas de cada um deles. Um exemplo disso é que no início do século XX, entre 1908 e 1912, o país teve, em cinco anos, sete presidentes, e nenhum deles terminou o seu mandato (SOLER, 2014, p. 75-77). Neste início do século XX, as forças armadas paraguaias, que estavam extremamente debilitadas desde o fim da guerra, se envolveram fortemente nas lutas partidárias permeadas por interesses privados e de grupos internos. Desde então, a relação entre os partidos e parcelas das forças armadas passou a ser uma característica marcante da política paraguaia até o início do século XXI.

Ao longo de todo o século XX, agudizaram-se os conflitos políticos em torno da estrutura fundiária consolidada no fim do século anterior entre grandes latifundiários e camponeses sem-terra. Ademais, o Paraguai voltaria a ter conflitos bélicos já nas primeiras décadas do século XX, com uma Guerra Civil em 1922, a Guerra do Chaco (1932-1935) e outra guerra civil em 1947.

A Guerra do Chaco envolveu uma disputa entre Paraguai e Bolívia pelo território do Grande Chaco, que era rico em Petróleo e motivo de disputas entre os dois países desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança. O conflito durou aproximadamente quatro anos e gerou grande dispêndio de recursos humanos e econômicos por parte dos dois lados, segundo Gustavo Cotas (2019), foram 30 mil mortos do lado paraguaio e 60 mil mortos do lado boliviano. Este autor ainda destaca que, apesar de o Paraguai ter vencido militarmente a guerra, a Bolívia ficou com uma boa parte do território em disputa após as negociações de paz.

Após o fim da guerra do Chaco, o país viveu anos muito atribulados, de muitas disputas políticas, golpes e deposições de presidentes, que em 1947 culminaram em um novo conflito bélico, mas desta vez somente entre forças paraguaias, que entre os meses de março e agosto daquele ano travaram uma verdadeira guerra civil entre dois lados: o dos colorados da ANR e o dos outros, liberais, comunistas e *febreristas*. A guerra civil de 1947 resultou na vitória colorada, e inaugurou o princípio da hegemonia deste Partido, que governaria o Paraguai quase que ininterruptamente até 2008.

Entre 1947 e 1954, os colorados travaram ferrenhas disputas internas entre grupos e facções as quais resultaram em sete presidentes colorados naqueles sete anos, até que se concretizou o Golpe de 1954, quando uma facção colorada colocou o General Alfredo Stroessner no poder, onde se manteria como presidente do

Paraguai até 1989.

Segundo Gustavo Codas (2019, p. 28),

Stroessner eliminou do Partido Colorado elementos que lhe faziam oposição, em uma série de purgas até 1959, e “coloradizou” as Forças Armadas. Em sinal de alinhamento com os ditames dos EUA, assinou um dos primeiros acordos com o FMI e se entregou a um furioso anticomunismo com assessoramento direto do governo norte-americano.

O anticomunismo de Stroessner resultou em perseguição, prisão, tortura e assassinato dos opositores ao seu regime, que ademais participou de operações conjuntas de perseguição empreendidas junto às ditaduras uruguaias, argentinas, brasileiras e chilenas. No período Stroessner, houve alguns investimentos importantes do Estado em infraestrutura e indústria no Paraguai, foi construída a Usina Binacional de Itaipu, estradas, ferrovias e algumas empresas estatais.

Ricardo Canese (2015, p. 245) destaca que durante a ditadura paraguaia o país se converteu em um local de triangulação de artigos importados, que chegavam ao Paraguai e que logo eram contrabandeados ao Brasil e à Argentina, processo que, segundo o autor, gerou uma burguesia fraudulenta, que se enriquecia sobretudo com o contrabando e o tráfico nas fronteiras do país.

Codas (2019, p. 31) ainda acrescenta que

a ditadura promoveu todo tipo de negócios ilegais, em grande medida em aliança com empresários, políticos e/ou o crime organizado brasileiro: nos anos 1970-1980 proliferou o roubo de carros no Brasil para venda no Paraguai; desde os anos 1970, generais paraguaios e narcotraficantes brasileiros enriqueceram juntos com o tráfico de drogas e armas do Paraguai ao Brasil, e mais recentemente cresceu o contrabando massivo de cigarros, cujo destino é também Colômbia e México.

Em relação à política agrária, no início da década de 1960, a ditadura de Stroessner aprovou uma nova legislação que facilitava a compra de terras paraguaias por estrangeiros e, alguns anos depois, em combinação com a ditadura brasileira, promoveu uma gigantesca migração de brasileiros para o Paraguai. Calcula-se que cerca de 500 mil pessoas, sobretudo do Sul do Brasil, migraram para o Leste paraguaio, começava assim o fenômeno dos “brasiguaios”, que depois seriam identificados com a produção de soja em grande escala nas regiões de fronteira (CODAS, 2019). Esta política somada a outras ações de Stroessner resultou na expansão da fronteira agrícola paraguaia, através da entrega de terras públicas a

latifundiários que se dedicariam a exportação agrícola, principalmente de soja e de carne (CANESE, 2015, p. 245).

A ditadura militar comandada por Stroessner durou trinta e cinco anos, a mais longa da região. Ao longo da década de 1980, diversos países latino-americanos passaram pelas chamadas redemocratizações, e transitaram de regimes ditatoriais para regimes democráticos. No Paraguai isso ocorreu no mesmo período, no entanto, ali a transição se deu com outro golpe de Estado, comandado por militares, como veremos a seguir.

3.2. O período de transição à redemocratização do Paraguai (1989-1993)

O período da redemocratização do Paraguai tem características um tanto quanto peculiares em relação aos demais processos latino-americanos, pois o ditador Alfredo Stroessner foi deposto do poder por um golpe de Estado, comandado pelo General Andrés Rodríguez, membro do mesmo partido do ditador, o partido colorado.⁶² O golpe ocorreu na noite do dia 02 para o dia 03 de fevereiro de 1989, gerando a partida de Stroessner para o exílio no Brasil⁶³ e a posse provisória do General Rodríguez na presidência do Paraguai, ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional foi dissolvido e foram convocadas eleições gerais para o dia 01 de maio daquele mesmo ano.

Para Lorena Soler (2014), a derrubada expressou o esgotamento de uma forma de acumulação econômica e de um modo de dominação política, sendo que este último expressou uma crise do bloco dominante, já que, para a pesquisadora, o que ocorreu foi um desprendimento de uma fração da elite política e militar da própria ditadura stronista.

O pleito de maio de 1989 elegeu o novo presidente (e seu vice), e os membros da Câmara de Deputados e do Senado, ele ocorreu sem a realização de alterações na legislação e regulamentos eleitorais praticados durante a ditadura, ainda que o regime provisório tenha autorizado a participação de partidos da oposição, ilegais durante a ditadura.

No debate interno da chamada Junta de Governo Colorada, que é uma espécie

⁶² Ademais, Rodriguez era sogro do filho de Stroessner.

⁶³ Onde viveu até sua morte em agosto de 2006.

de direção nacional do partido, decidiu-se que o próprio General Andrés Rodríguez seria o candidato. O pleito se realizou na data prevista e o resultado foi a vitória do General Rodríguez, com 74% dos votos, em contraste com 20% de seu opositor Domingo Laíno, do PLRA. No Congresso nacional, a época com 36 senadores e 72 deputados, os colorados da ANR ganharam a maioria absoluta das cadeiras, 74% precisamente.

No mesmo ano que Rodríguez tornou-se presidente, foi elaborado o Consenso de Washington, que aumentou a pressão para que organismos internacionais adotassem as políticas neoliberais. Segundo o economista paraguaio Luis Rojas Villagras,

El general Rodríguez aplicó las primeras políticas neoliberales, con dificultades, por la resistencia de poderosos grupos ligados al viejo “Estado clientelar” de la dictadura, que intentaban preservar sus fuentes de acumulación, como los contratos estatales, el comercio ilegal, la evasión fiscal, entre otros. Pero un nuevo empresariado más independiente del Estado, aunque ciertamente más dependiente del capital internacional, fue surgiendo y fortaleciéndose después de 1989, y empujando la agenda de modernización neoliberal, forzando la apertura y desregulación de la economía nacional. (VILLAGRAS, 2015, p. 89).

Neste sentido, a primeira medida macroeconômica tomada pelo general Rodríguez foi a liberalização do câmbio da moeda Paraguaia, o guarani, que passou de câmbio múltiplo a um único tipo de câmbio flutuante, ou seja, o valor da moeda paraguaia em relação a outras moedas estrangeiras deixou de ser determinado pelo Banco Central Paraguaio, que tinha diversas faixas de câmbio de acordo com as atividades econômicas, e passou a ter um único valor determinado pelas flutuações do mercado internacional. Segundo Grimaldi (2012a), esta ação causou o imediato aumento da dívida pública paraguaia, assim como dos passivos das empresas do Estado que tinham dívidas em dólares.

Outro marco do governo de Rodríguez em relação à economia foi a assinatura do Tratado de Assunção, no dia 23 de março de 1991, no qual o Paraguai, juntamente com o Brasil, a Argentina e o Uruguai fundaram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que naquele momento pretendia integrar os mercados dos quatro países, principalmente através da redução de barreiras tarifárias (com a adoção de uma tarifa externa comum) e da coordenação de políticas macroeconômicas.

No que diz respeito às mudanças do sistema político, foi durante o mandato de

Rodríguez que se realizou a primeira eleição livre e direta de governadores⁶⁴ e de legisladores⁶⁵ dos departamentos, e prefeitos (*intendente*) e vereadores (*concejales*) dos municípios. Nesta eleição foram permitidos candidatos independentes de partidos, e a capital, e maior cidade do país, elegeu um político independente, Carlos Filizzola. Segundo Diego Abente Brun (2010), as eleições municipais de 1991 foram um marco importante para a oposição, sendo que o governo conseguiu 44% dos votos. Ele também destaca que, com exceção de Assunção, praticamente todos os candidatos que se declararam independentes eram dissidentes colorados.

Ademais, em dezembro de 1991 se realizaram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que redigiria uma nova Constituição para o país. Os *convencionales* (deputados) constituintes foram eleitos para 198 cadeiras, das quais a ampla maioria foi ocupada pelos colorados da ANR (122), os liberais do PLRA ocuparam 55 cadeiras, 19 foram ocupadas pelos setores independentes, 1 pelo Partido Revolucionário Febrerista e 1 pelo Partido Democrata Cristiano. A maioria das cadeiras coloradas demonstra um fato curioso no Paraguai, pois a mesma organização política que deu formato legislativo à ditadura foi a que sustentou a transição à democracia, segundo Magdalena López (2012).

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte tiveram início no mês de janeiro de 1992 e se encerraram em junho do mesmo ano, quando a nova Carta magna foi promulgada, sem a presença do então presidente Rodríguez, que se ausentou como forma de protestar pela desatenção dos deputados constituintes ao seu pedido de incluir a reeleição na Carta (BRUN, 2010).

Nos deteremos brevemente a alguns elementos da nova Constituição que dizem respeito ao sistema político paraguaio, pois esta é a Constituição paraguaia que segue vigente até a atualidade.

A constituição de 1992 estabeleceu como sistema de governo o regime presidencialista e dividiu o Estado paraguaio em três poderes: executivo, legislativo e judiciário. O poder executivo é organizado de forma bicameral: com uma Câmara de 45 Senadores eleitos nacionalmente; e uma Câmara de Deputados com 80 membros eleitos regionalmente.⁶⁶ Os presidentes são eleitos em um só turno, por maioria

⁶⁴ Pois durante a ditadura, e também no período anterior, estes eram indicados pelo presidente da República.

⁶⁵ Durante a ditadura stronista, os legisladores eram indicados pelos governadores.

⁶⁶ PARAGUAY. Constituição (1992). Constitución Nacional de Paraguay, 20 jun. 1992. Título II, Capítulo I, Sección I, Art 182, 221, 223.

simples, para um mandato de cinco anos, e não é permitida a reeleição; os deputados e senadores têm o mesmo tempo de mandato, entretanto podem ser reeleitos. O voto é obrigatório.

Ainda que o sistema fosse presidencialista, Diego Abente Brun (2010) destaca que a mesma Constituição deu amplos poderes para o Congresso Paraguai, pois continha possibilidades legais para que o poder legislativo inviabilizasse um governo na prática. Por exemplo, no caso de orçamentos dos governos, das assinaturas de tratados internacionais, dentre outros temas estratégicos que têm que ser aprovados pelo Congresso Nacional para tornarem-se realidade.

Além disso, esta Constituição estabeleceu que o Congresso tem o poder de destituir o presidente e outros poderes, através do *juicio* político. Vejamos como este último tema consta no Artigo 225 da Constituição Paraguai,

El presidente de la República, el vicepresidente, los ministros del Poder Ejecutivo, los ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, sólo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes. La acusación será formulada por la Cámara de Diputados, por mayoría de dos tercios. Corresponderá a la Cámara de Senadores, por mayoría absoluta de dos tercios, juzgar en juicio público a los acusados por la Cámara de Diputados y, en caso, declararlos culpables, al sólo efecto de separarlos de sus cargos, En los casos de supuesta comisión de delitos, se pasarán los antecedentes a la justicia ordinaria (PARAGUAY, 1992).

Conforme vimos acima, a Constituição é muito breve sobre o que seria o mal desempenho das funções de um acusado. Até 2012, quando Lugo foi alvo do *juicio*, não havia nenhuma lei ordinária que regulamentasse a execução do *juicio*, como por exemplo os detalhes dos tempos para cada parte do processo, por isso, desde então o Congresso nacional teve total liberdade para executá-lo como bem entendesse.⁶⁷

Outro destaque do sistema político fruto da Constituição de 1992 é que ela garante a liberdade e o pluralismo na organização partidária, no entanto, conforme dados da justiça eleitoral compilados por Magdalena López (2014, p. 163),

⁶⁷ Desde que a Constituição de 1992 foi promulgada, houve 3 processos de *juicio* contra presidentes que foram adiante no Paraguai, no ano de 1998 contra o Presidente Raúl Cubas Grau, no ano de 2002 contra Luiz Gonzáles Macchi, e em 2012 contra Fernando Lugo. Mais adiante, neste mesmo capítulo descrevemos brevemente os dois primeiros casos, já que o caso de Lugo terá uma seção exclusiva.

Las elecciones presidenciales en el Paraguay de la post-dictadura conservan una característica: los dos partidos tradicionales (presentándose solos o en alianzas –como es el caso del PLRA–) siempre conservaron más del 60% de los votos. En algunas elecciones, como la del año 1998, ambos partidos sumaron el 96.3%, mientras que en la del 1993 y la del 2008 más del 71%. [...] El bipartidismo es entonces un factor, junto a otros, para comprender la vida política paraguaya desde 1887.

No mesmo ano da última Constituição paraguaia, a ANR e o PLRA decidiram que a escolha de seus candidatos seria feita através de votações internas, geralmente cerca de cinco meses antes da realização das eleições. Nestes processos internos se evidenciam as disputas entre os diversos grupos e facções, e suas lideranças, pelos cargos em disputa. Mencionamos este fato, pois veremos adiante como estas disputas influenciam diretamente o período em questão neste subitem.

Finalmente, após a promulgação da Constituição se convocou a primeira eleição geral, sob as novas regras, para o dia 10 de maio de 1993. Brun (2010, p. 29) afirma que o governo do general Rodríguez foi "la transición a la transición", ou seja, ele considera que somente após as eleições de 1993 teve início a redemocratização do Paraguai, que, acrescentamos, ainda permaneceria mais quinze anos com governos sob o comando dos colorados.

3.3. Governos colorados pós-redemocratização (1993-2008)

Nas eleições gerais de 1993, os colorados venceram a disputa presidencial com 39,9% dos votos a favor do empresário Juan Carlos Wasmosy, o primeiro civil a ser presidente do Paraguai desde a década de 1950. Em segundo lugar, com 32,1% dos votos, ficou o liberal Domingo Laíno (que também havia disputado a presidência em 1989). Apesar da vitória presidencial, ocorreu um fato inédito, a oposição somada conquistou a maioria das cadeiras do senado.⁶⁸

A tendência à liberalização da economia Paraguaia, que tinha se iniciado com o general Rodríguez, se consolidou no mandato de Wasmosy (1993-1998), que terminou de impor a agenda do Consenso de Washington no país (VILLAGRAS, 2015;

⁶⁸ Segundo dados do TSJE compilados por Magdalena López (2014), O PLRA teve 17 cadeiras e o Partido Encuentro Nacional (PEN), 8, ou seja, juntos obtiveram 52,1% das cadeiras, e os colorados da ANR obtiveram 20 cadeiras, o que equivale a 42,1%. Já na Câmara dos deputados, observou-se uma configuração similar, do total de 80 cadeiras, 33 foram conquistadas pelo PLRA, 09 pelo PEN, e 38 pela ANR.

SOLER, 2014). A Lei de Privatizações, que havia sido promulgada em 1991, se iniciou somente em 1995; destacam-se algumas empresas importantes que foram atingidas: *Aceros del Paraguay*, ACEPAR; *Líneas Aéreas Paraguayas*, LAPSA; *Administración Paraguaya de Alcoholes*, APAL; *Flota Mercante del Estado*, FLOMERES; e *Líneas Aéreas de Transporte Nacional*, LAN (VILLAGRAS, 2015).

A abertura externa e a liberalização do comércio internacional também tiveram destaque, principalmente no que diz respeito ao aumento das exportações, segundo Luís Villagras (2015), em 1985 as exportações contavam 10% do PIB do país, e passaram para 48% do PIB em 1995, nos mesmos anos, as importações passaram de 14 a 50% do PIB.

Também foi durante o mandato de Wasmosy que o Paraguai deu passos importantes para garantir a liberalização da Inversão Estrangeira Direta (IED), segundo Villagras (2015) o Congresso Nacional produziu um conjunto de leis que introduziram vantagens e estímulos para a erradicação de empresas estrangeiras no país, com estímulo ainda maior ao setor primário e de serviços, atraindo para o Paraguai empresas transnacionais do agronegócio e indústrias maquiladoras,⁶⁹ neste último caso, sobretudo empresas brasileiras e argentinas.

Com o apoio do Partido Liberal, Wasmosy conseguiu aprovar um endividamento milionário com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que teve como consequência a pior crise financeira conhecida pelo Paraguai (1995 -1998). Villagras (2015) destaca como principal causa da crise a desregulação financeira que teve como consequência direta, em 1995 e em 1998, a quebra de mais de uma dezena de bancos, cerca de trinta financeiras (e caixas de sistemas de poupança e créditos para moradia) e também indústrias e empresas de serviços, causando a perda de milhares de postos de trabalho. Ademais, verificou-se a queda de todas as variáveis socioeconômicas, junto com uma diminuição da área cultivada de algodão, repercutindo diretamente na economia camponesa (SOLER, 2014).

Além da crise econômica, o Governo de Wasmosy foi marcado por sucessivas crises políticas, sobretudo no enfrentamento direto do General Lino Oviedo, que era o principal aliado militar de Wasmosy, e por isso logo após sua posse foi nomeado

⁶⁹ A Lei paraguaia de Indústria Maquiladora de exportação é a de número 1064 de 1997, sendo que a mesma foi posteriormente regulamentada no ano 2000. Fonte: Cámara de Empresas Maquiladoras del Paraguay. Ley de Maquila. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=54>. Acesso em: 30 set. 2019.

comandante do exército. Foram diversos os conflitos entre ambos, marcados principalmente pelas tentativas de Oviedo de governar "desde la sombra", mas o principal deles ocorreu em abril de 1996, quando, diante da negativa de Oviedo de aceitar sua destituição do cargo, o general se reuniu com um grupo de militares em um quartel e exigiu a renúncia do presidente e ameaçou dar um golpe de Estado, sair com tanques às ruas e "fazer correr rios de sangue" (BRUN, 2010, p. 37).

Wasmosy recebeu uma série de manifestações internacionais de respaldo ao seu governo⁷⁰ pressionando-o para que não renunciasse. Por fim, no dia seguinte, dia 23 de abril, a tentativa de golpe teve seu desfecho quando Wasmosy decide não renunciar e oferecer a Oviedo o cargo de Ministro da Defesa. Este aceitou a proposta, no entanto, horas depois, Wasmosy desistiu da mesma, sob forte pressão popular nas ruas de Asunción. Se por um lado a crise terminou com a carreira militar de Oviedo, por outro, sua carreira política teve um grande impulso a partir de então (BRUN, 2010).

Pouco mais de um ano após a tentativa frustrada de golpe, no mês de setembro de 1997, realizam-se as eleições internas do partido colorado e a dupla Lino Oviedo e Raúl Cubas vence em 1º lugar, sendo que em 2º ficou a dupla Luis Argaña e Nicanor Duarte Frutos. Em outubro do mesmo ano, o presidente Wasmosy decreta ordem de reclusão a Oviedo, que permanece na clandestinidade até entregar-se à Justiça militar somente em dezembro daquele ano, sendo condenado, em março de 1998, a dez anos de prisão, pela tentativa de golpe em abril de 1996. A condenação inabilitou Oviedo a concorrer ao cargo de presidente da República do Paraguai, o que fez com que a dupla colorada a disputar o cargo fosse Raúl Cubas e Luis Argaña, já que eles eram os sucessores na eleição interna colorada.

Durante a campanha Cubas e Argaña, Oviedo se encontrava em prisão militar e, segundo Diego Abente Brun (2010), insinuou que Cubas o libertaria se fosse eleito. A dupla colorada venceu as eleições presidenciais realizadas em abril de 1998 com 52,7% dos votos e, desta vez, os colorados também conseguem maioria absoluta na câmara de deputados e no senado.

O novo presidente Raúl Cubas emitiu um decreto ordenando a soltura de Lino Oviedo no mês de agosto de 1998, a reação foi imediata, e, no dia seguinte, o vice-presidente Argaña solicitou o *juício político* do presidente Raúl Cubas por

⁷⁰ Brun (2010) destaca as manifestações da Embaixada dos Estados Unidos no Paraguai e do Secretaria Geral da OEA, mas afirma que houve várias outras manifestações.

inconstitucionalidade do indulto a Oviedo. A partir de então, passaram-se meses até que, em dezembro, a Corte Suprema de Justiça do Paraguai emitiu um parecer de inconstitucionalidade para a ordem de soltura emitida por Cubas, abrindo a possibilidade de continuidade do processo do *juicio* no congresso paraguaio. Em março de 1999, a Câmara de Deputados determinou que a data do julgamento fosse 7 de abril de 1999 (SOARES, 2016; BRUN, 2010).

No entanto, a data do julgamento foi antecipada, pois no dia 23 de março de 1999 o vice-presidente Argaña foi assassinado em uma emboscada, o que gerou manifestações massivas da população, que saiu às ruas para defender as instituições democráticas e exigir a saída de Raul Cubas. Esse movimento ficou conhecido como *marzo paraguayo*, e para Lorena Soler (2014, p. 209) é um dos movimentos civis mais importantes desde o fim da ditadura.

Alguns dias depois, em 26 de março de 1999, oviedistas assassinam sete jovens que se manifestavam em Assunção, além de ferir diversos outros com armas de fogo. No dia seguinte, o Senado decide aceitar o *juicio* contra Cubas, que por fim decide renunciar no dia 28 de março.

Diante da impossibilidade de o vice assumir, quem ascende à presidência é Luís González Macchi – presidente do Senado e também membro do Partido Colorado –, com o compromisso de convocar eleições em março de 2000 para o cargo de vice-presidente

González Macchi teve um mandato bastante conturbado politicamente, sendo que também sofreu uma tentativa fracassada de um golpe militar em maio de 2000, protagonizado por parcelas do exército simpatizantes de Lino Oviedo (que negava envolvimento). À época foi declarado estado de exceção por cerca de dez dias, e a OEA se manifestou respaldando a Macchi, sendo a rebelião militar contida até se encerrar o mês, e em junho Oviedo foi detido e processado (BRITEZ; CABALLERO, 2010).

Por fim, a eleição para vice se realizou no mês de agosto de 2000 e, por uma diferença de menos de 0,8% dos votos, elegeu o liberal Júlio César Franco para vice-presidente do país, o que consolidou uma fórmula inédita entre os dois principais partidos adversários compartilhando a presidência e vice-presidência do país.

Na análise de Idílio Méndez Grimaldi (2012a), o processo que levou Macchi à presidência em 1999 foi um golpe de Estado, que assegurou o aprofundamento do modelo econômico neoliberal e também uma nova onda de crescimento a partir da

expansão do agronegócio, sob controle das multinacionais, com a entrega de extensos territórios para o cultivo de soja transgênica e a criação extensiva de gado para produzir carne para exportação, aumentando ainda mais a histórica concentração de terras no país.

A partir de 2002, a soja converteu-se no primeiro produto de exportação do Paraguai, tomando o lugar do algodão e produzindo mudanças profundas nas forças produtivas. Esse novo ciclo econômico teve pelo menos um duplo impacto, decorrente da concentração de terras: a diminuição do bem-estar, medido em termos de PIB *per capita*, e o aumento da migração de força de trabalho rural ao setor urbano, e o consequente aumento dos níveis de desemprego (SOLER, 2014).

Ademais, segundo Ricardo Canese (2015), durante o governo de Macchi houve a tentativa de privatizar três empresas estatais: a de telefonia, a de água e a de ferrovias, sob fortes protestos dos movimentos sindicais e camponeses, que pararam estradas no país por dezessete dias em 2002, e por fim conseguiram adiar a tentativa de aprovação de uma Lei de privatizações, sendo as empresas públicas mencionadas somente transformadas em sociedades anônimas.

Naquele período, também ocorreram outros diversos protestos sociais, de distintos setores sociais do país, principalmente entre os anos 2000 e 2003. Os camponeses, que tradicionalmente realizam marchas à capital do país no mês de março, realizaram diversas manifestações e ocupações de terras ao longo destes três anos; os empresários realizaram protestos em agosto 2001; neste mesmo mês e ano, os trabalhadores da Itaipu realizaram uma greve histórica (RIVAROLA, 2009).

Assim como seu antecessor, González Macchi também enfrentou a ameaça de um *juicio* político. O processo foi aberto em dezembro de 2002, e Macchi foi acusado de corrupção, no entanto o processo foi rechaçado no Senado em fevereiro de 2003 (SOARES, 2016).

Meses antes, em outubro de 2002, os colorados e liberais realizaram suas respectivas eleições internas, nas quais definiram seus candidatos à presidência para a eleição nacional prevista e realizada no dia 27 de abril de 2003. Novamente os colorados saíram vitoriosos elegendo, com 37,3% dos votos, Nicanor Duarte Frutos como novo presidente. Os liberais novamente ficaram em segundo lugar, com o candidato do PLRA Júlio César Franco, que obteve 23,8% dos votos.

Apesar de ser a quinta vitória eleitoral dos colorados desde o fim da ditadura, havia especificidades na eleição de 2003, que segundo Lorena Soler (2014) foi um

momento chave no processo crescente de corrosão das identidades políticas e do sistema de partidos. A autora afirma que a legitimidade de Duarte Frutos vinha de fora do Partido Colorado, e Canese (2015) complementa afirmando que Frutos foi sem dúvidas o líder mais progressista do partido colorado.

Em relação à política econômica, o governo de Duarte Frutos (2003-2008) deu continuidade às políticas neoliberais dos governos anteriores, ainda que tenha sido o primeiro governo no qual se aplicaram as primeiras políticas compensatórias que tratavam de atenuar a crescente pauperização no campo e na cidade. No entanto, estas não surtiem quase nenhum efeito, pois a miséria se fortalecia com a crescente concentração dos meios de produção, em especial a terra, com 85% do território nacional nas mãos de 3% de proprietários (GRIMALDI, 2012a).

Ao longo do governo de Duarte Frutos, ocorreram diversas manifestações no país, os setores camponeses se mobilizaram amplamente, realizando sobretudo ocupações de terra em conflito com latifundiários da soja (em especial brasileiros) e também com as grandes multinacionais do agronegócio. Os conflitos foram crescentes ao longo de 2004 e 2005, até que, em dezembro de 2005, as organizações camponesas, as organizações de produtores e os parlamentares começam a negociar um acordo, no qual, em troca da paralização das ocupações de terra por parte dos camponeses, o poder legislativo se comprometeu a libertar camponeses presos (RIVAROLA, 2009).

Já em 2006, as mobilizações nas cidades tiveram muito destaque. Segundo Rivarola (2009), em março daquele ano, cerca de 40 mil pessoas foram às ruas da capital Asunción em oposição às manobras políticas e judiciais do presidente Duarte Frutos para alterar a constituição paraguaia para possibilitar que ele mesmo se candidatasse à reeleição, havia faixas que diziam “*Dictadura: nunca más*” e “*Paraguay está harto*”.⁷¹

Esta manobra do presidente causou um grande desgaste na legitimidade do Partido Colorado, evidenciado na construção e fortalecimento de uma oposição parlamentar unitária contra o partido do governo e também pelo surgimento de uma nova liderança na cena política paraguaia, o bispo católico Fernando Lugo, que já vinha comandando uma luta política com camponeses no município de São Pedro nos

⁷¹ Segundo Soler (2014), estas bandeiras também estiveram presentes nas mobilizações de março de 1999 e se repetiram novamente na reação popular ao Golpe dado contra o Presidente Fernando Lugo, em 2012.

anos anteriores e que também liderou marchas contra Duarte Frutos nos meses de junho e agosto de 2006 (SOLER, 2014).

A manobra de Frutos para que ele fosse reeleito finalmente fracassou, e quem representou o Partido Colorado na disputa do cargo de presidente nas eleições de Abril de 2008 foi Blanca Ovelar, que se enfrentou com Fernando Lugo, cujo crescimento de liderança foi vertiginoso, “en 2005 renunció a su puesto eclesiástico, en diciembre de 2006 anunció que se postularía en las elecciones y en 2007 aceptó que el Partido Liberal lo acompañara” (SOLER, 2014, p. 222-223).

As receitas neoliberais aplicadas pelos seguidos governos colorados pós-ditadura causaram um desastre sem precedentes no conjunto da economia e em particular no setor financeiro (GRIMALDI, 2012a), ademais o processo de implementação se deu a partir da pressão de atores externos associados a grupos locais, o que ratificou o caráter dependente e subordinado da economia paraguaia (VILLAGRAS, 2011). Ao longo deste período se consolidou uma economia de agroexportação, que reforçou os processos de concentração da terra e também da riqueza gerada, assim como uma progressiva estrangeirização dos recursos produtivos e das atividades econômicas de maior rentabilidade (idem).

Grimaldi (2012a) acrescenta que os resultados dessa avassaladora política foram: mais pobreza, endividamento progressivo dos países e domínio das nações pelas corporações transnacionais. Ele ainda nos traz alguns dados oficiais sobre o aumento da pobreza no Paraguai, afirmando que entre 1995 e 2002 o país empobreceu em torno de 40%. Levando em conta o descenso do PIB, concomitantemente há um aumento da pobreza neste mesmo período: em 1995, ano de início da crise financeira, havia no Paraguai um total de 1.462.884 pobres, em 2002 essa quantidade aumentou para 2.689.117, dos quais 1.364.981 eram indigentes (extrema pobreza), ou seja, em oito anos, a pobreza aumentou 54%.

Certamente o agravamento das condições de vida para ampla parcela da população paraguaia, ocorrido sob os governos colorados pós-ditadura, afetaria diretamente os resultados das eleições realizadas em abril de 2008, em que, pela primeira vez em mais de cem anos de história do país, uma liderança sem vínculos partidários, Fernando Lugo – em aliança com os liberais, com partidos menores e com movimentos sociais – disputaria o cargo de presidente.

A apresentação da candidatura de Lugo à presidência se realizou através de uma ampla aliança entre partidos e movimentos sociais contra o Partido Colorado,

que, segundo o próprio Fernando Lugo, incluiu num primeiro momento todos os partidos de oposição à ANR, que em seguida se retiraram e lançaram candidaturas próprias. Lugo afirma que

[...] se supo aglutinar: modelo, proyecto y persona, tres elementos importantes para conformar una amplia alianza contra el Partido colorado. A parte de estos tres elementos, es muy importante tener un pequeño desarrollo sobre esta amplia alianza, qué fue sin exclusiones, en un primer momento, a pesar de que después se alejaron 2 candidaturas: la de UNACE (que también fue una decisión del partido colorado), y la candidatura de PATRIA QUERIDA, de Pedro Fadul, también representante de la derecha. (LUGO, 2018)⁷²

A *Alianza Patriótica para el Cambio* (APC) foi o nome dado a coalizão que lançou a candidatura de Lugo, ela incluía o *Movimiento Tekojoja (unión e igualdad)* de onde provinha Lugo e o Partido Liberal (*Partido Liberal Radical Auténtico – PLRA*), que teve o candidato Federico Franco como vice-presidente da chapa, além disso, movimentos sociais (estudantis, mulheres, sindicais, mas sobretudo camponeses) e outros partidos políticos menores do Paraguai.

O pleito foi realizado no dia 22 de abril de 2008, e além de Lugo também concorriam como favoritos à presidência a ex-ministra de educação de Duarte Frutos, Blanca Ovelar, pelo Partido Colorado, e Lino Oviedo, o ex-general do partido colorado que havia sido condenado e preso por tentativas de Golpe nos anos 1990, e que recentemente havia sido libertado, Oviedo saiu candidato em 2008 pelo partido que havia fundado em 2002, a UNACE, *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos*.

O total de votos contabilizados para presidência foram de 1.874.127 e os três candidatos mais votados para o poder executivo foram: Fernando Lugo com 766.502 (40,90%); 573.995 (30,63%) para a Blanca Ovelar, da Associação Nacional Republicana (mais conhecida por Partido Colorado); e em terceiro lugar, 411.024 (21,93%) para a UNACE de Lino Oviedo (SOLER, 2014).

Gustavo Codas (2019, p. 41), referindo-se à vitória da APC para a presidência do Paraguai, afirma que

A derrota do Partido Colorado aconteceu por uma conjunção de três fatores que, até então, não tinham acontecido simultaneamente: (i) sua divisão interna, (ii) a decisão dos liberais de apoiar um candidato que poderia ser votado por eleitores que não são desse partido, inclusive por eleitores colorados (atente-se para o fato de Lugo ser

⁷² Entrevista se encontra transcrita no Apêndice A. LUGO, Fernando. Entrevista com Fernando Lugo, presidente da república do Paraguai (2008-2012) [Entrevista concedida a] Paola Estrada. Asunción, 22 de junio de 2018.

parte de uma das principais famílias coloradas, que tinha sido perseguida por Stroessner) e (iii) a presença de um terceiro candidato forte, mas em processo de desidratação.

Nesse mesmo sentido, Fernando Lugo (2018) acrescenta que o Partido Colorado “también [era] un partido desgastado, [con] deudas sociales históricas con la ciudadanía de movimientos sociales emergentes que confluyeron en un proyecto, dentro de la Alianza patriótica para el cambio” (entrevista concedida à autora no día 22 de junho de 2018).

No entanto, para o Parlamento Nacional Paraguaio, os Colorados e os Liberais garantiram a ampla maioria das cadeiras, conforme podemos ver claramente na tabela a seguir. Este fato influiria diretamente na capacidade do governo nacional de executar o programa vencedor nas urnas e nas diversas tentativas de aplicar um *impeachment* a Lugo.

Tabela 1 - Composição do Parlamento Paraguaio (2008-2013)

	Senadores	Deputados
ANR (Partido Colorado)	15	30
PLRA (Partido Liberal)	14	29
UNACE	9	15
Pátria Querida	4	4
Partido País Solidário	1	0
Tekojoja	1	1
Partido Democrático	1	1
Total	45	80

Fonte: Lorena Soler (2014, p. 220), com dados da Justiça Eleitoral do Paraguai.

4. PARAGUAI, O GOVERNO DA APC E GOLPE DE ESTADO (2008-2012)

A vitória de Lugo foi um grande feito histórico no Paraguai, primeiramente porque sua coligação derrotou o Partido Colorado, que já levava mais de sessenta e um anos na presidência do país, mas também porque era a primeira vez que movimentos sociais diversos (movimentos camponeses, de sem-terra, estudantil, sindical, entre outros) tinham um papel ativo no processo eleitoral e depois no governo. Martínez-Escobar e Sánchez-Gomez (2015, p. 288) afirmam que “a chegada do ex-bispo à Presidência trouxe consigo a participação de atores que não pertenciam à elite política na tomada de decisão de nível estatal”.

Para a pesquisadora Lorena Soler (2014, p. 225), a capacidade de Lugo ser uma figura aglutinante para além dos partidos era ao mesmo tempo sua fortaleza e sua debilidade. Fortaleza no sentido de que isso foi o que tornou possível sua eleição no contexto paraguaio de crescente rechaço ao bipartidarismo, e debilidade pois se evidenciou a baixa representação política das forças de esquerda no parlamento paraguaio. Em outro artigo, publicado antes do Golpe, Soler (2011, p. 30) se dedica a discutir o fenômeno do "luguismo", e afirma que o mesmo "es el resultado de un cambio en la forma de acumulación económica del país anterior, tanto como de un sistema político puesto en crisis mucho antes de su llegada al poder”.

Conforme destacamos anteriormente, a coligação que elegeu Lugo era bastante ampla, e para unificar setores tão diversos, o grupo acordou uma base programática mínima, com seis eixos principais, que segundo Ignacio González Bozzolasco (2013, p. 53-57) são:

- a) reativação econômica;
- b) reforma agrária;
- c) recuperação da soberania nacional;
- d) implementação de um programa nacional de emergência;
- e) recuperação institucional do país e o combate à corrupção;
- f) instauração de uma justiça independente.

Partindo de publicações de alguns analistas paraguaios e latino-americanos, nos dedicaremos a seguir a um breve balanço do governo de Lugo em torno destes seis eixos.

4.1. Balanço das principais ações do governo

Em linhas gerais, González Bozzolasco (2013) caracteriza o governo de Lugo como moderadamente progressista com uma política pendular em diversos aspectos. Canese (2015) acrescenta que a dependência dos liberais para manter-se no governo impediu que o governo da APC tomasse medidas mais profundas, obrigando-os a acompanhar algumas propostas neoliberais.

4.1.1. Política econômica e políticas sociais

O eixo de campanha da APC propagado como reativação econômica se relaciona diretamente com o eixo que tratava da implementação de um programa nacional de emergência, portanto trataremos deles conjuntamente, somando-os ao balanço de algumas das principais políticas sociais do governo Lugo.

Nesse sentido, é fundamental mencionarmos um personagem importante quanto a estes temas, o economista paraguaio Dionísio Borda, Ministro da Fazenda do governo da APC. Borda já havia estado no mesmo cargo no governo anterior, do colorado Duarte Frutos, mas renunciou antes do fim daquele mandato.⁷³ Gustavo Cudas (2019) afirma que o economista gozava de reconhecimento da opinião pública do Paraguai, pois enquanto esteve no governo de Duarte Frutos logrou estabelecer importantes critérios de disciplina fiscal e monetária na economia paraguaia, ou seja, sua indicação para Ministro da Fazenda indicou certa prudência de Lugo na condução da política econômica. Idilio Mendez Grimaldi (2012a) vai além, e afirma que o ministro é um economista neoliberal e ainda acrescenta que ele foi imposto a Lugo pelo Fundo Monetário Internacional.

Apenas um mês após a posse de Fernando Lugo, em setembro de 2008, a crise econômica internacional explodiu, e por suposto que a economia paraguaia também sentiu seus efeitos. Neste contexto, meses após a posse o governo lançou,

⁷³ RENUNCIÓ DIONISIO BORDA y lo reemplaza Ernest Bergen. **ABC COLOR**. 2005. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/renuncio-dionisio-borda-y-lo-reemplaza-ernest-bergen-831625.html>. Acesso em: 30 set. 2019.

em dezembro de 2008, o *Plan Estratégico Económico y Social 2008-2013: Propuesta para un crecimiento económico con inclusión social*⁷⁴, o documento afirma que:

En suma, el proceso de Crecimiento Económico con Inclusión Social se caracteriza por el logro de una trayectoria de crecimiento basada en una estructura productiva que ofrezca una plataforma para el aprovechamiento más eficiente y sustentable de los recursos productivos, y por un esquema de distribución del ingreso que asegure que los frutos del crecimiento se repartan de forma cada vez más justa. Esta es la plataforma sobre la que debe apoyarse una Estrategia Nacional de Desarrollo que pretenda promover la eficiencia y generar una base de sustentación sólida y socialmente responsable (Equipo Económico Nacional del Gobierno de la República del Paraguay, 2009, p. 98)

Conforme podemos ver no trecho acima, o plano econômico do governo de Lugo não explicitava claramente uma filiação estrita às reformas neoliberais, e ainda que o tema da macroeconomia seja tratado bem vagamente, ele aparece conectado ao tema da redução das desigualdades sociais ou então junto ao discurso da responsabilidade social, fica claro que esta é uma sinalização aos setores populares que apoiaram e votaram em Fernando Lugo.

Ainda assim, tanto Grimaldi (2012a) quanto Bozzolazco (2013) viriam posteriormente a avaliar que a política macroeconômica de Lugo teria sido de caráter conservador, e mesmo neoliberal, e que os setores bancários e do agronegócio do país foram priorizados durante aquela gestão.

Apesar do governo ter trazido a público o Plano mencionado acima, que foi elaborado por sua equipe econômica, o jornal local ABCColor (2009) noticiou diversas vezes no final de 2008 e início de 2009 as pressões e reivindicações das entidades empresariais locais, dos setores opositores e mesmo dos liberais, para que o governo paraguaio apresentasse ao Congresso um plano específico para combater a crise. O governo finalmente respondeu à pressão apresentando um plano ao Congresso no dia 03 de fevereiro de 2009, que antes mesmo de começar a ser executado teve respaldo público do Banco Mundial (ABC COLOR, 2009)⁷⁵.

⁷⁴ O Plano completo está disponível em: http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/707/pdf_21. Acesso em: 23 set. 2019.

⁷⁵ Ver: PLAN ANTICRISIS OFICIAL tiene fuerte componente de créditos externos. **ABC COLOR**, 2009. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/plan-anticrisis-oficial-tiene-fuerte-componente-de-creditos-externos-1143292.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

PLAN ANTICRISIS DE Borda logra respaldo del Banco Mundial. **ABC TV**, 05 de fev. de 2009.

González Bozzolasco (2013, p. 55) afirma que este plano assumiu "una línea conservadora con priorización a los sectores económicos más privilegiados, el financiero y el agroexportador...". O autor ainda destaca as enormes desigualdades entre os montantes de recursos destinados aos programas sociais e os montantes destinados aos setores bancários e agrícolas do país.

Grimaldi (2012a) acrescenta:

El gobierno de Fernando Lugo, que centró su programa de gobierno en la inclusión social y el combate a la pobreza, aumentó el aporte monetario a las familias carenciadas, en un intento por reducir la brecha. Sin embargo, al cabo de dos años, el impacto fue una leve reducción de la pobreza, aun cuando el Paraguay tuvo un crecimiento económico del 14.5% en 2010. (GRIMALDI, 2012a, p. 304).

Apesar dessa análise, o próprio Dionísio Borda, entrevistado por Duré *et al* (2012) afirma que durante sua gestão como ministro se destinaram aumentos sem precedentes para os programas de saúde, educação e para o Tekoporã (programa equivalente ao Bolsa Família no Brasil) ou mesmo para novas políticas sociais, como o programa de pensão alimentícia para idosos, outros entrevistados pela mesma autora reiteram essa análise.

Conforme podemos ver no gráfico 1 a seguir, a partir de 2009 o Paraguai teve um crescimento ininterrupto de seu PIB até 2012, e apesar de Grimaldi avaliar que a redução da pobreza foi leve, José Carlos Rodríguez (2014), analisando os índices de pobreza e o coeficiente de gini durante o governo de Lugo, conclui que a redução da pobreza paraguaia naquele governo foi muito importante:

La estadística de la Pobreza Total en los últimos años nos indica una caída de la Pobreza Total nacional muy importante entre 2007 y 2013. La Pobreza Total nacional cayó en 17 puntos, de una incidencia de 41,2% a una 23,8%; la caída proporcional fue de -42%. La Pobreza Urbana cayó en 17 puntos (33,6 a 17%), lo que constituye una caída proporcional de -49%. La Pobreza Total Rural cayó en -18 puntos (incidencia de 51,8 a 33,8%), una caída de 35%. Estas tendencias se verifican también en la pobreza extrema. [...] La evolución de la desigualdad desde el 2007 al 2013 según su índice Gini, urbano y rural, muestra una disminución, las series tienden a converger. [...] La correlacionan de la serie de datos urbana y rural fue positiva con un coeficiente de correlación 0,45. [...] Si bien el país se encuentra entre los peores niveles de desigualdad de la humanidad, hay una tendencia a que la sociedad se vuelva más homogénea en los últimos años. (RODRÍGUEZ, 2014, p. 29-30)

As políticas sociais do governo Lugo foram fundamentais para essa pequena redução da pobreza e da desigualdade no país, que, conforme disse Rodríguez (2014), ainda tinha os piores níveis de desigualdade do mundo. Justamente por isso, essas políticas, apesar de não terem sido exatamente um eixo programático da campanha de Lugo, foram um elemento progressista fundamental de seu governo, dentre as quais destacamos a seguir duas das principais.

O programa de transferência de renda, *Tekoporã*, era bastante similar ao Bolsa Família iniciado no governo de Lula, e já tinha sido criado no governo anterior, mas durante a gestão de Lugo houve um aumento significativo do número de pessoas em extrema pobreza beneficiadas (CODAS, 2019).

Já a política de gratuidade da saúde era uma proposta inédita no Paraguai, vários autores, de fora e de dentro do governo,⁷⁶ consideram que ela foi o principal feito do governo Lugo no âmbito das políticas sociais, pois houve a implementação da total gratuidade nos atendimentos médicos na saúde pública junto a uma política de distribuição de alguns medicamentos, também de forma gratuita (PAREDES, 2014; DURÉ *et al*, 2012).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto do Paraguai no Governo Lugo

Fonte: Banco Central del Paraguay.

4.1.2. A política de Reforma Agrária

⁷⁶ Sobre os atores políticos de dentro do governo recomendamos ver as entrevistas ao ex-presidente Fernando Lugo e de Ricardo Canese, no livro publicado por Elizabeth Duré *et al* (2012).

A política de reforma agrária, apesar de também ser considerada uma política social, foi um eixo exclusivo do programa eleitoral da APC, pois representava a demanda histórica dos setores organizados de camponeses sem-terra paraguaios, ao mesmo tempo, este era um tema notadamente conflitivo com líderes do Partido Liberal que compunham a aliança de governo, além de ser um conflito histórico na sociedade paraguaia.

Segundo Bozzolasco (2013), o último Censo Agropecuário Nacional do Paraguai de 2008 constatou que 85% das terras do país são ocupadas por apenas 2,6% do número de proprietários, o mesmo Censo constatou que o agronegócio da soja e do gado, em 2008, representavam 70% das exportações do país. Foi neste contexto de flagrante desigualdade na distribuição, uso e ocupação das terras do país que nos primeiros meses de governo, em novembro de 2008, foi instaurada a *Coordinadora Ejecutiva para la Reforma Agraria* (CEPRA)⁷⁷ através de um decreto presidencial. O órgão envolvia a participação de diversas instituições do Estado e de representantes das organizações de camponeses sem-terra do país com a missão de elaborar um Plano Nacional de Reforma Agrária. Segundo Marielle Palau (2010), a CEPRA tinha como objetivos coordenar e promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural e impulsionar a gestão das políticas públicas em relação aos assentamentos.

Além da criação da CEPRA, o governo de Lugo incluiu a *Reforma Agraria Integral* como um eixo fundamental de seu *Plan Estratégico Económico y Social 2008-2013*, mencionado anteriormente. Ali se justifica o porquê de ter a reforma agrária dentro da política econômica do país, destacando os grandes objetivos esperados com ela: ter uma estrutura de produção agropecuária mais equilibrada; fortalecer o papel da agricultura familiar; promover a soberania e a segurança alimentar; entre outros (CODEHUPY, 2013). O estudo organizado em 2013 pela *Coordinadora de Derechos Humanos de Paraguay* (CODEHUPY) e intitulado "*Obstáculos institucionales y jurídicos para el acceso a la tierra y su regularización por parte de la población campesina*" destaca que, apesar das boas intenções do governo de Lugo em relação à reforma agrária, o balanço geral aponta que os avanços foram

⁷⁷ Ver: PARAGUAI INSTALA NOVO órgão para a reforma agrária. **Estadão**, 2009. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,paraguai-instala-novo-orgao-para-a-reforma-agraria,277426>. Acesso em: 30 set. 2019.

marcadamente limitados.

Os porquês destes resultados eram de diversos âmbitos, um deles é o aspecto econômico. Avançar na política de reforma agrária dependia da aprovação de recursos para execução de ações concretas, e isso dependia da aprovação do Congresso Nacional, que, conforme vimos, era de maioria colorada e claramente não demonstrava disposição positiva para tal demanda, como no episódio em que engavetou um projeto de cooperação financeira entre Itaipu e a CEPRA (CODEHUPY, 2013, p. 30).

Ademais, o mandato de Lugo assistiu a diversas manifestações públicas dos latifundiários do agronegócio paraguaio que se opunham às propostas contidas no plano de reforma agrária e também às políticas de meio ambiente, como no tema da proibição da plantação de algodão transgênico e na tentativa frustrada de regular a aplicação de agrotóxicos, que afetava diretamente os interesses dos *sojeros* (produtores de soja) e das multinacionais do agronegócio presentes no Paraguai (BOZZOLASCO, 2013). Por outro lado, os movimentos camponeses pressionavam o governo por mais avanços na política de reforma agrária, principalmente através da organização de manifestações públicas, marchas e mantendo ocupações em latifúndios improdutivos ou ilegais (PALAU, 2014).

Muitas vezes, tais ocupações geravam conflitos violentos com os latifundiários, que não as admitiam e recorriam à contratação de segurança privada armada, ou mesmo se aliavam com outros dois atores importantes, o poder judiciário e o poder repressivo, que intercediam pelos latifundiários. Um exemplo claro deste tipo de conflito foi o caso Ñacunday e o caso *Marina Kue* (ou Massacre de Curuguaty), que serão tratados na subseção seguinte pois tiveram relação direta com o julgamento político ao qual fora submetido Fernando Lugo.

Nesse sentido, o CODEHUPY (2013, p. 31) afirma que "las viejas estructuras que respaldan la ocupación del territorio por el capital, continúan imponiéndose tal como se venía dando hasta ahora".

Quase dez anos após o golpe, Gustavo Codas (2019, p.48) concluiu:

O principal déficit do governo Lugo foi talvez com sua principal base social, os camponeses organizados. A reforma agrária – muito dificultada pela Constituição e as leis e sofrendo grande resistência no Congresso Nacional – não avançou; e com o Ministério de Agricultura nas mãos de liberais mais próximos ao agronegócio que ao campesinato pobre, não houve mudanças importantes na política agrícola orientada à agricultura familiar. Apesar dos poucos

resultados, o governo sinalizou uma abertura inédita em relação ao campesinato, recebendo seus líderes e buscando fazer concessões pelas beiradas.

4.1.3. A soberania hidroenergética e a política externa de Lugo

Um outro eixo programático fundamental da campanha de Lugo foi a soberania nacional, que se relacionava diretamente à reivindicação histórica dos paraguaios por soberania hidroenergética. Na prática este eixo implicava na revisão dos tratados assinados na construção das usinas binacionais de Itaipu (com o Brasil) e de Yaciretá (com a Argentina), principalmente no que diz respeito à restrição imposta por ambos tratados em relação à venda da energia excedente, por parte do Paraguai, para outros países da região e a preço de mercado.

Segundo Bozzolasco (2013), este era o eixo mais consensual entre as diferentes forças políticas que compunham o governo de Lugo, e mesmo os setores opositores ao governo não faziam confrontação direta em relação a este aspecto. Em relação ao tratado de Yaciretá, assinado com a Argentina, a renegociação não teve resultados durante. Já em relação a Itaipu, o Paraguai teve conquistas importantes durante o governo pois, após uma série de negociações com o governo brasileiro, finalmente foi ajustado o valor que o Brasil pagava pela compensação da cessão da energia gerada por Itaipu, e que pertencia ao Paraguai, o valor pago por gigawatt-hora foi praticamente triplicado, resultando num grande aumento de ingressos para o Paraguai.

Diante disso, vale descrevermos brevemente o processo de negociação que levou a este resultado. Para tal descrição utilizaremos principalmente três referências: uma publicação recente de Gustavo Cudas (2019), que foi assessor internacional do governo de Lugo e participou ativamente das negociações de Itaipu, além de ter sido diretor-geral paraguaio de Itaipu entre 2010 e 2011; a publicação de Ricardo Canese (2009), que foi coordenador da comissão paraguaia de negociação pois é um dos principais especialistas paraguaios no tema da energia; e também usaremos a dissertação de Mariana de Paula (2016), que trata justamente do conflito diplomático entre Brasil e Paraguai durante as renegociações do tratado.

Logo após a vitória na eleição, Lugo nomeou uma comissão chamada *Coordinadora Nacional por la Integración y Soberanía Energética* que reunia diversos especialistas no tema com o objetivo de estabelecer e desenvolver quais seriam os

pontos a serem reclamados ao Brasil nas renegociações do tratado de Itaipu, já que o presidente do Brasil já havia declarado publicamente sua disposição ao diálogo (CANESE, 2009).

Ricardo Canese (2009) publicou o documento resultado da Comissão designada por Lugo, o qual contém as seis reivindicações do Paraguai e a fundamentação de cada uma delas. A seguir organizamos um breve resumo de cada reivindicação:

- a) *Soberania hidroelétrica*: com livre disponibilidade da energia hidroelétrica paraguaia, ou seja, reivindicava-se que o Paraguai pudesse vender sua parte da energia gerada em Itaipu para quem bem entendesse e a um preço de mercado, ainda sim, o Paraguai propunha que a venda se desse no marco da integração regional no cone Sul e que o Brasil se mantivesse como comprador preferencial. Em teoria, o tratado assinado em 1973 dava essa garantia ao Paraguai, mas na prática isso nunca havia ocorrido, e todo o excedente era vendido ao Brasil a um suposto preço de custo, que há muitos anos não era ajustado;
- b) *preço justo para a energia exportada*: o Paraguai reclamava que o Brasil estava pagando um preço excessivamente baixo pela energia excedente que comprava do Paraguai;
- c) *auditoria da dívida*: o Paraguai reivindicava que fosse revisada a origem e o caráter da dívida que o país ainda pagava, em 2008, ao Brasil, sobre a construção de Itaipu;
- d) *administração paritária*: desde a assinatura do Tratado, o Brasil era o único a indicar as direções técnicas e financeiras da binacional, o Paraguai agora exigia a plena cogestão de Itaipu, assumindo as direções que nunca ocupou;
- e) *controle e transparência*, o Paraguai propunha uma inédita auditoria binacional de todas as contas e gestões de Itaipu;
- f) *execução das obras faltantes*: previstas no tratado e não executadas, que

seria exatamente uma subestação seccionadora do lado paraguaio, e também obras de navegação.

Com este documento em mãos, o Paraguai começou o processo de negociação antes mesmo de Lugo tomar posse. O então presidente do Brasil, Lula da Silva, enviou seu assessor para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia,⁷⁸ para uma reunião preliminar com Lugo e com a comissão presidida por Canese no dia 01 de agosto de 2008, noticiada pela imprensa dos dois países.

Os presidentes dos dois países se reuniram em Brasília cerca de um mês depois de formalizada a posse de Lugo, no dia 15 de agosto daquele ano, no dia 17 de setembro, junto a assessores, ministros e técnicos ligados aos temas de relações exteriores e de Itaipu (CODAS, 2019). Segundo Mariana de Paula (2016), nesta reunião foi apresentada a pauta com as seis reivindicações paraguaias (descritas acima), aceita pelo Brasil para ser debatida, portanto ainda não significava que este país tivesse acordo com aquela agenda. Desta reunião resultou a formalização de uma comissão negociadora paraguaia e uma brasileira, que dariam continuidade aos diálogos. A partir de então as comissões realizaram três reuniões técnico-políticas, nas quais, segundo Codas (2019), se avançou nos pontos 4, 5 e 6 da negociação, pois eram os menos polêmicos.

Também se realizou uma reunião ministerial, que envolvia mais atores de ambos os países, sem que se chegasse a um acordo entre as partes, até que na ocasião do Fórum Social Mundial, realizado em Belém do Pará no fim do mês de janeiro de 2009, novamente os presidentes do Brasil e do Paraguai reuniram-se para tratar do tema, além de darem diversas declarações públicas em que reiteram os diálogos e negociações a respeito de Itaipu (PAULA, 2016). Depois disso, as equipes técnicas e diplomáticas seguiram trabalhando por meses, até que no dia 07 de maio os presidentes se reuniram em Brasília e decidiram que as divergências seriam definidas entre eles, para finalmente assinarem uma declaração conjunta no dia 25 de julho de 2009, intitulada "Construindo uma Nova Etapa".

Segundo Mariana de Paula (2016), a declaração conjunta afirma que foram atendidas parcialmente as reivindicações paraguaias, sendo que os três paraguaios

⁷⁸ Ver: GARCIA SAI "CONTENTE" de reunião com Lugo sobre Itaipu. **REUTERS**, 2008. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRN0140389420080801> Acesso em: 19 maio 2019.

membros da comissão de negociação e entrevistados por ela (Ricardo Canese, Gustavo Codas e Jorge Lara Castro) avaliam a declaração de forma muito positiva. O logro mais importante da declaração é em relação ao preço justo da compra da energia paraguaia por parte do Brasil, com o aumento do fator moderador da compensação pela cessão da energia em três vezes, que seria posteriormente submetido à aprovação congressional de ambos países.

Sobre a livre disponibilidade da energia paraguaia, o Brasil atende parcialmente a essa reivindicação, pois aceita que a empresa pública paraguaia de energia, a ANDE (*Administración Paraguaya de Electricidad*), possa gradualmente concretizar a venda do excedente de energia diretamente ao mercado brasileiro, sem passar necessariamente pela Eletrobrás. No entanto, no que diz respeito à venda para outros países fora do tratado, o debate foi postergado para 2023, ano em que se previa a quitação das dívidas do Paraguai (PAULA, 2016).

Em relação às auditorias das dívidas e da gestão, a declaração ratificou o andamento das mesmas; em relação à cogestão plena, também se reiterou este compromisso por ambas as partes; e finalmente em relação às obras faltantes também se manifestaram por avançar no sentido das reivindicações paraguaias (PAULA, 2016).

Após a declaração conjunta, o fundamental era que ambos os Congressos aprovassem o aumento do valor pago pelo Brasil. O aceite do acordo entre os Ministérios de relações exteriores dos dois países foi feito por meio de notas reversas trocadas no dia 01 de setembro de 2009. O Congresso Paraguaio aprovou a lei que sancionou o acordo no dia 04 de novembro de 2009. Por sua vez, no Brasil, as notas reversas foram enviadas ao Congresso no dia 20 de novembro de 2009, sendo aprovadas por meio de decreto legislativo em maio de 2011, quando entrou em vigência, sendo promulgado pela então presidenta do Brasil, Dilma Roussef, no dia 27 de junho 2011 (CODAS, 2019).

Para Bozzolasco (2013) e Codas (2019), o processo diplomático que resultou na rediscussão do Tratado de Itaipu foi a principal conquista da política externa do governo de Lugo.

Entretanto, vale mencionar que o governo Lugo também praticou uma política externa progressista no que diz respeito à integração regional – com a participação ativa do Paraguai no lançamento da CELAC e da UNASUL e na renovação do Mercosul, e o posicionamento firme no repúdio ao Golpe de Estado ocorrido em

Honduras, contra o presidente legitimamente eleito, Manuel Zelaya – e na decisão de revogar o acordo que possibilitaria a instalação de bases militares estadunidenses no país, tal como menciona Arthur Soares (2016, p. 76):

tal medida constituía-se como parte de um programa de cooperação militar entre os dois países, assinado durante a presidência de Nicanor Duarte (2003-2008), que, dentre outras medidas, autorizava a entrada no Paraguai de 500 militares estadunidenses com imunidade diplomática, para fins de treinamento. Na ocasião da revogação, a então embaixadora dos Estados Unidos em Assunção, Liliana Ayalde, afirmou que a decisão do presidente Lugo era lamentável e que o acordo entre os dois países envolvia não apenas questões militares, mas também sociais, como a construção de escolas e clínicas médicas. Em declarações oficiais, Brasil, Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina afirmaram que o acordo militar tratava-se de uma estratégia estadunidense para aumentar sua influência na região, pondo em risco a estabilidade do continente sulamericano.

4.1.4. Recuperação institucional e combate à corrupção

Finalmente, em relação aos dois últimos eixos da campanha eleitoral da APC – recuperação institucional e combate à corrupção e Justiça independente –, Bozzolazco (2013) avalia que os avanços foram ainda menores do que nos demais eixos. Ele atribui este resultado principalmente a dois elementos. Por um lado, destaca que o uso que o Partido Colorado fez da burocracia estatal por mais de sessenta anos tornou extremamente difícil qualquer mudança neste âmbito do Estado, por outro, ele menciona as dificuldades de um governo realizar qualquer rearranjo institucional sem um amplo apoio parlamentar.

Contudo, apesar dos vários limites do governo da APC, Duré *et al* (2012) afirma que naquele período se ampliaram os limites da estreita democracia paraguaia, ou seja, houve um movimento de democratização do Estado paraguaio, com maior participação e diálogo do governo com a sociedade, em especial com setores historicamente excluídos. Neste mesmo sentido, a autora também destaca a democratização dos direitos sociais obtida com a gratuidade da saúde.

4.2. Conflitos políticos na antessala do Golpe

Conforme constatamos, o Governo de Lugo foi fortemente marcado por conflitos políticos tanto com seus adversários, derrotados nas eleições de abril de 2008, quanto dentro do amplo espectro de alianças que o elegeu como presidente. A

ação da posição no Congresso se destacou durante o governo, pois com maioria colorada obstaculizava os poucos projetos progressistas que eram apresentados, além dos já mencionados na subseção anterior, acrescentamos os projetos de imposto de renda e de imposto sobre a exportação da soja, além do impedimento da entrada da Venezuela no Mercosul e da incorporação plena do Paraguai na UNASUL (DURÉ *et al*, 2012).

No que diz respeito aos conflitos internos ao governo, eles aconteciam sob duas perspectivas. Por um lado, os movimentos populares e forças progressistas que apoiavam a APC pressionavam por mais políticas públicas que tivessem impacto social; por outro, as lideranças do partido liberal pressionavam no sentido oposto.

Essa disputa interna do governo também aparecia na disputa pela direção dos ministérios do poder executivo, já que, como é de costume nos regimes presidencialistas, estes eram repartidos entre as forças políticas que compunham a aliança vitoriosa nas eleições, os liberais eram uma força de peso naquela aliança, logo estiveram à frente de ministérios importantes, como por exemplo o de Agricultura, o de Indústria e Comércio, de Obras Públicas e o de Comunicações.

Segundo Elizabeth Duré *et al* (2012, p. 22), Lugo

[...] tenía que gobernar conjuntamente con liberales, socialdemócratas y socialistas en su gabinete, lo cual ya indicaba que no se podía contar con un proyecto de país de largo plazo que orientase los cinco años de gestión, dada la diversidad ideológica de la coalición gubernamental.

Além do mais, segundo Gustavo Cudas (2019), os liberais estavam fracionados em três grandes grupos internos que também brigavam entre si pelos cargos, com vistas a posicionar candidaturas para as próximas eleições paraguaias. Ademais, o autor destaca que estes grupos internos não atuavam de forma unificada como base de governo no Congresso Nacional, dificultando ainda mais a aprovação de diversas políticas públicas e tornando cada vez mais complexa a resolução dos conflitos políticos.

Da mesma forma, as organizações progressistas e de esquerda que compuseram a APC e o governo não tinham posições unitárias, já que não havia um espaço organizativo para debater os temas comuns. Nesse sentido, em 2010 foi fundada a Frente Guasú (que em guarani quer dizer "Frente Grande"), com a participação de diversos partidos, movimentos sociais e grupos políticos que apoiavam Fernando Lugo. Segundo Cudas (2019, p. 47), um dos objetivos da Frente

era constituir as bases para a governabilidade com o povo organizado e nas ruas, mas o autor avalia que a frente não alcançou esse objetivo, pois se deu "a frio e sobre um recuo tático".

Outra deficiência do governo que implicava diretamente na sua desestabilização era a ausência de meios de comunicação que dialogassem diretamente com a população do país sobre temas diversos. Apesar de Lugo ter criado a primeira TV pública paraguaia, esta ainda estava dando seus primeiros passos, enquanto isso os principais jornais e rádios paraguaios levavam décadas de construção, como o ABC Color e o La Nación, além de serem dirigidos por empresários que em muitos episódios faziam oposição explícita a Lugo em seus editoriais e também na cobertura cotidiana.

Por isso, muitas vezes o governo ficou à mercê das versões propagadas por estes veículos, que segundo Codas (2019) realizavam uma chantagem pública ao presidente a cada episódio político. Ademais, estes mesmos meios de comunicação e as lideranças da oposição (sobretudo colorados) protagonizavam uma verdadeira cruzada anticomunista e antibolivariana contra o presidente, chegando a acusá-lo diversas vezes de estar vinculado ao Exército do Povo Paraguaio (EPP) e até mesmo com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o que nunca foi comprovado.

Fernando Lugo afirma que seu governo

[...] tuvo muchísimas acusaciones, de las [más] variadas. Primero, decían que teníamos relación directa con las FARC y con la guerrilla. Segundo, con los secuestros. Tercero, que éramos como un satélite de los gobiernos bolivarianos del siglo XXI, y golpeando por supuesto en este sentido a la integración, que estábamos promoviendo. (LUGO, 2018).

Nesse contexto, a oposição parlamentar tentou entrar com o pedido de julgamento político do presidente, houve 23 tentativas em menos de quatro anos de governo, ficava cada vez mais evidente que se buscava um episódio que pudesse ser a fagulha para derrubá-lo, mas para alcançar tal objetivo era necessário além de ganhar o apoio dos liberais, que eram a segunda maior força política no Congresso paraguaio, ter um certo apoio de parcelas da sociedade paraguaia.

Nesse sentido, quatro episódios chamam a atenção, dois envolvendo diretamente grandes empresas transnacionais e dois envolvendo conflitos de terras entre latifundiários e sem-terra.

O primeiro foi a polêmica em torno da liberação do cultivo da semente de algodão transgênico Bolgard BT, patenteada e comercializada pela transnacional Monsanto, que tem ampla presença no agronegócio paraguaio. Em outubro de 2011, o Ministério da Agricultura, então dirigido pelo liberal Enzo Cardoso, liberou o cultivo comercial da semente, em seguida o *Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas* (SENAVE), então dirigido por Miguel Lovera, não inscreveu a semente nos registros de cultivares pois não se adequava às exigências do Ministério da Saúde e da Secretaria de Meio Ambiente, inviabilizando o cultivo. Em seguida, houve mobilizações e declarações imediatas de setores contrários ao cultivo – sobretudo organizações camponesas e ambientalistas – e de setores favoráveis, como entidades de produtores rurais tal com a UGP, que ameaçavam organizar “tratorações” contra o governo. Meses depois, precisamente no dia 08 de junho de 2012, o periódico ABCColor publica supostos escândalos de corrupção do presidente do SENAVE, protagonizando uma campanha para desmoralizar e destituir Lovera⁷⁹ (GRIMALDI, 2012b).

O segundo caso tratou-se da relação do governo com a transnacional Río Tinto Alcan, que vinham negociando uma solicitação de fornecimento subsidiado de energia hidroelétrica para a instalação de uma planta fundidora de Alumínio, que utilizaria energia hidroelétrica produzida por Itaipu. Em resposta à tal demanda, o governo organizou audiências públicas, para tratar da proposta a partir de dezembro de 2011, sendo que a última delas realizou-se no dia 01 de junho de 2012, apenas vinte dias antes do golpe de Estado se concretizar (CANESE; CANESE, 2013).

Um terceiro caso foi o que ficou conhecido como Caso Ñacunday, trata-se de um conflito de terras ocorrido na cidade de Ñacunday, localizada próxima à cidade do Leste e Foz do Iguaçu,

onde, no começo de 2012, camponeses sem-terra reivindicavam terras propriedade do estado que foram invadidas pelo latifundiário brasiguai Tranquilo Favero, o “rei da soja” e maior latifundiário do Paraguai. Estima-se que ele concentre mais de um milhão de hectares em todo o país. Funcionários do governo Lugo detectaram a presença de sicários vinculados ao narcotráfico infiltrados entre os camponeses e atuaram para separar os sem-terra deles, impedindo que o conflito fosse acirrado pela provocação armada que se estava preparando (CODAS, 2019, p. 49).

⁷⁹ PRESENTAN 12 ARGUMENTOS para destituir a Lovera. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresaeconomia/presentan-12-argumentos-para--destituir-a--lovera-411495.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

Nunca se esclareceu quem enviou os pistoleiros e por que estes haviam se infiltrado, por fim, as respostas às questões sobre Ñacunday viriam à tona quando ocorreu o Massacre de Curuguaty, que, segundo os pesquisadores Martinez-Escobar e Sánchez-Gomes (2015), cumpriu o papel de ter sido o gatilho imediato que operou como razão disparadora para que a oposição conseguisse derrubar Fernando Lugo.

4.3. O gatilho do golpe: o massacre de Curuguaty

Dada a importância deste episódio, dedicamos esta seção exclusiva para explicitar o que ocorreu naquela sexta-feira, dia 15 de junho de 2012, na zona rural da cidade de Curuguaty, onde foram mortos onze camponeses sem-terra e seis policiais, após a execução de um mandato de busca por policiais em um acampamento com cerca de sessenta camponeses sem-terra que ocupavam um terreno reivindicando que este fosse destinado para a reforma agrária.

O município de Curuguaty fica a cerca de 250 km a leste da capital Assunção. Desde o fim do século XIX, sua economia é baseada principalmente na extração de madeira e erva-mate e na produção agropecuária, sendo que a partir da década de 1990 a região no entorno do município tornou-se um importante expoente do agronegócio da soja e da pecuária no Paraguai.

A terra onde ocorreu o massacre é conhecida popularmente como *Marina Kue*, que em guarani significa "lugar que foi da Marinha", pois *Kue* refere-se a um lugar "que foi de...". Esta denominação ocorre em decorrência da utilização daquele terreno pela marinha paraguaia, mais precisamente pelo *Destacamento Naval Agropecuário Km 35 Curuguaty*, entre 1967 e 1999, quando se retirou do local por problemas logísticos (CODEHUPY, 2012). O conflito sobre a titularidade do terreno durou décadas e envolveu diversos atores, tais como órgãos do Estado, o poder executivo, o poder judiciário, empresários do agronegócio, camponeses sem-terra e forças policiais.

Para entender o conflito político e jurídico em torno daquela propriedade, faremos um breve histórico dos acontecimentos, baseando-nos principalmente no *Informe de Derechos Humanos sobre el caso Marina Kue*, elaborado e publicado em 2012 pela *Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay* (CODEHUPY). Tal Informe afirma que na data do massacre, no dia 15 de junho de 2008, aquele pedaço

de terra de cerca de 200 hectares estava registrado como propriedade da empresa *La Industrial Paraguaya S.A. (LIPSA)*⁸⁰, porém há diversos documentos confirmando que a LIPSA doou aquele terreno ao Estado paraguaio em 1967, para que fosse ocupado pelas forças armadas paraguaias, o que, conforme mencionamos acima, efetivamente ocorreu até 1999, quando o destacamento da marinha retirou-se do local, inaugurando um conflito em torno da titularidade do terreno, que foi a ponta de lança do conflito histórico paraguaio entre latifundiários do agronegócio e camponeses sem-terra (CODEHUPY, 2012).

A doação do terreno da LIPSA ao Estado paraguaio está comprovada pela publicação de um decreto assinado pelo poder executivo em 1967, no entanto, desde então, nem o Estado paraguaio nem suas forças armadas tinham o título da propriedade em decorrência de problemas burocráticos sobre a forma de transferência de domínio por meio de uma escritura pública, o que na prática paralisou a transferência de titularidade por décadas (CODEHUPY, 2012).

Em abril de 2004, depois de cerca de cinco anos que o Destacamento Naval deixou aquelas terras, um grupo de camponeses sem-terra de Curuguaty se organizou junto ao *Movimiento por la Recuperación Campesina de Canindey (MRCC)* e reivindicou legalmente ao INDERT (Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra) que *Marina Kue* fosse destinado à reforma agrária, já que as terras estavam abandonadas e improdutivas, a demanda sugeria que o terreno fosse agregado à Colônia vizinha, chamada de *Yvypytã 1* (CODEHUPY, 2012).

Meses depois, precisamente no dia 04 de outubro de 2004, o poder executivo emitiu um decreto que declara o terreno como de interesse social, destina-o para fins do estatuto agrário e ordena que o título seja transferido para o INDERT. Novamente, assim como na década de 1960, não havia requisitos legais suficientes para que se efetivasse a transferência do título da propriedade de forma rápida, logo o INDERT designou um conjunto de funcionários para acompanhar o caso e garantir a

⁸⁰ Segundo CODEHUPY (2012), a LIPSA foi constituída em 1886 por estrangeiros e paraguaios, e chegou a ser nos séculos XIX e em parte do século XX a maior empresa de erva-mate do Paraguai, em 1914 a maior parte das ações da empresa foi comprada por capital inglês, desde então, além da erva-mate, a empresa se dedicava à produção de gado, possuindo grande quantidade de terras e uma infraestrutura de transporte fluvial para o comércio de sua produção. Um dos maiores latifúndios da LIPSA era a *Finca* (fazenda) número 30, que após uma crise na empresa foi subdividida em milhares de lotes para serem vendidos a outros latifundiários, na maior parte das vezes, ou mesmo doados ao Estado paraguaio, principalmente para o assentamento de instituições públicas na região.

transferência do título, o que só ocorreria se fosse realizada a mensuração judicial do terreno (CODEHUPY, 2012).

Finalmente, em junho de 2005 foi conseguida a ordem de execução da mensuração judicial, sendo que antes de sua execução o poder judiciário notificou a empresa *Campos Morombí*, pertencente ao ex-senador colorado Blas N. Riquelme e proprietária de terras vizinhas a *Marina Kue*. Segundo testemunhas entrevistadas pelos elaboradores do Informe, desde a saída da marinha do local, a empresa vinha ultrapassando progressivamente os limites do terreno e entrando pouco a pouco em *Marina Kue* (CODEHUPY, 2012).

Dias depois de receber a notificação, os advogados da Campos Morombí entraram com um processo judicial contra a LIPSA, reivindicando o título do terreno por usucapião, alegando que ocupavam o imóvel ininterruptamente desde janeiro de 1970. Em seguida, um juiz de primeira instância publicou uma medida cautelar proibindo a ocupação de pessoas estranhas ao terreno, o que impediu a mensuração por parte do INDERT e inaugurou uma disputa judicial que durou anos (CODEHUPY, 2012).

No mesmo ano do pedido de usucapião, um juiz de primeira instância concedeu a titularidade a Campos Morombí, no entanto houve diversas apelações, recursos e erros processuais que impediram que a titularidade fosse passada à empresa. A Procuradoria Geral da República e o INDERT apelaram diversas vezes entre 2005 e 2012, e em várias ocasiões a LIPSA se pronunciou formalmente reafirmando que doou o terreno ao Estado em 1967. Ainda sim, mais de uma vez juízes reiteraram a primeira decisão de dezembro de 2005, em que se excluiu o Estado do processo, e aceitou-se pedido da Campos Morombí pela propriedade de *Marina Kue*⁸¹ (CODEHUPY, 2012).

Apesar disso, o título da propriedade não foi passado da LIPSA para a Campos Morombí pois o número e o distrito do terreno foram digitados de forma equivocada no processo, ou seja, no fim, não se referia ao imóvel de interesse da Campos Morombí. Foi por isso que até a ocorrência do Massacre e a publicação do informe de direitos humanos, em 2012, *Marina Kue* ainda estava registrada como pertencente à LIPSA (CODEHUPY, 2012).

⁸¹ Em dezembro de 2009, o procurador geral da República abre um novo inquérito que solicita a anulação da decisão judicial que concedeu aquelas terras à empresa Campos Morombí por usucapião, a solicitação é rechaçada nas primeiras instâncias judiciais, até que a procuradoria apela à Corte Suprema de Justiça, sem ter nenhuma resposta até julho de 2012.

Ao mesmo tempo, de 2004 em diante, foram organizando-se diversos acampamentos de sem-terra no terreno, reivindicando que ele já havia sido destinado para a Reforma Agrária. Os grupos que organizavam a ocupação do terreno provinham de distintos processos de organização regional e nacional, sendo que na análise da CODEHUPY (2012, p.71) destaca-se que estes desenvolveram o "empleo de una estrategia pendular de ocupación, consistente en la reiterada ocupación de las tierras en disputa y su respectivo desalojo pacífico ante la presencia de la fiscalía y policía".

O informe também destaca algumas características das comissões de sem-terra que realizavam as ocupações naquele local, são elas: a) tinham uma base frágil, mudavam constantemente de lideranças;⁸² b) tinham um apoio muito irregular de organizações camponesas departamentais ou nacionais, ou de organizações políticas; c) empregavam uma estratégia pacífica,⁸³ motivados pela convicção de que aquelas terras pertenciam ao Estado, o que era reforçado pela disputa judicial retomada pelo INDERT a partir de 2008, e também pela relação que este órgão foi estabelecendo com as comissões de acampados (CODEHUPY, 2012).

Vale mencionar de antemão que o Relatório do CODEHUPY (2012) conclui que, na disputa judicial que antecedeu o Massacre de Curuguaty, houve claras violações ao direito dos camponeses sem-terra, privados de um tribunal independente e imparcial, o que seria verificado novamente após o massacre.

Além das disputas judiciais pela titularidade, houve mais de uma ação policial no terreno para despejar os acampados. Uma delas ocorreu meses antes do massacre, em janeiro de 2012, quando diante da ordem de despejo os acampados se retiraram pacificamente, dispersando-se em seguida. Meses depois, em maio de 2012, um novo grupo de sem-terra se rearticulou, sob uma nova liderança, para organizar um acampamento em *Marina Kue*, este grupo nem sequer chegou a se inscrever no escritório do INDERT e era o que estava presente no local no dia 15 de junho de 2012 (CODEHUPY, 2012).

Segundo o informe, no dia 30 de maio de 2012, o diário ABCColor noticiou a

⁸² O informe destaca que isso ocorria principalmente devido à repressão. No entremeio da disputa pela titularidade, o poder judiciário acusava as lideranças de invasão de propriedade privada e vários ocupantes foram presos e condenados, e em janeiro de 2012 chegou a ser emitida uma ordem de despejo da área.

⁸³ O informe afirma que, antes dos ocorridos de junho de 2012, os acampados sempre optaram por retirar-se pacificamente diante das sete ordens de despejo emitidas.

emissão da ordem de despejo dos sem-terra que acampavam em *Marina Kue*, na qual se afirmava que os acampados eram violentos e que as terras pertenciam a Campos Morombí. Diante da notícia, as lideranças do acampamento se colocaram em alerta e aguardaram a notificação oficial da justificativa da ordem, o que nunca viria a acontecer.

Na verdade, a ordem era de *allanamiento*, o que no Brasil seria equivalente a uma ordem de busca, e foi pedida pelos promotores Ninfa Aguilar e Diosnel Giménez, e emitida no dia 14 de junho de 2012 pelo juiz José Dolores Benítez, que ordenou a execução. Segundo o CODEHUPY (2012, p. 212),

Básicamente, la mayor diferencia entre una orden de allanamiento y un desalojo es que el primer acto no apunta a retirar por la fuerza a personas ocupantes de un inmueble, y el segundo sí. En el caso del allanamiento, no está presumido que las personas que ocupan un inmueble lo hacen de manera irregular. En el caso del desalojo, sí.

Dias antes do massacre, no dia 07 de junho de 2012, uma equipe de policiais e de negociadores do Ministério do Interior estiveram no acampamento para tentar negociar um despejo pacífico, informando que já havia uma ordem de busca emitida e que seria executada nos próximos dias. A negociação fracassou, pois os camponeses se recusavam a sair sem que fosse apresentado o título de propriedade da área em nome de Blas N. Riquelme, ou de sua empresa, a Campos Morombí. Mesmo assim, nos dias prévios ao massacre, as informações sobre a busca ou despejo dos acampados na área eram um tanto confusas para estes, nem todos tinham conhecimento sobre a presença de policiais e fiscais na região, conforme foi constatado pelas entrevistas realizadas pelo CODEHUPY (2012).

No dia 15 de junho, a operação de busca foi executada pela *Fiscalía Publica* (equivalente ao Ministério Público no Brasil), com o comando de um grande aparato repressor no qual se empreenderam: mais de 300 policiais, parte deles com treinamento para operações especiais; armamentos de alto calibre, como fuzis de assalto; equipamentos antimotins, balas de borracha, gases etc; e um helicóptero Robinson, que começou a sobrevoar *Marina Kue* desde que o dia amanheceu (CODEHUPY, 2012).

Segundo constatou o informe da CODEHUPY, a partir dos autos do processo judicial e dos relatos dos próprios policiais, aqueles efetivos receberam a ordem de executar um despejo dos sem-terra daquele local, e não de busca, sendo que os próprios policiais afirmaram posteriormente que nas instruções preliminares já estava

claro que, se houvesse resistência, eles deveriam fazer uso da força. Por outro lado, os sem-terra acampados em *Marina Kue* estavam certos de que, na ação da polícia, primeiramente seria tentado um diálogo para que eles saíssem do local, o que não aconteceu.

O informe de direitos humanos tem poucas informações sobre a decisão dos acampados de resistir ao despejo, no entanto o jornalista paraguaio Julio Benegas Vidallet (2017) realizou diversas entrevistas com os sobreviventes as quais resultaram em um livro publicado no Paraguai e também no Brasil, e afirma que os sem-terra estavam decididos a resistir ao despejo caso não fosse apresentada nenhuma prova de que aquelas terras pertenciam à empresa Campos Morombí.⁸⁴

Segundo Vidallet (2017, p. 23-24), na madrugada daquele 15 de junho, o grupo preparou-se para resistir com ferramentas de agricultura, tais como foices e enxadas, e também "com umas dezoito espingardas de um tiro, um rifle de dezoito tiros e um revólver calibre 38", os acampados levantaram-se às três da manhã para organizar-se, prepararam lenços com sal para suportar os gases lacrimogêneos e "estenderam três fios de arame sobre a ponte como barreira, envolvida com a bandeira paraguaia e uma insígnia em carvão de vencer ou morrer" (*ibidem*, p. 25). Vidallet conclui que os acampados supunham que a polícia respeitaria a bandeira paraguaia e que ali eles parariam para estabelecer um diálogo, acreditando que era possível convencer as forças policiais de não avançarem no despejo, no entanto os policiais derrubaram a barreira e seguiram em frente até a barreira humana organizada mais à frente pelos sem-terra.

O informe da CODEHUPY (2012) afirma que, ao verem que os sem-terra tinham armas, o comandante da operação, Erven Lovera, mudou a disposição dos policiais, trazendo as forças táticas especiais – que inicialmente estavam dispostas na retaguarda – para a linha de frente. Quando estas se depararam com os acampados armados, rapidamente começou uma troca de tiros, que resultou na maior parte das mortes constatadas posteriormente de ambos os lados do confronto.

Na época da elaboração do informe, meses após o massacre, ainda não estava claro se houve algum diálogo antes do tiroteio e tampouco quem teria dado o primeiro

⁸⁴ Essa é uma questão polêmica até hoje, sendo que alguns paraguaios entrevistados pela autora consideram a possibilidade de que houvesse franco-atiradores infiltrados entre os acampados, que atuaram com o objetivo claro de acertar policiais e gerar uma comoção nacional, tal qual ocorreu.

tiro, mas com as informações que dispunha o CODEHUPY (2012) constatou-se que, dos seis policiais mortos na operação, cinco eram do grupo tático da vanguarda da chegada ao acampamento, um era o comandante geral da operação e outro o subcomandante da operação; do outro lado, dos onze camponeses mortos naquele dia, parte também estava nesta primeira linha, mas, baseando-se nas autópsias e nos informes dos sobreviventes, constatou-se que ao menos sete dos mortos estavam feridos quando foram executados pelos policiais, que permaneceram buscando sobreviventes no local até o início da tarde daquele dia, com a ajuda do helicóptero que continuou sobrevoando o local até este mesmo período.

Além dos mortos, o despejo teve dezenas de feridos, sendo que os policiais tiveram seus primeiros-socorros feitos pelas ambulâncias que estavam no local acompanhando a operação. Do lado dos sem-terra, a maior parte dos sobreviventes escondeu-se em um bosque próximo e, com medo de serem alvejados, só saíram de lá quando os policiais se afastaram do local do acampamento, os que tinham ferimentos leves se recolheram em casas de parentes e camponeses de comunidades vizinhas a *Marina Kue*, os que tinham ferimentos graves procuraram assistência médica em hospitais próximos, sendo que ao fazê-lo foram presos em seguida.⁸⁵

Diante desse cenário, os principais meios de comunicação paraguaios, que sustentaram a versão de que Blas N. Riquelme era o proprietário legítimo de *Marina Kue*, logo afirmaram que a operação era um despejo, ampliando a ideia de que Riquelme era vítima de invasores "fora-da-lei", o que justificaria a ação dos policiais, mesmo que esta tivesse diversos indícios de ilegalidade (CODEHUPY, 2012).

Somado a isso, a imprensa local publicou diversos artigos em que apontavam supostos vínculos entre os sem-terra acampados e o Exército do Povo Paraguaio (EPP),⁸⁶ passando a mensagem de que aqueles ocupantes eram camponeses violentos e fortemente armados, o que não foi comprovado pelas investigações oficiais e também pelas entrevistas aos familiares dos camponeses mortos e sobreviventes, que eram, em sua grande maioria, filhos de famílias de camponeses de comunidades

⁸⁵ Artigo publicado depois de completados três anos do massacre está disponível em: <http://www.resumenlatinoamericano.org/2015/06/15/masacre-en-curuguaty-sin-justicia-para-el-campesinado/>. Acesso em: 30 set. 2019.

⁸⁶ O EPP é uma organização guerrilheira paraguaia que realiza vários sequestros e polêmicas ações armadas pelo país, os meios de oposição a Lugo tentaram vinculá-lo a tal organização em diversas ocasiões durante seu mandato, mesmo que Lugo e a Frente Guasú condenassem publicamente as ações do EPP.

vizinhas a *Marina Kue* (CODEHUPY, 2012).

Segundo Gustavo Cudas (2019), o fato de ter mortos de ambos os lados gerou uma reação singular ao caso de *Marina Kue*, ninguém defendia o governo de Lugo, de um lado a morte dos policiais era usada pela oposição conservadora e pela mídia comercial para fazer todo tipo de acusação do envolvimento de Lugo com os camponeses, por outro lado, a morte dos camponeses abalou profundamente a relação dos movimentos camponeses com o governo de Lugo. No mesmo dia do massacre de Curuguaty, alguns senadores já falaram em julgamento político de Lugo.⁸⁷

A partir desta mesma lógica, líderes colorados da oposição e entidades empresariais⁸⁸ (tais como a Associação Rural do Paraguai e a União de Grêmios da Produção), e os editoriais dos meios de comunicação pediram a cabeça do ministro de interior, Carlos Filizzolla – que tinha uma trajetória reconhecida em oposição ao Partido Colorado e era do campo mais progressista do governo de Lugo –, sob a justificativa de que tal ministério era formalmente o responsável pela ação da polícia nacional que atuou em *Marina Kue*⁸⁹.

Lugo destituiu Filizzolla no dia 15 de junho de 2012⁹⁰ e em seu lugar nomeou no dia seguinte Rubén Candia Amarilla, membro do Partido Colorado e segundo Cudas (2019) um grande repressor do campesinato quando ocupou o cargo de procurador-geral da República. O comandante geral da polícia, Paulino Rojas, também foi destituído e substituído por Arnaldo Sanabrá Moran, um dos comandantes

⁸⁷ Ver: PIDEN JUICIO POLÍTICO a Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível: <http://www.abc.com.py/nacionales/senador-pide-juicio-politico-a-lugo-y-destitucion-de-ministros-414510.html>. Acesso em 20 jun 2019.

⁸⁸ LA IMAGEN DEL país se fue al diablo, señala Felippo. **ABC COLOR**, Asunción, 17 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/la-imagen--del-pais-se-fue-al-diablo-senala-felippo-415314.html>. Acesso em 20 jun 2019.

EL TRATORAZO ESTÁ firme. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/el-tractorazo-esta-firme-416274.html> Acesso em 20 jun 2019.

⁸⁹ Ver: LA ANR ACUSA de complice al presidente y amenaza con juicio. **ABC COLOR**. Asunción, 15 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/la-anr-acusa-de-complice-al-presidente-y-amenaza-con-juicio-414703.html>>. Acesso em 20 jun 2019.

FRENTE EXIGE DESTITUCIÓN de los altos funcionarios. **ABC COLOR**. Asunción, 15 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/frente-exige-destitucion-de-los--altos-funcionarios-414706.html>>. Acesso em: 20 jun 2019.

⁹⁰ Ver: CUARTO MINISTRO DEL interior de la era Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/cuarto-ministro-del-interior-de-la-era-lugo-414784.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

da operação policial em *Marina Kue* no dia 15 de junho.⁹¹ Ademais, Lugo propôs a criação de uma comissão de investigação independente, a ser formada com personalidades nacionais, para esclarecimento de fatos. Mas, como bem disse Gustavo Cudas (2019), a direita demonstrava não estar interessada em esclarecê-los.

Mesmo após Lugo ceder às pressões de demitir altos funcionários de seu governo, as lideranças liberais e coloradas crescentemente se posicionavam publicamente por seu julgamento político,⁹² conforme é possível verificar em pesquisa da página eletrônica do ABC Color, que entre a segunda-feira, dia 18 de junho, e a quarta-feira, dia 20 de junho, noticiou declarações de deputados, senadores e lideranças políticas que crescentemente se mostravam favoráveis ao julgamento político do então presidente. Ademais, o próprio periódico ABC Color tomava partido pelo julgamento e condenação de Lugo, conforme verificou Aylén Oliva (2015), que analisou os editoriais do periódico paraguaio entre os dias 16 e 30 de junho de 2012 e identificou o papel chave que ele teve na opinião pública e na argumentação principal que compôs o libelo acusatório contra Fernando Lugo.

A autora identificou três leituras principais que se repetiriam no libelo: que Lugo era o responsável pela tragédia pois supostamente permitiu e promoveu a expressão violenta de grupos extremos, referindo-se às acusações de vínculo entre o presidente e os movimentos de sem-terra com o EPP; que o massacre teria sido planejado por militantes com alto treinamento que emboscaram as forças de segurança, e seu intuito era beneficiar o governo de Lugo, porém essa leitura se altera parcialmente a partir do dia 20 de junho, quando o periódico passa a acusar o presidente principalmente por incapacidade de condução política; e a terceira leitura se refere à opinião clara do

⁹¹ FILIZZOLA FUSTIGA DESIGNACIÓN de Sanabria. **ABC COLOR**, Asunción, 17 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/filizzola-fustiga-designacion-de--sanabria-415299.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

⁹² PRODUCTORES SE RATIFICAN em juicio político. **ABC COLOR**, Asunción, 19 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/productores-se-ratifican-en-juicio-politico-416196.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

ALEGRE AMENAZA A Lugo com juicio político. **ABC COLOR**, Asunción, 17 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/alegre-amenaza-a-lugo-con-juicio-politico-415297.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

MOVIMIENTO DE CARTES respalda juicio político a Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/movimiento-de-cartes-respalda-juicio-politico-a-lugo-416282.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

PLRA ENOJADO COM Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/plra-enojado-con-lugo-416409.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

periódico em seus editoriais de que Lugo deveria ser submetido a um processo político que resultasse em sua eventual remoção do cargo (no dia 20 de junho).

Assim sendo, na manhã do dia 21 de junho, quando teve início o procedimento formal do julgamento político de Fernando Lugo no Congresso Nacional paraguaio, muitos deputados e senadores já tinham se posicionado pela condenação do então presidente.

4.4. A consumação do golpe no Paraguai

Conforme vimos, na semana anterior ao julgamento era notória a aproximação entre liberais e colorados, que juntos tinham maioria qualificada nas duas casas do Congresso para destituir o então presidente.

Nesse contexto, foi iniciada a formalidade do julgamento de Lugo na Câmara dos Deputados, por volta das 10 horas da manhã da quinta-feira, dia 21 de junho de 2012, com 76 votos a favor do julgamento, 1 contra e 3 ausências. Na mesma sessão foram nomeados cinco deputados que atuaram como fiscais acusadores – Carlos Liseras (ANR – colorado), Óscar Tuma (ANR – colorado), José López Chávez (UNACE – "oviedista"), Clemente Barrios (colorado) e Jorge Mariño (PLRA – liberal). Eles foram os responsáveis pela elaboração do Libelo Acusatório apresentado como peça de acusação (Resolução N° 1431/2012 da Câmara de Deputados) no julgamento que seria feito pelo Senado no dia seguinte.

Vale recordar que o instrumento do *juicio político* estava brevemente descrito na Constituição paraguaia de 1993 e, desde que foi promulgada, em cada um dos julgamentos ocorridos foi aprovado um regulamento próprio, no qual continham os tempos e o formato geral de cada processo. Nesse sentido, também no dia 21 de junho, a Câmara de Senadores aprovou uma breve resolução, de número 878, que regulamentou o procedimento, instituindo o Senado como tribunal e estabelecendo os prazos para cada parte do processo – desde a apresentação da acusação, da defesa, das provas e da votação –, que foram computados em horas e tiveram caráter improrrogável.

Segundo o advogado paraguaio Emílio Camacho (2012), no mesmo dia 21 de junho o Libelo Acusatório foi apresentado no Senado, de forma extraordinariamente superficial e breve, sendo que em seguida, por volta das 18:00h, a defesa de Lugo foi notificada de que deveria fazer sua apresentação oral e apresentar provas no dia

seguinte ao meio dia (12:00h), por um tempo máximo de duas horas, sendo que às 14:30h o Senado poderia admitir ou rechaçar provas, às 15:30h seriam as alegações finais, e às 16:30h a votação e sentença final. Ou seja, a defesa teve cerca de dezesseis horas para preparar sua apresentação, sendo que neste período teriam apenas quatro horas, entre oito e meio-dia no dia 22 de junho, em que encontrariam os edifícios públicos abertos. Camacho (2012) destaca que isso já demonstra uma clara violação do devido processo e do direito de defesa, que é garantido pela Constituição paraguaia.

Além da forma do julgamento, expressa nos prazos estabelecidos pelo Senado, vale nos atentarmos ao conteúdo das acusações, que está expresso no Libelo Acusatório elaborado pela comissão de deputados, um documento curto que contém basicamente cinco partes: a) objeto; b) os fatos que motivam a acusação; c) as provas que sustentam a acusação; d) conclusão; e) direito; f) petitório.

O documento fala por si só, por isso foi anexado integralmente ao final desta dissertação. A seguir resumimos e comentamos as partes que se referem aos cinco fatos que motivaram o processo contra o presidente Fernando Lugo, pois ali se revelaram muitos dos interesses políticos e econômicos em jogo no Golpe de Estado no Paraguai.

O primeiro fato que motiva a acusação contra Lugo no libelo acusatório se refere a um **ato político no comando de engenharia das Forças Armadas**, sendo que o então presidente era acusado de ter autorizado e apoiado financeiramente um "encuentro de jóvenes socialistas" (PARAGUAY, 2012), realizado no Comando de Engenharia das Forças Armadas no ano de 2009, no qual foram penduradas bandeiras com alusões políticas e pronunciados "discursos instigando a la lucha de clases" (PARAGUAY, 2012). Tal encontro tratava-se do *Campamento Latinoamericano de Jóvenes por el Cambio*, que de fato ocorreu naquele local certamente com autorização de membros do governo da APC, contudo a questão é se este seria um fato consistente e comprovado que pudesse fundamentar a acusação a Fernando Lugo por mal desempenho de suas funções, levando à sua destituição do cargo de presidente. Ademais, chama a atenção como as referências feitas ao encontro no Libelo Acusatório revelam o caráter conservador e autoritário das classes políticas que protagonizaram o julgamento contra Lugo sob uma justificativa muito similar às usadas pelos regimes militares ocorridos na América Latina na segunda metade do século XX, nos quais se usou a desculpa da ameaça comunista para

promover Golpes de Estado, perseguições, assassinatos e torturas aos opositores aos regimes.

O segundo fato mencionado no libelo é o episódio que ficou conhecido como **Caso Ñacunday**. Na subseção anterior já mencionamos brevemente o ocorrido, destacando como aquele episódio foi uma tentativa da oposição de encontrar a fagulha que permitisse a derrubada de Lugo. Apesar do fracasso deste objetivo, o caso foi incluído no libelo meses depois, no qual se responsabilizava Lugo como o único "instigador y facilitador de las recientes invasiones de tierras" (PARAGUAY, 2012), ademais, se afirma que Lugo teve uma conduta cúmplice pela falta de resposta das forças policiais frente às "invasiones de supuestos carperos y sin tierras a bienes del dominio privado" (PARAGUAY, 2012). Neste segundo fato notamos como o libelo explicita os interesses das classes dos latifundiários e do agronegócio paraguaio, em detrimento da reforma agrária e dos direitos dos camponeses sem-terra.

Neste sentido, o próprio acusado afirma:

Una de las cuestiones que los molestó muchísimo fue el iniciar tímidamente, pero tímidamente una discusión sobre la reforma agraria en el Paraguay. Yo creo que ese fue un elemento desencadenante para que la oligarquía, los grandes terratenientes, levantaran la oreja y decir 'bueno, cuidado con este, porque si eso se viene nos convertirán en otra Cuba, en otra Venezuela'. Amenazados por las expropiaciones, la fiscalización de sus empresas. Pero bien, yo creo que ese fue un elemento que la oligarquía, con realidad y fantasía, manejaban en sus círculos, pero que, realmente, en términos de realidad, no había mucho. (LUGO, 2018)

O terceiro fato usado na acusação contra Lugo se intitula **crescente insegurança**, no qual se afirma que frente a isto Lugo foi omissivo e incapaz, acusando seu governo de ter falta de vontade para combater o EPP.⁹³ Neste ponto também já foi mencionado o caso de Curuguaty, em que se acusa Lugo e seus ministros de terem "pretendido tratar por igual a los policías cobardemente asesinados y a aquellos que fueron protagonistas de esos crímenes"⁹⁴, acrescentando a esta acusação a suposta pretensão de Fernando Lugo de "un régimen autoritario, sin libertades, con la aniquilación de la libertad de prensa y la imposición del partido único que profesan los

⁹³ Sendo que, conforme já mencionamos anteriormente, o governo de Lugo negou reiteradamente, em diversos episódios ao longo de seu mandato, que ele ou mesmo a Frente Guasú tivessem qualquer envolvimento com o EPP.

⁹⁴ O Libelo Acusatório ignora solenemente que no episódio de Curuguaty além de seis policiais mortos houve onze camponeses que perderam suas vidas.

enemigos de la democracia y los adherentes del socialismo del siglo XXI" (PARAGUAY, 2012).

Nesta acusação aparece novamente o discurso característico dos regimes militares latino-americanos, dos tempos de Guerra Fria. Ao mesmo tempo que ataca a aproximação de Lugo com governos progressistas da América Latina, quando menciona a expressão "socialismo do século XXI"⁹⁵, tal acusação se insere no contexto de diversos outros episódios ocorridos ao longo do governo da APC, nos quais os meios de comunicação e a oposição fazem acusações variadas a Lugo:

[...] Primero, decían que teníamos relación directa con las FARC y con la guerrilla. Segundo, con los secuestros. Tercero, que éramos como un satélite de los gobiernos bolivarianos del siglo XXI, y golpeando por supuesto en este sentido a la integración, que estábamos promoviendo. (LUGO, 2018)

A quarta acusação contra Lugo se referia ao suposto atentado à soberania do Paraguai cometido por ele no ato da assinatura do **Protocolo de Ushuaia II**, que, em poucas palavras, é a Cláusula Democrática da União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Segundo Luiz Lezcano Claude (2012, p. 111), tal acusação é infundada pois a ação do poder executivo ao assinar tal protocolo se enquadra dentro de suas atribuições, ademais, o documento ainda seria enviado para aprovação do Congresso Paraguaio, ou seja, não havia o que comprovasse a ilegalidade ou mal desempenho do presidente.

Por fim, a quinta e última acusação contida no libelo se refere **ao massacre de Curuguaty**, neste documento chamado de "matanza Curuguaty", na qual Lugo é acusado de "inoperancia, negligencia, ineptitud e improvisación". O libelo imputou-lhe a responsabilidade política pelas dezessete mortes ocorridas, além de acusá-lo de ser cúmplice dos sem-terra acampados em Curuguaty, acusando os últimos de serem membros do EPP (PARAGUAY, 2012). A tragédia em Curuguaty havia ocorrido seis dias antes da elaboração da acusação, o país estava consternado com as mortes e os diversos feridos, todavia estavam iniciando-se os processos de investigação e apuração dos fatos. Mesmo assim, o libelo usou a tragédia como um dos fatos que justificou a acusação de um presidente democraticamente eleito de estar praticando o mal desempenho de suas funções.

⁹⁵ Tal expressão ficou conhecida por ser propagada por Hugo Chávez, quando foi presidente da Venezuela, e é tema de livro do argentino Atílio Boron, publicado no Brasil pela editora expressão Popular em 2010.

Tanto no caso de Ñacunday quanto no de Curuguaty, ficam evidentes os interesses dos grupos empresariais do agronegócio em derrubar Fernando Lugo, os conflitos políticos com o presidente e com a ala progressista do governo já ocorriam desde o início do governo e haviam se agudizado nos meses anteriores à destituição de Lugo. No intuito de caracterizar os grupos econômicos interessados em destituí-lo, o ex-presidente afirmou:

Distinguimos los grupos económicos importantes en: grupos de afuera y de adentro. Desde afuera, las grandes multinacionales tuvieron una participación muy fuerte en todo eso, [las] agroexportadoras del agronegocio, llámese: Cargill, Dreyfus, ADM, Monsanto, y otras, que estaban viendo su forma de invertir en términos de rescatar los recursos naturales del país. En segundo lugar. La oligarquía local asociada a estos grupos de las multinacionales. Llámese eso los ganaderos, los dedicados al agronegocio, las pequeñas inversiones, las pequeñas industrias. (LUGO, 2018)

A parte mais extensa do Libelo Acusatório é a que trata da apresentação dos cinco fatos mencionados acima. Logo em seguida, a peça possui um ponto intitulado de "3. Pruebas que sustentan la Acusación" (PARAGUAY, 2012), que somente contém o seguinte texto:

Todas las causales mencionadas más arriba son de pública notoriedad, motivo por el cual no necesitan ser probadas, conforme nuestro ordenamiento jurídico vigente. (PARAGUAY, 2012)

É paradoxal que um documento de acusação tenha uma cláusula que isente a acusação de apresentar provas, o que supostamente deveria ser uma condição necessária para a sua validade.

Por fim, o libelo conclui que, sim, Fernando Lugo incorreu no mal desempenho de suas funções.

Conforme já mencionamos, este documento foi lido na tarde do dia 21 de junho pela acusação, no dia seguinte a defesa teve duas horas para apresentar sua argumentação e provas (aproximadamente entre 12 e 14 horas do dia 22 de junho), em seguida passou-se às alegações e à votação (que teve início por volta das 15:30h).

A votação foi conduzida pelo então presidente da sessão no Senado, e os senadores votaram pela condenação ou pela absolvição, o resultado final foi: 39 votos pela condenação de Fernando Lugo; 4 pela absolvição (do Senador Carlos Fizillozza, do PPS,— Partido País Solidário, ex-ministro do Interior de Lugo; Senador Alberto Grillón, do PDP, Partido Democrático Progressista; Senador Sixto Pereira, da FG,

Frente Guasú; Senador Luis Alberto Wagner, do PLRA); e 2 ausências.⁹⁶ No total o julgamento durou cerca de cinco horas, no mesmo dia 22 de junho de 2012, por volta das 18:00h, o então vice-presidente, Federico Franco, membro do PLRA, assumiu a presidência da República do Paraguai.

A deposição de Fernando Lugo é apresentada, pelos pesquisadores Fernando Martínez-Escobar e José Tomás Sánchez-Gomez (2015, p. 280), como “uma amostra de que o Congresso se erigiu em um poder destituente-arbitrário no Paraguai”. Isto é, o Congresso transformou a atribuição constitucional de impulsionar julgamentos políticos na possibilidade de maiorias políticas de turno atuarem de forma discricionária, passando por cima da Constituição, pois, embora o julgamento político seja uma ferramenta garantida pelo artigo 225 da Constituição paraguaia, “na prática funciona como uma arma que permite a negociação para concretizar interesses setoriais dos partidos com representação parlamentar” (MARTÍNEZ-ESCOBAR; SÁNCHEZ-GOMEZ, 2015, p. 285).

É por isso que o próprio acusado, Fernando Lugo, caracteriza seu julgamento político como um Golpe Parlamentar:

Nosotros consideramos y etiquetamos como un golpe parlamentario. Se da en el contexto del parlamento, utilizando una figura jurídica constitucional (que es el juicio político) pero de manera muy grosera, terminando un juicio político en 17 horas, que no se da en ningún caso, ni con el criminal más grande. Se da un juicio *express* a una persona que fue elegida democráticamente. A parte de eso, el golpe tiene una connotación política muy fuerte, el cambio de un gobierno, de un modelo. (LUGO, 2018)

Soler (2014, p. 232) acrescenta que, para legitimar a legalidade do golpe de Estado, seus responsáveis se preocuparam em articular as tramas do sentido político através das ferramentas constitucionais, desta forma apresentaram uma continuidade institucional que proporcionou a roupagem necessária para que o *juicio* não fosse qualificado como golpe de Estado.

Norberto Bobbio (1998, p. 545), em um *Dicionário de Política*, definiu golpes de Estado, ou *Coup d'état*, como uma maneira ampla que considera que há um traço de união fundamental para caracterizar um Golpe de Estado, o fato de ser um ato realizado por órgãos do próprio Estado, mesmo que nos distintos episódios ocorridos na história haja variação dos atores e da forma do ato. Considerando que, no caso do

⁹⁶ A Telesur TV tem imagens registradas da votação, que podem ser assistidas no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=yA3dll8KT9c>

Paraguai, o Congresso Nacional foi o principal protagonista do ato arbitrário de destituição do presidente, podemos afirmar que aquele ato se caracterizou como um Golpe de Estado.

Claro que os diversos interesses econômicos e políticos por trás daquele ato geraram distintos posicionamentos sobre tal caracterização, sendo que alguns organismos regionais, como a UNASUL e o Mercosul, interpretaram que sim, o processo teria sido arbitrário e considerado um golpe, o que justificou a aplicação das cláusulas democráticas de ambos os órgãos, que resultou na suspensão da participação do Paraguai até que fosse retomada a normalidade democrática, com a realização de eleições, o que viria a ocorrer em abril de 2013.

Nesse sentido, Luiz Lezcano Claude (2012) afirma que, apesar do *juicio* ter seguido o procedimento do artigo 225 da Constituição paraguaia, houve clara inconstitucionalidade na destituição de Lugo pelas razões levantadas a seguir, reiterando a caracterização daquele ato como um Golpe de Estado:

- a) não houve mal desempenho de funções, as cinco acusações não continham ilegalidades e tampouco foram apresentadas provas;
- b) a câmara de senadores não tem faculdade de regulamentar um artigo constitucional; neste ponto Claude (2012) argumenta que a regulamentação do julgamento deveria ter sido feita por meio de uma lei ordinária, e não na forma como ocorreu contra Lugo, em que o próprio Senado estabeleceu o regulamento e julgou o acusado;
- c) não houve sustentação jurídica para a decisão tomada pelo Senado, que não estudou as alegações e provas das partes e não proporcionou um debate a este respeito, tomando como fundamentos apenas as acusações inconsistentes formuladas pelos deputados que atuaram como fiscais acusadores elaborando o libelo em uma tarde;
- d) foi violado o direito de defesa do acusado ao não lhe concederem um prazo suficiente para a preparação da mesma.

Ainda sobre o prazo concedido à defesa de Fernando Lugo, vale comparar os

tempos para cada etapa dos *juicios políticos* levados a cabo: em 1999 contra o então presidente Raúl Cubas Grau, que, segundo Claude (2012), foi fruto do enfrentamento entre dois setores da extrema direita do Partido Colorado, um liderado por Luis Maria Argaña e outro liderado por Lino Oviedo; e em 2002/2003 contra o então presidente Luiz González Macchi.

Artur Soares (2016), em sua dissertação de mestrado, elaborou a tabela comparativa abaixo, que de forma didática nos demonstra o quão veloz foi o processo de julgamento de Fernando Lugo, o que nos traz à tona a importância do fator surpresa para concretizar o golpe de Estado ocorrido em 2012.

Tabela 2: o elemento temporal nos *juicios políticos* do Paraguai

	Raúl Cubas Grau	Luís González Macchi	Fernando Lugo
Tempo entre a chegada do pedido de <i>juicio político</i> na Câmara dos Deputados e o início do julgamento	Sete meses	Cerca de 15 dias	Imediato
Data do início do julgamento na Câmara dos Deputados	26 de março de 1999	5 de dezembro de 2002	21 de junho de 2012
Tempo concedido para a preparação da defesa	Cinco dias	Onze dias	Menos de 24h
Tempo entre o início do julgamento no Senado e a decisão final do processo	<i>Não se aplica</i>	Dois meses	Cerca de 5h
Data da decisão final do processo de <i>impeachment</i>	<i>Não se aplica</i>	11 de fevereiro de 2003	22 de junho de 2012
Duração total do processo	Sete meses	Três meses	Menos de 48 horas

Fonte: SOARES, 2016, p. 65.

Claude (2012) ainda afirma que o julgamento político de Lugo teve conotações diferentes dos anteriores e inéditas na história paraguaia, pois tal destituição não produziu apenas uma quebra institucional, foi também uma derrota popular, e ainda afirma:

En realidad, lo que se llevó a cabo bajo el ropaje de un juicio político constituye un episodio más de la lucha de clases en el seno de la sociedad paraguaya, episodio en el cual los congresistas actuando como representantes de las clases dominantes, abortaron un incipiente proceso orientado al cambio en beneficio de las clases populares (CLAUDE, 2012, p. 122).

Neste mesmo sentido, quando questionado sobre quem foi golpeado naquele julgamento, o ex-presidente Fernando Lugo respondeu:

En primer lugar, yo creo que los grupos más vulnerables, a quienes nosotros privilegiábamos, y entre ellos, en primer lugar, el grupo de los indígenas, de los pueblos originarios. [...] En segundo lugar, dentro de los grupos más vulnerables, aquellos que tuvieron beneficiándose con las grandes políticas sociales del Estado, que se ha dado también en la región: personas sin techo, sin tierra, sin salud, sin educación, sin infraestructuras. Es decir, aquellos marginales de la sociedad, a quienes nosotros hemos privilegiado. En tercer lugar, el golpe también ha sido un golpe a la integración de la región. Y eso lo consideramos muy importante. Este golpe a Lugo también ha sido un golpe en contra a Mercosur, a UNASUR y a la CELAC. Nosotros siempre lo tenemos muy en cuenta eso, que también fue un golpe a la integración regional (LUGO, 2018).

4.5. A reação e a resistência nacional e internacional ao Golpe

Ao longo do dia 22 de junho de 2012, milhares de pessoas se concentraram na praça localizada em frente ao Congresso Nacional Paraguaio manifestando-se contrariamente ao golpe em curso. A TV Pública Paraguay, criada durante o governo de Lugo, fez a cobertura ao vivo de tais manifestações, tendo sua transmissão sabotada em diversos momentos, o que levou a que um conjunto de manifestantes que apoiavam este meio de comunicação mantivessem uma vigília no local que duraria vários dias.⁹⁷

Após terminada a votação, por volta das 18 horas Fernando Lugo deu uma declaração à imprensa em que afirmou que acataria a decisão do Congresso paraguaio de destituí-lo e que sairia pela porta da frente do palácio com sua equipe de assessores e ministros,⁹⁸ e assim o fez.

Em entrevista concedida em 2018, no dia em que se cumpriram seis anos de sua destituição, o ex-presidente e então senador paraguaio justificou sua decisão

Lugo no quería una gran masacre, que se podría haber dado. Si se gestaba, o se impulsaba una defensa del gobierno de Lugo, eso se iba terminar con más masacre. Ya habíamos [vivido] una masacre, en Curuguaty, e iba a ser también una gran masacre en Asunción. Y, como suelo decir, Lugo es genéticamente pacifista, y no quería más derramamiento de sangre y optó en aceptar un juicio injusto. Un juicio

⁹⁷ É possível ver imagens da ocupação da TV Pública, no dia 25 de junho, no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lsUsMPN1CdE>. Acesso em: 30 set. 2019.

⁹⁸ Imagens da mobilização na praça e da declaração de Fernando Lugo podem ser assistidas no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ILU0W962IQ>. Acesso em: 30 set. 2019.

político que fue una parodia, preparado, entonces, salimos por la puerta amplia, y salimos con un gobierno de gran aprobación popular, y, hasta ahora, es reconocido, en esta larga transición [democrática] de casi 30 años, como el mejor gobierno democrático, vista por la ciudadanía. (LUGO, 2018)

Quando perguntado sobre sua avaliação da resistência ao Golpe de 2012, Lugo afirmou:

[...] yo creo que una parte de la ciudadanía ya no creía, porque ya habían tantos intentos anteriores, muchos pensaban que este era un intento más, después de los más de 20 que hubo anteriormente y que eso no se iba a terminar. En segundo lugar, tenemos que reconocer que faltaba una gran organización popular que participe en la defensa de un gobierno al cual les respondía también a los grandes intereses de los sectores populares. Yo creo que ha sido eso una falencia, una autocrítica también porque, al momento de la resistencia, si bien hubo grandes espacios de resistencia tanto en Asunción como en el interior, no fueron suficientes para tener un impacto y poder incluso hacer lucir el golpe parlamentario que se estaba gestando de manera expresa y rápida. (LUGO, 2018).

Outro fator determinante para uma relativa baixa mobilização ao golpe destacado por Lugo (2018) foi a velocidade com que operaram sua destituição, o que o levou a afirmar que foi um golpe *express*.

Ademais, conforme destacou Gustavo Codas (2019), após a morte dos camponeses em Curuguaty e a ação do governo nas trocas de cargos do Ministério do Interior e da Polícia Nacional, as organizações camponesas paraguaias, que tradicionalmente têm grande capacidade de mobilização popular, estavam muito críticas a Fernando Lugo. Em relação ao âmbito institucional, Ricardo Canese em entrevista publicada por Elizabeth Duré *et al* (2012, p. 206), acrescenta que as reações das equipes de governo ao golpe foram débeis, tardias e desorganizadas, o que não permitiu uma eventual negociação que pudesse evitar a destituição.

De outro lado, os setores sociais que vinham publicamente apoiando o golpe em curso prontamente se manifestaram através de comunicados e das grandes empresas de comunicação. Claude (2012, p. 122-123) afirma que imediatamente após o triunfo conservador se manifestaram contra o governo de Lugo e a favor da nova situação: representantes da Conferência Episcopal Paraguuaia (CEP); da Associação Rural do Paraguai (ARP); da Federação da Produção, Indústria e Comércio (FEPRINCO); a União Industrial Paraguuaia (UIP); e a União de Grêmios de Produção (UGP); além dos meios massivos de comunicação, em especial o ABC

Color.

Tal periódico, segundo Aylén Oliva (2015, p. 220, 221), no mesmo dia 22 de junho afirmou que “Lugo perdió el respaldo de la mayoría del pueblo paraguayo” e que era hora de recomeçar a trabalhar na reconstrução do tecido social, celebrando a conduta comportada dos cidadãos paraguaios ao mesmo tempo que silenciava as milhares de pessoas que se reuniam em frente ao Congresso Nacional.

No âmbito internacional, as reações ao golpe no Paraguai se deram rapidamente. A primeira ação foi a ida, no dia 21 de junho de 2012, de uma Missão Diplomática da UNASUL à Assunção, chefiada pelo então secretário geral Alí Rodríguez Araque, com o objetivo de mediar o conflito.⁹⁹ No dia seguinte, emitem um comunicado afirmando: que foram realizadas reuniões com o então presidente, com o vice-presidente e com parlamentares; que não foram apresentados documentos que comprovassem as garantias do devido processo legal e democrático do julgamento de Lugo; e que Fernando Lugo é o presidente democraticamente eleito pelo povo paraguaio, portanto a UNASUL não sabe em que medida teria continuidade a cooperação com o Paraguai no marco da integração latino-americana (SOARES, 2016).

Após o resultado do julgamento e a consequente destituição de Lugo, a UNASUL convoca imediatamente uma reunião extraordinária para o dia 29 de junho de 2012, na qual estiveram presentes chanceleres e representantes dos países membros com exceção do Brasil e do Paraguai, e decide pelo repúdio à destituição sumária de Fernando Lugo, destacando a violação do processo legal e do direito de defesa do acusado e suspendendo a República do Paraguai do organismo por tempo indeterminado (SOARES, 2016).

No mesmo dia o Mercosul realizou uma reunião extraordinária com a presença dos presidentes dos países fundadores do bloco com exceção do Paraguai, na qual decidem suspendê-lo do bloco até que se realizassem novas eleições. Ao mesmo tempo, o órgão comunica a decisão de incorporar a Venezuela ao bloco a partir do dia

⁹⁹ Simultaneamente à crise política que se agudizava no Paraguai, entre 15 e 22 de junho se realizava no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada de Rio+20, na qual estiveram presentes diversos chefes de Estado, chanceleres e funcionários de governos latino-americanos, entre outros. Segundo Arthur Soares (2016, p. 52), diante do avanço da crise no Paraguai, alguns mandatários da UNASUL – do Brasil, do Chile, da Bolívia, da Colômbia, do Uruguai – reúnem-se no Rio de Janeiro, no dia 21 de junho de 2012, e ali decidem enviar tal Missão diplomática ao Paraguai.

31 de julho de 2012, que somente não havia ocorrido anteriormente por desaprovação do congresso paraguaio.¹⁰⁰ Segundo o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães (2012), a ação do congresso paraguaio no impedimento anterior da entrada da Venezuela no Mercosul relacionava-se diretamente à ação dos Estados Unidos na região, pois além de fortalecer economicamente a Venezuela e a América do Sul, poderia proteger a Venezuela de novas tentativas de golpe de Estado, como a ocorrida em 2002.

Guimarães ainda comenta sobre o ingresso da Venezuela:

Acontecimento que nem os neogolpistas nem seus admiradores mais fervorosos – EUA, Espanha, Vaticano, Alemanha, os primeiros a reconhecer o governo ilegal de Franco – parecem ter previsto. (GUIMARÃES, 2012)

Diferentemente do Mercosul e da UNASUL, a OEA não se posicionou de imediato, Segundo Cotas (2019, p. 54),

Seu secretário-geral, o socialista moderado chileno José Miguel Insulza, fez dois movimentos combinados: ofereceu aos golpistas conseguir sua permanência no órgão sem sanções, em troca, eles não deveriam obstruir judicialmente o presidente deposto, de forma a continuar sua atividade política – inclusive podendo ser candidato ao Senado em 2013. Na OEA houve uma sorte de “empate” entre o setor liderado pela Unasul e a proposta de Insulza de reconhecer o novo governo. Não havendo maioria para punir, o *status quo* permitiu ao representante do governo continuar na função normalmente.

Assim sendo, fica evidente que na América do Sul houve um repúdio unânime ao Golpe de Estado ocorrido no Paraguai, com posicionamentos contrários à destituição arbitrária de Lugo por parte até mesmo de países que tradicionalmente seguem à risca a política dos Estados Unidos para a América Latina. Em relação ao posicionamento do próprio governo dos Estados Unidos, o então presidente Barack Obama reconheceu o governo de Federico Franco, mas segundo Arthur Soares (2016), com menos ênfase que Hillary Clinton quando ocorreu o Golpe em Honduras em 2009.

Fernando Lugo (2019) ainda acrescenta:

[...] la diplomacia norteamericana, la del vaticano, la unión europea, y también otros de países más lejanos pero fraternos a los gobiernos de derecha del continente, no tomaron posición, pero después dieron una

¹⁰⁰ Em 2001 a Venezuela solicitou sua entrada como membro-pleno do Mercosul, em 2006 o Protocolo de Adesão foi assinado pelos presidentes dos quatro países membros do bloco, em seguida os Congressos nacionais destes países discutiram e, com exceção do Paraguai, foi aprovado. Lugo posicionava-se publicamente pela aprovação da solicitação, e o congresso de maioria opositora negava-se a admitir a entrada da Venezuela no bloco (SOARES, 2016).

gran bienvenida inmediatamente, reconociendo el gobierno de facto que prosiguió al golpe. (LUGO, 2018)

4.6. Notas sobre o período pós-golpe

Diversos autores das bibliografias consultadas afirmam que há alguns fatos ocorridos no período imediatamente após a destituição de Lugo que demonstram alguns dos interesses de classe que estavam em jogo no Golpe de Estado ocorrido no Paraguai em 2012. Nesse sentido, destacamos sobretudo os interesses das corporações multinacionais e do agronegócio paraguaio, que foram rapidamente beneficiados pelo governo ilegítimo de Federico Franco.

Uma evidência de benefício destes setores após o golpe trata-se do tema da comercialização de sementes transgênicas. Conforme mencionamos anteriormente, este foi um tema conflitivo durante o governo de Lugo, principalmente sobre a liberação de uma semente de algodão patenteada e comercializada pela Monsanto.

Segundo Fernando Lugo,

[...] las semillas transgénicas que nosotros habíamos cuestionado fuertemente y estábamos incluso en una campaña de recuperación de las semillas originarias, locales. Después hay una amplia bienvenida a las semillas genéticamente modificadas. Los agronegocios, como se suele decir "bailaron en una pata", muy contentos con el golpe. Ellos financiaron también la campaña de esos parlamentarios. Y ahí, tiene ellos su representación de esa manera. (LUGO, 2018)

Outro tema relevante refere-se ao conflito em torno da utilização de Itaipu por parte da multinacional *Rio Tinto Alcan*, para instalar uma indústria de Alumínio, já mencionado anteriormente no âmbito dos conflitos políticos durante o governo Lugo. Logo após o golpe, Federico Franco referenda o decreto que abriu a negociação com a empresa. Ricardo e Mercedes Canese (2013) chegam a afirmar que a empresa foi uma das impulsoras do Golpe de 2012.

Segundo Ricardo Canese (2015), entre a destituição de Lugo e as eleições presidenciais que ocorreriam em abril de 2013, o liberal Federico Franco se envolveu em diversos escândalos que terminaram facilitando a vitória do candidato presidencial colorado Horácio Cartes que, no momento do Golpe em junho de 2012, era deputado e o principal pré-candidato colorado à presidência. Cartes já esteve preso por fraude de milhões de dólares, foi dono de um banco que faz lavagem de dinheiro e é dono de uma indústria de tabaco suspeita de contrabandear cigarros para o México,

Colômbia e Brasil, e por isso é conhecido por ser membro do que os paraguaios costumam chamar da oligarquia de fronteira .

A vitória de Cartes, em abril de 2013, trouxe o partido colorado de volta ao poder no Paraguai, sendo que nas eleições de abril de 2018, novamente o partido venceu a eleição presidencial, com o então candidato e atual presidente Mario Abdo Benítez.

Sobre o massacre de Curuguaty, nos dias e semanas seguintes ao ocorrido, as forças policiais, com apoio do poder judiciário e dos meios de comunicação, buscaram capturar os camponeses sobreviventes, onze deles foram presos, para em seguida serem acusados e condenados em 2016 pelos crimes de homicídio doloso, associação criminosa e invasão de imóvel alheio. No entanto, em julho de 2018, em resposta a um recurso da defesa, a Sala Pena da corte anulou o julgamento e os onze camponeses foram libertados.¹⁰¹ Todavia, o CODEHUPY (2019) afirma que é necessário que o Estado Paraguaio cumpra suas obrigações em relação ao direito à verdade e à reparação das vítimas e dos familiares do Massacre.¹⁰²

Referindo-se ao período imediatamente posterior ao golpe, ainda podemos acrescentar que “superada a tensão entre as forças elitistas e não elitistas no campo político, agora os partidos Colorado e Liberal poderiam retornar tranquilos à concorrência intra-elite”¹⁰³ (MARTINEZ-ESCOBAR; SÁNCHEZ-GOMES, 2015, p. 291), sendo este fato o que os períodos posteriores ao golpe comprovaram.

¹⁰¹ Ver: CORTE ANULA CONDENAS en el caso Curuguaty y todos quedan libres. **ABC COLOR**, Assunção, 27 jul 2018. Seção Política. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/corte-anula-condenas-en-el-caso-curuguaty-y-todos-quedan-libres-1725398.html>. Acesso em: 20 jun 2019.

¹⁰² A CODEHUPY lançou em 2019 uma série de vídeos sobre o caso do Curuguaty que relatam a sequência dos acontecimentos. Ver: https://www.youtube.com/channel/UCDspijE_l3waP9JvOEx58aw

¹⁰³ Que realizavam desde fins do Século XIX, quando ambos partidos foram criados no Paraguai.

CONCLUSÕES

O termo **Neogolpismo** tem sido crescentemente utilizado para caracterizar os Golpes de Estado da América Latina no século XXI, em comparação com os Golpes militares ocorridos nas décadas de 1960 e 1970.

Toklatian (2009, 2012) publicou dois artigos, nos quais sintetiza de forma bem clara o porquê do uso do termo, comparando principalmente os golpes exitosos ocorridos no Haiti em 2002, em Honduras em 2009 e no Paraguai em 2012, e também os golpes fracassados ocorridos na Venezuela (2002), na Bolívia (2008) e no Equador (2010), o autor levanta os seguintes aspectos do Neogolpismo (ibidem):

- a) ocorrem sob formatos e atores diferenciados dos golpes da década de 1960 e 1970;
- b) são formalmente menos violentos;
- c) são liderados por civis (com o apoio implícito ou cumplicidade explícita dos militares);
- d) mantêm certa aparência institucional, não envolvendo necessariamente uma grande potência;¹⁰⁴e) têm como objetivo resolver, pelo menos inicialmente, um impasse político ou social potencialmente destrutivo.

Este trabalho teve como objetivo principal aprofundar a caracterização do Neogolpismo na América Latina, através da comparação entre os casos do Paraguai (2012) e do Brasil (2016), já que, quando Toklatian definiu o Neogolpismo, o Golpe no Brasil ainda não havia ocorrido.

Nesse sentido, a seguir sistematizamos a análise comparada dos dois casos, com enfoque na destituição do então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012, e da então presidenta do Brasil, Dilma Roussef, em 2016, considerando: as diferentes dimensões territoriais, populacionais, econômicas e das estruturas de Estado de cada país; os conflitos políticos que antecederam as destituições; o gatilho que deu início aos *impeachments*; as acusações contra eles e o processo de julgamento; a consumação dos Golpes; a reação e resistência aos Golpes; e por fim, agregamos breves comentários sobre os governos que sucederam os presidentes

¹⁰⁴ Tokatlián se refere, obviamente, aos Estados Unidos.

destituídos.

O Brasil e o Paraguai são países bastante distintos em relação às suas **dimensões territoriais e populacionais**, também há uma evidente diferença de tamanho de suas **economias e das estruturas dos Estados** (poder executivo, legislativo, judiciário e forças armadas), o que torna bastante complexo analisá-los de forma comparada. No entanto, em relação ao conteúdo da estrutura institucional ambos têm muitas semelhanças entre si, são Repúblicas Presidencialistas, refundadas após o fim de seus regimes militares com novas cartas constitucionais que, entre outras coisas, continham em si a possibilidade de *impeachment* contra presidentes da República, conferindo ao parlamento, e não ao poder judiciário, a decisão final sobre a perda do cargo.

A análise dos **antecedentes dos impeachments** é fundamental, pois, conforme vimos no desenvolvimento deste trabalho, quando se iniciaram os processos que levariam à destituição dos presidentes, parte significativa dos partidos e dos parlamentares dos congressos nacionais – seus partidos e lideranças políticas – já tinham se posicionado publicamente pela condenação e destituição, antes mesmo que fossem apresentadas e refutadas provas factuais de que Fernando Lugo tivesse cometido o crime de “mal desempenho de suas funções” e que Dilma Rousseff tivesse cometido um “crime de responsabilidade”. Nesse sentido, os antecedentes dos Golpes de Estado nos dois países foram muito similares no que diz respeito a uma crescente polarização política, que supostamente se relacionaria a questões estritamente nacionais.

No caso do Paraguai, Fernando Lugo foi eleito em abril de 2008, em uma coalizão entre forças progressistas, movimentos sociais e partidos, e forças conservadoras, sobretudo do Partido Liberal (PLRA). Sua vitória foi um feito histórico principalmente por ter interrompido a hegemonia do Partido colorado (ANR), que governava o Paraguai há 61 anos. Entretanto, naquela eleição os colorados ganharam maioria na Câmara de Deputados e no Senado paraguaio e a segunda maior força das duas casas era o Partido Liberal, por sua vez, as organizações progressistas e de esquerda contavam com uma baixíssima participação no Congresso. Foi neste contexto que se transcorreram os quase quatro anos de governo de Fernando Lugo, marcados: pela oposição parlamentar, que impedia o andamento de diversas políticas de governo; pela oposição conservadora dentro do próprio governo (DURÉ *et al*, 2012); por conflitos entre latifundiários e sem-terra, com ambos os lados pressionando

o governo; por pressões conservadoras por parte da grande mídia que, dentre outras coisas, acusava o presidente de ser bolivariano e de ter envolvimento com o EPP (CODAS, 2019). Esses conflitos resultaram em 23 tentativas de entrar com o processo de *impeachment* contra o Lugo.

No caso do Brasil, os antecedentes do Golpe de Estado poderiam ser considerados em período quase três vezes maior que o Paraguai, já que Dilma Rousseff representava a continuidade dos governos petistas inaugurados com a eleição de Lula em 2002, mas nos detemos a analisar os antecedentes do *impeachment* a partir de junho de 2013, quando explodiram manifestações massivas nas cidades de todo o país, a princípio com a pauta progressista contra os aumentos dos preços do transporte público, mas que foram paulatina e crescentemente sendo disputadas por bandeiras da direita, até que Rousseff se pronunciou publicamente em diálogo com os manifestantes e propôs cinco pactos, entre eles a realização de um Plebiscito sobre a construção de uma Constituinte exclusiva para a Reforma Política. Tal proposta colocou em alerta os setores conservadores, que a acusaram imediatamente de bolivariana. Ao mesmo tempo, os setores da burguesia interna – que vinham compondo a frente neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2018) –, sobretudo os industriais, pressionavam a presidente pela realização das reformas trabalhista e previdenciária que desonerassem suas perdas econômicas crescentes frente aos impactos da crise internacional. Desta forma, os setores burgueses cada vez mais mudavam de posição, conformando uma frente única burguesa em torno de uma plataforma neoliberal (SINGER, 2018), que se expressaria na candidatura de Aécio Neves, nas eleições de outubro de 2014. Desde a vitória de Rouseff, as forças políticas perdedoras começam a gestar um conjunto de ações articuladas entre si, com o intuito de desgastar o PT, Lula e destituir a presidente recém-eleita, dentre elas destacamos: o aprofundamento da operação Lava Jato e as manifestações pelo *impeachment* organizadas nas ruas, que colocaram a alta classe média na cena política; ações no parlamento, com pautas-bomba e pedidos de *impeachment*; ataques sistemáticos por parte da grande mídia, que ademais atuou como convocadora das manifestações de rua; e o lançamento, por parte do PMDB, da plataforma programática “Ponte para o futuro”, que acenava para os setores burgueses insatisfeitos a sua disposição de aprofundar o programa neoliberal. Ademais, logo depois de eleita com um programa neodesenvolvimentista, Dilma dá um recuo passivo diante da ofensiva conservadora (BOITO JR., 2016) executando um

ajuste fiscal, cujas características eram incompatíveis com o programa vencedor nas urnas, o que contribuiu para corroer progressivamente o apoio das bases sociais trabalhadoras ao governo de Dilma (BASTOS, 2017b).

O **gatilho dos *impeachments***, em outras palavras, os episódios que justificaram o início do processo em cada um dos parlamentos. No caso do Paraguai, o gatilho foi o Massacre de Curuguaty, ocorrido apenas uma semana antes do congresso decidir pelo *impeachment*, que gerou uma comoção nacional ante aos dezesseis mortos durante a execução de um mandato de busca, por parte de forças policiais, em um acampamento de camponeses sem-terra, que se encontrava sobre um terreno em disputa judicial entre: de um lado, uma empresa de agronegócio pertencente a um latifundiário e político colorado paraguaio; de outro, o Estado paraguaio e os camponeses, que reivindicavam documentalmente que o terreno pertencia ao Estado, portanto poderia ser destinado à Reforma Agrária (CODEHUPY, 2012). Já no caso do Brasil, o gatilho foi um explícito gesto de chantagem do então presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB), frente à recusa de deputados do PT em permitir o arquivamento de um processo, no qual Cunha era acusado de corrupção. Conforme podemos ver, as justificativas foram bastante distintas em seu conteúdo, no entanto ambas foram antecedidas por uma sequência de conflitos políticos entre forças progressistas e forças conservadoras em cada um dos países analisados.

Sobre as **acusações e os processos dos *impeachments***, nos detemos a analisa-las sob três aspectos principais: a forma dos procedimentos, ou seja, as regras jurídicas básicas para tornar o parlamento um tribunal que acusa, julga e condena presidentes, neste sentido os dois casos têm regras bastante similares; um segundo aspecto é o conteúdo das acusações, que foi de caráter bastante distinto, embora ambas careçam de provas factuais; e por fim, um terceiro aspecto, trata-se do tempo total de execução dos procedimentos, neste aspecto a diferença é gritante, enquanto o *impeachment* de Fernando Lugo durou menos de 48 horas, o de Dilma Rousseff durou cerca de oito meses.

Sobre a acusação, acrescentamos que no Paraguai, os fatos que justificam o processo se demonstraram mais frágeis juridicamente que no Brasil, o texto do libelo foi elaborado em apenas uma tarde pelos cinco deputados designados para redigí-lo. O documento, que consta no Anexo A desta dissertação, fala por si só e demonstra claramente o caráter autoritário, conservador e os interesses de classes contidos na

destituição de Lugo, quando acusa o então presidente: de ser o responsável pelas mortes dos seis policiais em Curuguaty, pelo simples fato de sua histórica ligação com as organizações de camponeses sem-terra; de ser o responsável pelas invasões de terras em uma suposta propriedade de um latifundiário brasiguai, Favero, maior produtor de soja do Paraguai; de ser responsável pela crescente violência e de ter vínculo com a organização guerrilheira EPP e com os bolivarianos do socialismo do século XXI; de ter assinado a Cláusula Democrática da UNASUL, o que era perfeitamente compatível com sua função; e de ter permitido a realização de um encontro de jovens de esquerda em um edifício militar. Ademais o libelo acusatório afirma que “todas las causales mencionadas más arriba son de pública notoriedad, motivo por el cual no necesitan ser probadas, conforme nuestro ordenamiento jurídico vigente” (PARAGUAY, 2012). Depois de apresentado esse documento, a defesa de Fernando Lugo teve cerca de dezoito horas para se preparar, das 18h do dia 21 de junho às 14h do dia seguinte, quando teria duas horas para apresentar seus argumentos e provas. Na mesma tarde, do dia 22 de junho de 2012, o Senado votou, e por ampla maioria considerou Lugo culpado das acusações e o destituiu do cargo. No mesmo dia, por volta das 18 horas, Federico Franco, membro do PLRA e vice-presidente de Lugo, tomou posse como presidente, até que fossem realizadas novas eleições em abril de 2013.

No caso do Brasil, a acusação que embasou o *impeachment* não foi formalmente tão explícita no âmbito político e ideológico quanto no Paraguai. O que justificou o suposto cometimento de crime de responsabilidade foi um tema de caráter econômico-administrativo, as pedaladas fiscais, apelido dado ao sistemático atraso nos repasses de recursos do Tesouro Nacional para que bancos públicos paguem benefícios sociais.¹⁰⁵ Tal manobra administrativa é bastante comum, sendo que governos anteriores ao do PT já a haviam realizado e não foram acusados de crime de responsabilidade.¹⁰⁶ Ficava cada vez mais evidente que aquela frágil acusação era apenas uma desculpa momentânea, usada para dar a aparência de legalidade necessária para destituir arbitrariamente a presidente meses depois.

Sobre a gritante diferença de períodos de execução dos procedimentos de

¹⁰⁵ Como as instituições fazem os pagamentos aos beneficiários em dia, o Tesouro acaba pagando juros a esses bancos (RIBEIRO, 2017).

¹⁰⁶ Após a posse Michel Temer, o Congresso brasileiro legalizou a prática das praticar as pedaladas fiscais, que continuaram a ser aplicadas.

impeachment de Fernando Lugo e de Dilma Rousseff, temos duas hipóteses. Primeiramente, a diferença política-institucional entre os dois países, a câmara de deputados brasileira tem ao todo 513 membros, em contraste com 80 membros da mesma câmara no Paraguai. Ademais, o sistema político e partidário no Brasil é maior e mais complexo que o paraguaio, pois enquanto a legislatura brasileira do período 2014-2018 contava com 28 partidos, a paraguaia de 2008-2013 contava com apenas 6, sendo que na câmara cerca de 80% das cadeiras eram divididas entre colorados e liberais. As forças políticas que dirigiam o processo brasileiro necessitaram de mais tempo para garantir os votos necessários a favor do *impeachment* e não correrem o risco de perder a votação mais decisiva na derrubada de Dilma, que viria a ser a votação na Câmara dos Deputados ocorrida no dia 17 de abril de 2016. Em tal ocasião se evidenciaram muitas das motivações políticas e ideológicas, de caráter conservador, que estavam por trás da destituição arbitrária de Dilma Rousseff, que nada tinham a ver com temas administrativos. A segunda hipótese é que as forças dirigentes do Golpe no Brasil tampouco poderiam correr o risco de serem acusadas de não terem garantido o processo legal e o direito de defesa da presidente Dilma, pois foi justamente essa a justificativa usada por todos os governos sul-americanos, pela UNASUL e pelo Mercosul para qualificar como arbitrária a destituição de Fernando Lugo, o que resultou na suspensão temporária do Paraguai desses organismos de integração.

Sobre a **consumação do Golpe de Estado no Paraguai e no Brasil**, vimos que no caso do primeiro o Golpe se consumou no ato de julgamento no Senado, que considerou Fernando Lugo culpado das acusações e o afastou do cargo. No mesmo dia, Lugo decidiu acatar a decisão e retirar-se do Palácio. Em seguida foi dada a posse da presidência ao liberal Federico Franco, que permaneceria no posto até abril de 2013, quando novamente um colorado, Horácio Cartes, viria a vencer a disputa presidencial paraguaia. No caso do Brasil, após a votação na Câmara dos Deputados, assim que o Senado federal recebeu o processo e aceitou a denúncia, no dia 15 de maio de 2016, a presidenta foi afastada de seu cargo.

Em relação à **reação e à resistência após os Golpes de Estado**, analisamos que ambos os processos demonstraram **manifestações e mobilizações de forças progressistas** – partidos, sindicatos, movimentos sociais etc – dentro e fora do país, que se declaravam contrárias às destituições, porém nos dois casos as manifestações não alcançaram força suficiente para paralisar ou impedir o processo. Outra

semelhança entre os casos foi o **papel determinante das grandes mídias**, que em cada país tiveram grande importância no decorrer dos Golpes de Estado, tomando partido pela destituição dos presidentes, e após a consumação dos Golpes, na difusão da mensagem de que os processos tinham sido legais. Ainda assim, há várias diferenças entre Brasil e Paraguai neste tema, que decorrem tanto do tempo em que se transcorreu cada processo, quanto de diferenças de natureza qualitativas, que envolvem um conjunto de questões históricas sobre a capacidade organizativa das classes trabalhadoras de cada país.¹⁰⁷ Ainda assim teceremos alguns comentários a este respeito, considerando que podem ser hipóteses para futuras pesquisas.

No caso do Paraguai, dois elementos interdependentes foram fundamentais para que houvesse uma baixa resistência ao Golpe de Estado:

a) a velocidade com que o processo foi executado; neste sentido a posição majoritária da grande mídia paraguaia pela deposição de Lugo foi fundamental, já que foi a informação que mais rapidamente atingiu o conjunto de forças sociais que defendiam o campo progressista do governo;

b) a reação do presidente ao Massacre de Curuguaty; Cotas (2019) precisou muito claramente que o fato do massacre ter tido a morte de camponeses sem-terra e policiais, somado ao fato da resposta imediata de Lugo ter sido um recuo às forças conservadoras, gerou uma situação momentânea em que o então presidente ficou sem o apoio de sua base progressista, nem das forças conservadoras, que compunham a coalizão do governo.

Ao mesmo tempo, a rapidez, a falta do devido processo legal e do direito de defesa do então presidente do Paraguai abriram brechas para que a legalidade do processo fosse questionada por atores internacionais sobretudo sul-americanos, que culminaram na suspensão temporária do Paraguai da Unasul e do Mercosul.

No caso do Brasil, destacamos três elementos interdependentes que ao nosso ver influenciaram diretamente a reação e a resistência ao Golpe:

a) a operação Lava Jato, que aliou politicamente setores do poder judiciário, do

¹⁰⁷ Tais questões que não foram objeto de aprofundamento desta pesquisa.

Ministério Público, da Polícia Federal, da grande mídia e da alta classe média numa sistemática campanha contra o PT e contra parte das empresas da burguesia interna, que compunha a frente neodesenvolvimentista;¹⁰⁸

b) um segundo elemento diferencial no processo brasileiro foi que, além da oposição tradicional (institucional) ao PT e ao governo, emergiram novos movimentos sociais de direita¹⁰⁹ – dirigidos sobretudo pela classe média alta, supostamente apartidários e apoiados pela grande mídia – que tinham como principais bandeiras o combate à corrupção, exaltando a operação Lava Jato e o então Juiz Sérgio Moro, a destituição de Dilma e a prisão de Lula; estes movimentos disputaram as ruas com as forças da esquerda sobretudo no ano de 2015, convocando atos com expressiva mobilização social, que produziram as imagens que correram a mídia internacional, para justificar que supostamente a então presidenta estava sendo derrubada por um movimento legítimo da população;¹¹⁰

c) e, por fim, o já mencionado ajuste fiscal que Dilma aplicou logo no início do seu mandato, que segundo Bastos (2017b) contribuiu significativamente para corroer progressivamente o apoio das bases sociais trabalhadoras ao seu governo.

Os **governos pós-golpes**, dos vice-presidentes Federico Franco e Michel Temer, não foram profundamente estudados nesta pesquisa, no entanto as breves notas que coletamos a respeito de cada um nos evidenciaram diversos interesses econômicos e políticos expressos nas políticas executadas, que ficaram, de certa forma, ocultos na cena política dos *impeachments*.

No caso do Paraguai, evidenciaram-se sobretudo os interesses:

a) das corporações multinacionais do agronegócio, sobretudo as comerciantes de sementes transgênicas;

¹⁰⁸ Tal operação foi determinante para difundir massivamente a ideia de que “havia um esquema ‘lulopetista de drenagem de dinheiro público’”(SINGER, 2018, p.118).

¹⁰⁹ Por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem pra Rua.

¹¹⁰ Vale destacar que neste aspecto o Golpe no Brasil se assemelha muito às chamadas Revoluções Coloridas e à Primavera Árabe.

- b) da burguesia agrária vinculada o agronegócio paraguaio e às corporações;
- c) da política externa dos EUA, pois a mudança de governo no Paraguai realinhou mais claramente sua política externa com este país, em detrimento da política de integração regional que, conforme vimos, vinha sendo priorizada por Lugo.

No caso do Brasil, evidenciaram-se os interesses:

- a) das diversas frações de classes burguesas, com a aprovação da reforma trabalhista e do congelamento de gastos públicos em diversos serviços essenciais;
- b) da alta classe média;
- c) de empresas estrangeiras interessadas nos programas de privatizações, sobretudo na exploração do pré-sal;
- d) de parcelas das forças armadas, constatado o crescimento destas no governo de Jair Bolsonaro;¹¹¹
- e) da política externa dos EUA, pois, assim como no Paraguai, houve uma evidente aproximação do governo brasileiro (tanto de Michel Temer, quanto de Jair Bolsonaro) com a política externa dos EUA para a América Latina,¹¹² e foram reabertas as negociações sobre a presença militar estadunidense no Brasil, na base de Alcântara no Maranhão.

Vale recordar que a **participação direta dos EUA nos golpes latino-americanos** do século XX foi documentalmente comprovada somente anos depois de

¹¹¹ Ainda que os militares não tenham tido participação direta no Golpe no Brasil, chama a atenção como em, apenas dois anos, muitos militares vêm exercendo uma carreira política no país, estando presentes em diversos ministérios do governo de Jair Bolsonaro. Este é um tema que valeria ser pesquisado posteriormente.

¹¹² Por exemplo nos sucessivos ataques ao governo Venezuelano.

consumados os golpes, no entanto os regimes militares claramente se alinhavam à política externa dos Estados Unidos fundamentalmente nos aspectos geopolíticos da Guerra Fria. No Neogolpismo, há um contexto internacional distinto, marcado pelos impactos de uma profunda crise econômica internacional e pela emergência de novos polos no sistema internacional.¹¹³ Diante disso há evidentes movimentações estadunidenses para manter e expandir sua hegemonia ao mesmo tempo que visa conter o avanço da China e da Rússia, portanto o realinhamento dos governos latino-americanos aos EUA favorece a estratégia estadunidense.

Por fim, ao analisarmos estes dois casos concluímos fundamentalmente que:

- a) os aspectos semelhantes entre as destituições arbitrárias de presidentes ocorridas no Brasil (2016), no Paraguai (2012) e em Honduras (2009) confirmam a hipótese de que estamos frente à emergência de um novo fenômeno latino-americano de substituição dos ocupantes de governos por Golpes de Estado, cuja melhor denominação é o Neogolpismo;
- b) a característica de "manutenção de certa aparência institucional" é central neste fenômeno, pois é justamente ela que distingue os novos processos golpistas dos anteriores;
- c) há um evidente aprimoramento nas formas de manter a aparência institucional dos Golpes de Estado, ficou claro na pesquisa, como as brechas deixadas pelo processo em Honduras foram evitadas no Brasil,¹¹⁴ por suas vez, as brechas deixadas no Paraguai foram evitadas no processo do Brasil,¹¹⁵ de forma que o último não teve a mesma quantidade de questionamentos (no âmbito nacional e internacional) sobre a sua legalidade;
- d) as mudanças de governos decorrentes do Neogolpismo favoreceram o realinhamento de governos latino-americanos à estratégia de política externa dos EUA.

¹¹³ Tal como destacamos no Capítulo 1.

¹¹⁴ Por exemplo, a participação direta de militares.

¹¹⁵ Por exemplo, não ter garantido o devido tempo de defesa para Fernando Lugo.

Ainda é cedo, historicamente, para conhecer todos os aspectos que envolvem o fenômeno Neogolpista, porém é possível afirmar que na essência os novos Golpes de Estado latino-americanos do século XXI cumprem o mesmo papel dos clássicos golpes militares das décadas de 60 e 70: interromper processos de construção soberana e democrática dos países latino-americanos.

Karl Marx (1969, p. 171) disse que “seria evidentemente muito cômodo fazer a história se só devêssemos travar a luta com chances infalivelmente favoráveis”. Assim como os lutadores e lutadoras latino-americanos aprenderam a enfrentar e a derrotar as ditaduras militares, a um pesado custo, enfrentaremos o Neogolpismo e tudo o que ele representa.

Para derrotá-lo é necessário compreendê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC da Greve. Direção: Leon Hirzman. Brasil, 1990. 1 DVD (75 min).

ALEGRE AMENAZA A Lugo com juicio político. **ABC COLOR**, Asunción, 17 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/alegre-amenaza-a-lugo-con-juicio-politico-415297.html> Acesso em: 20 jun 2019.

ALVES, G.; GONÇALVES, M.; TONELLI, M.L.Q.; RAMOS FILHO, W. (Coord.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol.1. Bauru: Canal 6, 2017.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

AYERBE, L.F., “Novos atores políticos e alternativas de governo: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela”. In: AYERBE, L.F. (org.). **Novas Lideranças Políticas e Alternativas de Governo na América do Sul**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 265-302.

A REVOLUÇÃO não será televisionada. Direção: Kim Bartley, Donnacha O'Briain. Irlanda: Power Picture, 2003. 1 DVD (75 min).

BALANÇO DAS GREVES. **DIEESE**. Disponível em: https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?itemBusca=&comboBuscaDirigida=TIP_O%7C1352135159121 Acesso em: 30 set. 2019.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. **Serie histórica del PIB Base 2014**. Disponível em: <https://www.bcp.gov.py/estadisticas-economicas-i359> Acesso em 15 maio 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxas de juros básicas - Histórico. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros> Acesso em: 30 set. 2019.

BARROS, R. D. S. Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: Gênese, Desenvolvimento e Perspectivas da Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA. *Informe final del concurso: Poder y nuevas experiencias democráticas en América Latina y el Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2003/poder/della.pdf> Acesso em 12 de Setembro de 2016.

BASTOS, P.P.Z. Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o Brasil contemporâneo. **Revista Ciências do Trabalho**, nº 7, abril, 2017a, p. 51-107. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/124/pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Que horas ela volta? – Economia política e política econômica de Lula e Dilma. In.: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.) **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo e Fundação Lauro Campos, 2017b, p. 77-90.

BENJAMIN, C. et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, M.; GIANFRANCO, P. **Dicionário de Política I**. Trad. Carmen C. Varriale et al; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 11.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BERCOVICI, G. A política recente do petróleo no Brasil. In.: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; TONELLI, M.L.Q.; RAMOS FILHO, W. (Coord.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol.1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 185-198.

BOITO JR. A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In.: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 23-30.

_____. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, n. 28, p. 57-73, Junho, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802805> Acesso em: 23 de ago. de 2017. ISSN 0104-4478.

BORON, Atílio. **O Socialismo no século 21**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BOZZOLASCO, I. G. **La encrucijada del cambio**. Análisis sobre la realidad social y política del Paraguay contemporáneo. Asunción: Arandurã, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: OCAMPO, J. A. e ROSS, J. (orgs.). **Handbook of Latin American Economics**. New York, Oxford University Press, 2011. p. 108-129.

BRITEZ, E.; CABALLERO, J. N. **El Paraguay actual 2ª parte** (1998-2010). Asunción: El Lector, 2010.

BRUN, D.A. **El Paraguay actual**. 1ª parte. 1989-1998. Asunción: El Lector, 2010.

BUSTAMANTE, T. Magistratura federal. In.: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; TONELLI, M.L.Q.; RAMOS FILHO, W. (Coord.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol.1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 127-146.

BUONICORE, A. C. O Neoliberalismo, os governos e as classes dominantes brasileiras. In: RABELO, R. e MONTEIRO, A. **Governos Lula e Dilma: o ciclo golpeado** - contexto internacional, realizações, lições e perspectivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017, p. 113-142.

CALLINICOS, Alex. As múltiplas crises do imperialismo. Traduzido por Eduardo Sá

Barreto e João Leonardo Medeiros. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p. 15-36, jan/jun 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/issue/view/5> Acesso em: 30 set. 2019.

CAMACHO, E. **Golpe Parlamentario en Paraguay**. Una aproximación jurídica. Asunción: editorial Arandurã, 2012.

CÁMARA DE EMPRESAS MAQUILADORAS DEL PARAGUAY. Ley de Maquila. Disponível em: <http://www.maquila.org.py/?p=54> Acesso em: 30 set. 2019.

CAMPODÓNICO, H. La situación de la deuda externa latinoamericana. In: ACOSTA, A. **Un continente contra la deuda**. Quito: Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES), 2000. p. 43-59.

CANESE, R. **La recuperación de la soberanía hidroeléctrica del Paraguay**. En el marco de Políticas de Estado de energía. Asunción: El obligo del mundo, 5a ed., 2009.

_____. Paraguay: la peligrosa restauración neoliberal. In: **Neoliberalismo en América Latina**. Crisis, tendencias y alternativas. 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015. p. 241-262.

_____. **La restauración neoliberal de Cartes, en crisis**. In.: CARBONE, R.; SOLER, L (edit.) **Des-cartes: estampas de la derecha en Paraguay**. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

CANESE, R.; CANESE, M. **La estafa del Rio Tinto Alcan**. Asunción: El obligo del mundo, 2013.

CARDOSO, S.A. **Golpes de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal**. 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARMONA, R. A desconstrução das bases do projeto nacional brasileiro. In: RABELO, R. e MONTEIRO, A. **Governos Lula e Dilma: o ciclo golpeado** - contexto internacional, realizações, lições e perspectivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017, p. 237-274.

CERVOLO, A.L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista brasileira de política internacional**, v.43, nº.2, July/Dec.2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200001&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em 05 de Setembro de 2016.

CHILE. Subsecretaria de Relaciones Economicas Internacionales. **Tratado de Libre Comercio Chile – Estados Unidos** (edición actualizada). 13 Enero, 2016. Disponível em: <https://www.subrei.gob.cl/2016/01/tratado-de-libre-comercio-chile-estados-unidos-edicion-actualizada/> Acesso em: 30 set. 2019

CLAUDE, L.L. Sobre el “juicio político” al presidente Fernando Lugo Mendéz. In.: CAMACHO, E. **Golpe parlamentario en Paraguay**. Una aproximación jurídica. Asunción: Arandurã, 2012.

CODAS, G. A renegociação de 2008-2009. O Acordo Lugo-Lula de 25 de julho de 2009 e a nova relação bilateral Paraguai-Brasil. In: CODAS, G. **Paraguai**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

CODAS, G. **Paraguai**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

COORDINADORA DE DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY (CODEHUPY). **Obstáculos institucionales y jurídicos para el acceso a la tierra y su regularización por parte de la población campesina**. Asunción: AGR A.A. Servicios gráficos, 2013. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2015/07/Obstáculos-AccessoalaTierra.pdf> Acesso em 18 maio 2019.

_____. **Informe de Derechos Humanos sobre el caso Marina Kue**. Asunción: AGR A.A. Servicios gráficos, 2012. Disponível em: <http://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2017/03/Informe-de-DDHH-sobre-el-caso-Marina-Kue.pdf> Acesso em: 20 maio 2019.

_____. Paraguay debe implementar una comisión independiente que esclarezca qué pasó en Curuguaty. 20 de junho de 2019. Disponível em: <http://codehupy.org.py/paraguay-debe-implementar-una-comision-independiente-que-esclarezca-que-paso-en-curuguaty/> Acesso em: 13 jul. 2019.

CORTE ANULA CONDENAS en el caso Curuguaty y todos quedan libres. **ABC COLOR**, Assunção, 27 jul 2018. Seção Política. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/corte-anula-condenas-en-el-caso-curuguaty-y-todos-quedan-libres-1725398.html> Acesso em: 20 jun 2019.

CRESPO, Horacio. La guerra del Paraguay como problema historiográfico. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Buenos Aires, s.n, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55581> Acesso em: 07 de outubro de 2018.

CRUZ, S.V. **Os Estados Unidos no desconcerto do mundo**: ensaios de interpretação. São Paulo: Editora Unesp: Programa Interinstitucional San Tiago Dantas, 2012.

CUARTO MINISTRO DEL interior de la era Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/cuarto-ministro-del-interior-de-la-era-lugo-414784.html> Acesso em: 20 jun 2019.

DERECHOS HUMANOSPY. **CODEHUPY99**, 2019. (Canal Youtube) Disponível em: <https://www.youtube.com/user/Codehupyong/featured> Acesso em: 30 set. 2019.

DGEEC. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, Paraguay. **Compendio Estadístico 2017**. Fdo. de la Mora, março de 2019. Disponível em:

<https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/compendio2017/Compendio%20Estadistico%202017.pdf> Acesso em: 15 maio 2019.

DIPUTADOS declaran culpable y destituyen a Fernando Lugo. **TeleSur TV**, 22jun 2012. 1 vídeo (5.52 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lsUsMPN1CdE> Acesso em: 30 set. 2019.

DURÉ, E., ORTEGA, G.; PAULA, M.; VILLAGRA, L.R. **Golpe a la democracia**. Antecedentes y perspectivas. Asunción: Base IS, 2012.

EL TRATORAZO ESTÁ firme. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/el-tractorazo-esta-firme-416274.html> Acesso em 20 jun 2019.

Equipo Económico Nacional del Gobierno de la República del Paraguay. O *Plan Estratégico Económico y Social 2008-2013: Propuesta para un crecimiento económico con inclusión social*. San Lorenzo: **POBLACIÓN Y DESARROLLO**, No 38, 2009, p. 94-122. Disponível em: http://revistascientificas.una.py/index.php/RE/article/view/707/pdf_21 Acesso em: 23 set. 2019

ESTADOS UNIDOS. Office of the United States Trade Representative. **CAFTA-DR** (Dominican Republic-Central America FTA) – Final text. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/cafta-dr-dominican-republic-central-america-fta/final-text> Acesso em: 30 set. 2019.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASULADO, E.M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 179-206, agosto, 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> Acesso em: 5 de ago. de 2017.

FILIZZOLA FUSTIGA DESIGNACIÓN de Sanabria. **ABC COLOR**, Asunción, 17 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/filizzola-fustiga-designacion-de--sanabria-415299.html> Acesso em: 20 jun 2019.

FIORI, J.L. **O poder global**. Boitempo editorial: São Paulo, 2007.

FLECHA, Víctor-jacinto. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2016.

FORNAZIERI, A. Brasil: o regime da não-democracia. In.: ARAGÃO, E.J.G. de et al (Coord.) **Vontade Popular e Democracia**: candidatura Lula? Bauru: Canal 6, 2018, p.13-27.

_____. **O projeto político e a liturgia dos erros**. In.: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.) **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo e Fundação Lauro Campos, 2017b, p. 51-58.

FRENTE EXIGE DESTITUCIÓN de los altos funcionarios. **ABC COLOR**. Asunción, 15 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/frente-exige-destitucion-de-los--altos-funcionarios-414706.html> Acesso em: 20 jun 2019.

GARCIA SAI "CONTENTE" de reunião com Lugo sobre Itaipu. **REUTERS**, 2008. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRN0140389420080801> Acesso em 19 maio 2019.

GEBRIM, R. Derrota estratégica e conquista do poder. In.: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.) **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo e Fundação Lauro Campos, 2017b, p. 355-360.

_____. É mais um golpe no nosso caminho. In.: **Relatório Direitos humanos no Brasil 2016**. São Paulo: Outras expressões, 2016, p.199-.

GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M de e TONETO JR., Rudinei. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

GRIMALDI, I.M. El Neoliberalismo en Paraguay. In: VILLAGRA, L.R. (comp.). **Proceso Histórico de la Economía Paraguaya**. Asunción: Secretaría Nacional de Cultura, 2012a. p. 281-308.

_____. **Monsanto golpea en Paraguay: Los muertos de Curuguaty y el juicio político a Lugo**. Rebelión, 21 jun 2012b. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/151721.pdf> Acesso em: 02 jul 2019.

GUIMARÃES, S. P. **Estados Unidos, Venezuela e Paraguai**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20570 Acesso em: 13 jul. 2019.

HAIDAR, Rodrigo. “Brasil dormiu como Alemanha e acordou como Venezuela”. **Consultor Jurídico**, 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jun-25/brasil-dormiu-alemanha-acordou-venezuela-gilmar-mendes> Acesso em: 30 set. 2019.

HARNECKER, M. **Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI**. Tradução: José Colaço Barreiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. Histórias e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, A. S. Lava Jato. In.: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; TONELLI, M.L.Q.; RAMOS FILHO, W. (Coord.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol.1. Bauru: Canal 6, 2017, p 106-119.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade**. Tradução de Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Abramo Perseu, 2017.

LA IMAGEN DEL país se fue al diablo, señala Felippo. **ABC COLOR**, Asunción, 17 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/la-imagen--del-pais-se-fue-al-diablo-senala-felippo-415314.html> Acesso em 20 jun 2019.

LEITE, P. M. **A Outra História da Lava Jato – Uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia**. São Paulo: Geração, 2015.

LÓPEZ, M. Democracia en Paraguay: la interrupción del “proceso de cambio” con la destitución de Fernando Lugo Méndez (2012). **Cuadernos del CENDES**, v. 31, n. 85. janeiro-abril, 2014, p. 95-119.

_____. Elecciones generales y votos en el Paraguay de 1989-2013. Develando algunos mitos. **Diálogo de Saberes: investigaciones y ciencias sociales**, n. 40, p. 159-182, janeiro-julho, Bogotá, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5467423> Acesso em: 16 de outubro de 2018.

LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In.: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p.61-68.

LUGO, Fernando. Entrevista com Fernando Lugo, presidente da república do Paraguai (2008-2012) [Entrevista concedida a] Paola Estrada. Asunción, 22 de junio de 2018.

MACIEL, D. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). In: **Revista UFG**, Ano XIII, n. 11, p. 98-108, dezembro, 2011. Disponível em: https://www.proec.ufg.br/up/694/o/11_artigos_o_governo.pdf Acesso em: 5 de agosto de 2017.

MADEIRO, Carlos. De 132 pedidos de impeachment desde Collor, ação contra Dilma é 2ª aceita. **Portal UOL**, Notícias, 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contr-dilma-e-2-aceita.htm> Acesso em: 30 set. 2019.

MAPA DOMINACIÓN ESPECTRO completo. **Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, investigación y cartografía**, 2015. Disponível em: <http://www.geopolitica.ws/document/mapa-dominacion-espectro-completo/> Acesso em: 29 set. 2019.

MARETTI, Eduardo. Plebiscito por constituinte tem quase 8 milhões de votos; resultado será levado a Brasília. **Rede Brasil Atual**. 24 set 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/09/plebiscito-por-reforma-politica-tem-adesao-de-quase-8-milhoes-e-resultado-sera-levado-a-brasilia-9996/> Acesso em: 30 set. 2019.

MARTÍNEZ-ESCOBAR, F.; SÁNCHEZ-GÓMEZ, J.T. O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituente do Congresso. In: CRUZ, S.V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 279-294.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MONIZ BANDEIRA, L.A. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.

_____. Armações Internacionais. *Lawcoup – O impeachment da presidenta Dilma Rousseff*. ALVES, G.; GONÇALVES, M.; TONELLI, M.L.Q.; RAMOS FILHO, W. (Coord.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol.1. Bauru: Canal 6, 2017b, p. 17-24.

MOVIMIENTO DE CARTES respalda juicio político a Lugo. **ABC COLOR.**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/movimiento-de-cartes-respalda-juicio-politico-a-lugo-416282.html> Acesso em: 20 jun 2019.

OLIVA, A. ABC Color en la destitución de Lugo. In.: CARBONE, R.; SOLER, L (edit.) **Des-cartes: estampas de la derecha en Paraguay**. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)**, n.10, Abril, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4554/1/BEPI_n10_insercao.pdf Acesso em: 23 de Ago. de 2017.

_____. Uma ponte para o abismo. In: In.: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.69-76.

_____. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos cinco mil dias de lulismo . In.: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.) **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo e Fundação Lauro Campos, 2017b, p. 91-100.

_____. Capitalismo financeiro e estado de emergência no Brasil: o abandono da perspectiva do desenvolvimento. In: **I Colóquio da Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico**, Santiago, 2006.

PALAU, M. **Movimiento popular y democracia**. Asunción, BASE-IS, diciembre, 2014.

_____. **Reforma agraria es desarrollo nacional:** propuesta y acciones para la implementación de una reforma agraria en Paraguay. Asunción, 2010. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20170403045952/pdf_1250.pdf Acesso em: 15 maio 2019.

PANITCH, Leo. Repensando o Marxismo e o Imperialismo para o século XXI. **Tensões Mundiais**, v. 10 n. 18,19, p. 91-101, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/473> Acesso em: 30 set. 2019.

PARAGUAY, Congreso Nacional. Cámara de Diputados. Resolución N° 1431/2012. **Libelo Acusatorio contra el Presidente de la República Fernando Lugo Méndez.** Sistema de Información Legislativa. Asunción: 21 de junio de 2012. Disponível em: <http://silpy.congreso.gov.py/expediente/5534> Acesso em 21 jun 2018.

PARAGUAY. Constituição (1992). Constitución Nacional de Paraguay, 20 jun. 1992. Disponível em: <http://jme.gov.py/transito/leyes/1992.html> Acesso em: 11 maio 2019.

PARAGUAI INSTALA NOVO órgão para a reforma agrária. **Estadão**, 2009. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina,paraguai-instala-novo-orgao-para-a-reforma-agraria,277426> Acesso em: 30 set. 2019.

PAREDES, R. **25 años de Democracia.** 1989-2014. Asunción: Caballo de Troya, 2014.

PASSARINHO, Nathalia. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. **Portal G1.** Brasília, 18 dez 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> Acesso em 29 set. 2019.

PAULA, M. de. **Conflito Diplomático entre o Brasil e o Paraguai em 2008-2009.** Contestação da hidro-hegemonia brasileira. 2016. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências HUMANAS, da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

PEÕES. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: Videofilmes, 2004. 1 DVD (85 min).

PERUSSET, Macarena. Dinámicas socio-culturales entre los grupos guaraníes frente a la violencia del régimen de encomienda. Paraguay (siglos XVI-XVII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC.** N° 10. Jan-jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1292> Acesso em: 28 de jul. de 2018.

PLAN ANTICRISIS DE Borda logra respaldo del Banco Mundial. **ABC TV**, 05 de fev. de 2009. Disponível em: <https://www.abc.com.py/tv/economia/plan-anticrisis-de-borda-logra-respaldo-del-banco-mundial-499340.html#!> Acesso em: 30 set. 2019.

PLAN ANTICRISIS OFICIAL tiene fuerte componente de créditos externos. **ABC COLOR**, 2009. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/plan-anticrisis-oficial-tiene-fuerte-componente-de-creditos->

[externos-1143292.html](#) Acesso em: 15 maio 2019.

PLRA ENOJADO COM Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/nacionales/plra-enojado-con-lugo-416409.html> Acesso em: 20 jun 2019.

PIDEN JUICIO POLÍTICO a Lugo. **ABC COLOR**, 2012. Disponível: <http://www.abc.com.py/nacionales/senador-pide-juicio-politico-a-lugo-y-destitucion-de-ministros-414510.html> Acesso em 20 jun 2019.

POLISCHUK, Sebastian. Masacre en Curuguaty: sin justicia para el campesinado. **Resumen Latinoamericano**, 15 jun. 2015. Disponível em: <http://www.resumenlatinoamericano.org/2015/06/15/masacre-en-curuguaty-sin-justicia-para-el-campesinado/> Acesso em : 30 set. 2019.

PRESENTAN 12 ARGUMENTOS para destituir a Lovera. **ABC COLOR**, 2012. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresaeconomia/presentan-12-argumentos-para--destituir-a--lovera-411495.html> Acesso em: 20 jun 2019.

PRODUCTORES SE RATIFICAN em juicio político. **ABC COLOR**, Asunción, 19 jun 2012. Seção Política. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresapolitica/productores-se-ratifican-en-juicio-politico-416196.html> Acesso em: 20 jun 2019.

PUEBLO paraguayo se mantiene en las afueras de la Tv pública. **TeleSur TV**, 25 jun. 2012. 1 vídeo (3.58 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lsUsMPN1CdE> Acesso em: 30 set. 2019.

RENUNCIÓ DIONISIO BORDA y lo reemplaza Ernest Bergen. **ABC COLOR**. 2005. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresapolitica/renuncio-dionisio-borda-y-lo-reemplaza-ernest-bergen-831625.html> Acesso em: 30 set. 2019.

RIBEIRO, R. L. Tribunal de Contas da União. In.: ALVES, G.; GONÇALVES, M.; TONELLI, M.L.Q.; RAMOS FILHO, W. (Coord.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol.1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 264-278.

RIVAROLA, M. **Transición, desde las memorias**. Asunción: Decidamos, Campaña por la expresión ciudadana, 2009.

RODRÍGUEZ, J.C. La discusión sobre las últimas cifras de pobreza. **Debate -Revista Digital de Políticas Públicas**, junho, 2014. Disponível em: <http://paraguaydebate.org.py/wp-content/uploads/2014/06/Revista-Completa.pdf> Acesso em: 19 maio 2019.

ROUSSEFF, D. **Discurso Oficial**. Brasília, 24 de junho de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/leia-a-integra-do-discurso-em-que-dilma-propoe-plebiscito-sobre-reforma-politica.htm> Acesso em: 3 jul 2019

SAAD FILHO, A. 2011. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? In: **Crítica e Sociedade**: revista de cultura e política. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

SECCO, L. O sentido da recolonização: liderança operária, ciclos econômicos e democracia racionada no Brasil. In: SECCO, L. (org.) **A ideia**: Lula e o sentido do Brasil contemporâneo. São Paulo: Núcleo de Estudos de O Capital, 2018, p.61-91.

SEMER, M. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático. In.: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.107-114.

SILVA, S.A.M. “*Ganhamos a batalha, mas não a guerra*”: a visão da Campanha Nacional contra a ALCA sobre a não assinatura do acordo. 2008. 275 f. Tese (Departamento de Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SINGER, A. A ideia de lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do Lulismo. São Paulo: Boitempo e Fundação Lauro Campos, 2017, p. 15-26.

_____. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SOARES, A. F. M. R. **Paraguai 2012: O Papel do Brasil e a Ação da Unasul**. 2016.125f. Dissertação (Mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2016.

SOLER, L. Paraguay: La larga invención del Golpe. Asunción: Arandurã, 2014.

_____. Golpes de Estado en el Siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). **Cadernos Prolam**,_v.14, nº 26, p.77-89, 2015. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/103317/105950> Acesso em 05 de Agosto de 2016.

_____. Paraguay: cuando la novedad no es el resultado. **Revista Nueva Sociedad**, nº 231, p. 28-44, enero-febrero de 2011.

SORRENTINO, W. **Anos que vivemos em perigo** – a crise brasileira. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

SUZUKI, J.C. Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins. **Cadernos Prolam/USP**, v. 15, n. 29. P. 136-157, jul/dez, 2016.

TOKATLIÁN, J.G. **Neogolpismo**. Página 12, Buenos Aires, 13 de Julho de 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html> Acesso em: 12 de Setembro de 2016.

_____. **El auge del neogolpismo**. La Nación, Buenos Aires, 24 de Junho de 2012.

Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo> Acesso em: 12 de Setembro de 2016.

VEJA A ÍNTEGRA do discurso de defesa de Dilma no Senado. **Agência Senado**. 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado> Acesso em: 30 set. 2019.

VIDALLET, J.B. **O massacre de Curuguaty: golpe sicário no Paraguai**. Tradução: Carolina Dohmen. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

VILLAGRAS, L.R. Las reformas neoliberales de primera y segunda generación en el Paraguay. In: VILLAGRAS, L.R. (Comp.). **La economía paraguaya bajo en orden neoliberal**. Asunción: BASE IS, SEPPY, RLS, 2011. p. 13-48.

_____. História y Actualidad del Neoliberalismo en Paraguay. In: PUELLO-SOCARRÁS, J. F. [et al]. VILLAGRA, L.R. (Coord.). **Neoliberalismo en América Latina**. Crisis, tendencias y alternativas. 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015. p. 85-102.

WEISBROT, M. **Golpe brasileiro ameaça a democracia**. *Folha de S.Paulo*, 14 de abril de 2016, p. A2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/04/1760684-golpe-brasileiro-ameaca-democracia.shtml> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

APÉNDICE A – Entrevista con Fernando Lugo, presidente da república do Paraguai (2008-2012)

Paola Estrada
Asunción, 22 de junio de 2018.

P.E.: Usted fue electo presidente en 2008 en una coalición con diversos partidos, entre ellos el PLRA¹¹⁶, además contabas con el apoyo de varios movimientos populares. Hay quienes caractericen aquella victoria como un hito histórico por dos razones: primero porque ha contado con una inédita participación de sectores de clases populares históricamente excluidos de la política institucional del país; segundo porque ha derrotado al Partido Colorado, que llevaba más de sesenta años en el poder, desde el Golpe de Stroessner. ¿Cuáles aspectos políticos y del contexto económico-social usted destacaría en los antecedentes que tornaron aquella victoria posible en 2008?

F.L.: El triunfo de la Alianza Patriótica para el Cambio en Paraguay se da, primeramente, en el contexto regional latinoamericano, de diversos gobiernos progresistas, que marcaron la diferencia con los partidos tradicionales. [Además], Paraguay venía de un gobierno de 62 años de un partido hegemónico en el país [el Partido Colorado], que sabe ganar elecciones, por ello sus miembros nunca creyeron que podrían ser derrotados electoralmente, [ellos] decían que era el partido invencible, decían incluso que era eterno. Pero [el partido colorado] también [era] un partido desgastado, [con] deudas sociales históricas con la ciudadanía de movimientos sociales emergentes que confluyeron en un proyecto, dentro de la Alianza patriótica para el cambio.

Creo que un elemento también importante fue la emergencia de un liderazgo diferente. Un liderazgo de un outsider, fuera de la política, dentro de una línea de la iglesia progresista dentro del Paraguay (que también es raro, no era normal), pero que se supo aglutinar: modelo, proyecto y persona, tres elementos importantes para conformar una amplia alianza contra el Partido colorado. A parte de estos tres elementos, es muy importante tener un pequeño desarrollo sobre esta amplia alianza, qué fue sin exclusiones, en un primer momento, a pesar de que después se alejaron 2 candidaturas: la de UNACE (que también fue una decisión del partido colorado), y

la candidatura de PATRIA QUERIDA, de Pedro Fadul, también representante de la derecha.

Era un modelo amplio diferente [el modelo propuesto por la Alianza Patriótica para el Cambio], y tiene mucho que ver con los gobiernos progresistas de la región, con el éxito de Lula en Brasil [2002], de [Nestor] Kirchner en Argentina[2003], Tabaré [Vázquez] en Uruguay [2005], Evo [Morales] en Bolivia [2005], [y de Rafael] Correa después en Ecuador [2006], [y] sin duda, el presidente [Hugo] Chávez en Venezuela. Se conformo un mapa político nuevo. Y nosotros decíamos que Paraguay no tiene que desentonar en la región. Este era el proyecto. Un proyecto ambicioso y amplio. Y el tercer elemento, la persona. Elegir la persona indicada en este momento, alguien que emerge de la iglesia progresista, de una de las diócesis mas pobres del país, que viene de la teología de la liberación, enmarcado en la opción preferencial por lo pobres.

Y como se suele decir, parecía que los astros estaban confluyendo.

Eso hizo que se laburara una propuesta, con 6 ejes programáticos y al mismo tiempo una campaña electoral amplia que se dio también con esa victoria electoral en el 2008.

P.E.: Sabemos que entre 2008 y 2012 su gobierno ha sido albo de muchos ataques por parte de la derecha paraguaya, que han resultado en 23 intentos fracasados de aplicarte un juicio político. Hasta que en el día 22 de junio de 2008, una semana después de la Masacre de Curuguaty, el parlamento paraguayo abrió un nuevo proceso de juicio político en su contra, que en menos de un día lo ha declarado culpado y lo ha alejado del cargo de presidente de la República del Paraguay. ¿Como usted caracteriza el Golpe de Estado ocurrido en esa ocasión?

F.L.: Nosotros consideramos y etiquetamos como un golpe parlamentario. Se da en el contexto del parlamento, utilizando una figura jurídica constitucional (que es el juicio político) pero de manera muy grosera, terminando un juicio político en 17 horas, que no se da en ningún caso, ni con el criminal más grande. Se da un juicio express (rápido) a una persona que fue elegida democráticamente.

A parte de eso, el golpe tiene una connotación política muy fuerte, [representa] el cambio de un gobierno, de un modelo. Quien asume después es alguien del partido liberal- un partido ultraconservador, representante de la oligarquía nacional -, que no tuvo reparos en poco tiempo destruir lo poco que hemos construido durante tres años

y diez meses.

P.E.: ¿Como usted evalúa la participación de grupos económicos y sectores empresariales en el Golpe? De qué forma estos sectores están representados políticamente en los partidos colorado y liberal?

F.L.: Distinguimos los grupos económicos importantes en: grupos de afuera y de adentro. Desde afuera, las grandes multinacionales tuvieron una participación muy fuerte en todo eso, [las] agroexportadoras del agronegocio, llámese: Cargill, Dreyfus, ADM, Monsanto, y otras, que estaban viendo su forma de invertir en términos de rescatar los recursos naturales del país.

En segundo lugar. La oligarquía local asociada a estos grupos de las multinacionales. Llámese eso los ganaderos, los dedicados al agronegocio, las pequeñas inversiones, las pequeñas industrias.

Es decir, hubo una aliada también a la corporación de los medios de comunicación. Yo creo que, y siempre suelo decir, que la oligarquía y la derecha es también muy solidaria y coordinada a nivel regional y también a nivel local, cuando están en juego sus propios intereses.

P.E.: ¿Usted cree que las multinacionales del agronegocio tienen una representación política clara en el parlamento paraguayo?

F.L.: Sino tienen su representación en un partido, dentro de los diferentes partidos de la derecha tiene sus voceros. Los proyectos de leyes y declaraciones que les beneficiaba a ellos. Por ejemplo, nosotros hemos cuestionado muy fuertemente a la empresa multinacional Rio Tinto Alcan, que quería usar, nada más y nada menos, que una turbina y 1/4 de Itaipú, para poner una industria, para una empresa. El gobierno que viene declara de interés esta empresa, mientras nosotros estábamos cuestionando.

Lo mismo para las semillas transgénicas que nosotros habíamos cuestionado fuertemente y estábamos incluso en una campaña de recuperación de las semillas originarias, locales. Después hay una amplia bienvenida a las semillas genéticamente modificadas. Los agronegocios, como se suele decir "bailaron en una pata", muy contentos con el golpe. Ellos financiaron también la campaña de esos parlamentarios. Y ahí, tiene ellos su representación de esa manera.

P.E.: ¿Y las fuerzas armadas, tuvieron algún rol en el proceso?

F.L.: Las fuerzas armadas, por la constitución nacional son "no deliberantes", y por el artículo 173 ellos estaban para defender el gobierno democráticamente electo y el presidente [que] en este momento era el comandante en jefe de las fuerzas armadas de la nación. Digamos que un 90% [del sector estaba] con el gobierno de Lugo, pero había también ahí infiltrados, coqueteando con el golpe. Lugo no quería una gran masacre, que se podría haber dado. Si se gestaba, o se impulsaba una defensa del gobierno de Lugo, eso se iba terminar con más masacre. Ya habíamos [vivido] una masacre, en Curuguaty, e iba a ser también una gran masacre en Asunción. Y, como suelo decir, Lugo es genéticamente pacifista, y no quería más derramamiento de sangre y optó en aceptar un juicio injusto. Un juicio político que fue una parodia, preparado, entonces, salimos por la puerta amplia, y salimos con un gobierno de gran aprobación popular, y, hasta ahora, es reconocido, en esta larga transición [democrática] de casi 30 años, como el mejor gobierno democrático, vista por la ciudadanía.

P.E.: ¿Quiénes fueron golpeados?

F.L.: En primer lugar, yo creo que los grupos más vulnerables, a quienes nosotros privilegiábamos, y entre ellos, en primer lugar el grupo de los indígenas, de los pueblos originarios. Ellos tienen una frase que dicen "cuando Lugo cae nosotros también hemos caído". En segundo lugar, dentro de los grupos más vulnerables, aquellos que tuvieron beneficiándose con las grandes políticas sociales del Estado, que se ha dado también en la región: personas sin techo, sin tierra, sin salud, sin educación, sin infraestructuras. Es decir, aquellos marginales de la sociedad, a quienes nosotros hemos privilegiado. En tercer lugar, el golpe también ha sido un golpe a la integración de la región. Y eso lo consideramos muy importante. Este golpe a Lugo también ha sido un golpe en contra a Mercosur, a UNASUR y a la CELAC.

Nosotros siempre lo tenemos muy en cuenta eso, que también fue un golpe a la integración regional.

P.E.: Cuando mencionas eso también me acuerdo que una las acusaciones de su juicio trataba de la firma del protocolo de la cláusula democrática de UNASUR. ¿es correcto?

F.L.: Claro, el gobierno de Lugo tuvo muchísimas acusaciones, de las variadas.

Primero, decían que teníamos relación directa con las FARC y con la guerrilla. Segundo, con los secuestros. Tercero, que éramos como un satélite de los gobiernos bolivarianos del siglo XXI, y golpeando por supuesto en este sentido a la integración, que estábamos promoviendo. Usted sabe que cuando se crea UNASUR en el 2009, 2010, con la activa participación también de Paraguay, del gobierno nuestro, hace que sumemos y no desentonar en las políticas de la región, como solíamos afirmar, y estábamos presentes impulsando una integración, no solamente una integración de protocolo, de diplomacia, sino una integración cultural, de los pueblos originarios, una integración incluso teológica, eclesial, progresista, una integración de los sindicatos, de los movimientos obreros. Es decir, una integración mucho mas, que Tabaré Vázquez decía 'ponerle rostro humano a la integración'. Y eso, sin duda, dentro de Paraguay, se notaba la diferencia de la diplomacia paraguaya a les servir. Por eso también viene esa gran solidaridad del cuerpo diplomático de los gobiernos progresistas de la región.

P.E.: ¿Como usted evalúa la participación de la comunidad internacional, en especial la latinoamericana, en el momento del golpe en Paraguay?

F.L.: Bueno, aquí hubo una gran solidaridad de los países de la región y de los gobiernos progresistas. En ese momento había un encuentro en Rio de Janeiro y los cancilleres estuvieron aquí presentes solidariamente con el gobierno de la Alianza. Y con todo eso, los que no estuvieron presentes, bueno, la diplomacia norteamericana, la del vaticano, la unión europea, y también otros de países más lejanos pero fraternos a los gobiernos de derecha del continente, no tomaron posición, pero después dieron una gran bienvenida inmediatamente, reconociendo el gobierno de facto que prosiguió al golpe.

P.E.: ¿Como usted evalúa la resistencia de las clases trabajadoras y de la izquierda al Golpe en Paraguay en 2012?

F.L.: Bueno, ahí están dos elementos. En primer lugar, yo creo que una parte de la ciudadanía ya no creía [que iba pasar], porque ya había tantos intentos anteriores, muchos pensaban que este era un intento más, después de los mas de 20 que hubo anteriormente y que eso no se iba a terminar. En segundo lugar, tenemos que reconocer que faltaba una gran organización popular que participe en la defensa de un gobierno al cual le respondía también a los grandes intereses de los sectores

populares. Yo creo que ha sido eso una falencia, una autocrítica también porque, al momento de la resistencia, si bien hubo grandes espacios de resistencia tanto el Asunción como en el interior, no fueron suficientes para tener un impacto y poder incluso hacer lucir el golpe parlamentario que se estaba gestando de manera expresa y rápida.

P.E.: ¿Cuáles políticas públicas se contrastan entre el gobierno de Federico Franco y su gobierno?

F.L.: En primer lugar, uno de los "buques" estrellas del gobierno nuestro era la gratuidad de la salud, lo recuerdan hasta ahora. Y fue un programa muy bien elaborado, con la gente de Brasil, precisamente, de Porto Alegre, que era el único proyecto de gobierno bien elaborado, desarrollado, implementado inmediatamente. Lo otro fue el gran éxito que se tuvo con las negociaciones de Itaipu y Yacyreta, que veníamos en conversación y en logros con el gobierno de Lula y de Cristina.

Con el golpe estas políticas sociales disminuyeron considerablemente, emergió un gran gobierno de corrupción, que fue un cambio significativo también. Y con el silencio cómplice de las organizaciones mediáticas, que estuvieron también involucradas en eso. En la cuestión presupuestaria también se ha visto el destino de los grandes rubros para los sectores más desprotegidos casi desaparecieron.

Otro elemento muy importante también, es el cuidado que nosotros le dábamos al medio ambiente y a los recursos naturales, que también se entendía eso como una amenaza, porque siempre los grupos privilegiados estaban acaparando en la adjudicación de la explotación de esos recursos naturales.

Una de las cuestiones que los molestó muchísimo fue el iniciar tímidamente, pero tímidamente una discusión sobre la reforma agraria en el Paraguay. Yo creo que ese fue un elemento desencadenante para que la oligarquía, los grandes terratenientes, levantaran la oreja y decir "bueno, cuidado con este, porque si eso se viene nos convertirán en otra Cuba, en otra Venezuela". Amenazados por las expropiaciones, la fiscalización de sus empresas. Pero bien, yo creo que ese fue un elemento que la oligarquía, con realidad y fantasía, manejaban en sus círculos, pero que, realmente, en términos de realidad, no había mucho. Era el inicio de una discusión, de ver los principios, de ver por donde iniciar, porque Paraguay no tiene un catastro nacional de propiedades así limpio, y queríamos iniciar por lo menos eso. Pero ni eso nos han permitido terminar.

P.E.: El golpe y la masacre de Curuguaty se insertan precisamente en el tema de la tierra, que es histórico para la lucha de clases en Paraguay

F.L.: Yo siempre suelo afirmar que mientras en Paraguay no haya un catastro nacional de propiedades, mientras no hay una justa distribución de las tierras, no habrá paz social en el país. Y eso continua. Los sin tierra se han trasladado del campo a la ciudad. Los grandes asentamientos campesinos se volvieron asentamientos urbanos hoy en día, y eso va a seguir [porque] hay un déficit habitacional alrededor de Asunción que casi llega a unas 500 mil viviendas, a nivel de país es casi 1 millón, o más, de viviendas.

P.E.: ¿Crees que hubiera sido posible evitar el golpe en Paraguay en 2012?

F.L.: Sí, pero el precio iba a ser muy alto. Se podría haber evitado al golpe si nosotros entrabamos en la maquinaria de la corrupción, y preferimos salir y salir limpios. La derrota, en términos democráticos, ha sido catastrófica: 39 contra 2. Nunca un parlamento tan bien coordinado, tan bien organizado, de la mano de la derecha, pero, eran las mismas fuerzas aliadas las que conspiraban desde un principio para tomar el botín del estado, para poder después administrar a su gusto.

P.E.: ¿Cuáles son las lecciones que el Golpe ha dejado?

F.L.: Dos cosas, primero que una de las lecciones grandes es que ganar elecciones no es todo. Se pueden ganar elecciones a un precio muy alto. El precio muy alto es no tener gobernabilidad, es no llenar las expectativas de los sectores populares. Y ahí están los acuerdos que uno hace, los acuerdos políticos. Yo creo que muy inteligentemente el presidente Lula lo ha hecho, también con sectores de la derecha con responsabilidad social en Brasil. Nosotros [en Paraguay] hemos hecho esta alianza con un partido tradicional, con un partido de derecha, que es un experimento raro, de agua y de aceite, como se suele decir. En donde nuestros principios y opiniones tenían una incompatibilidad muy grande.

Primero, entonces, entramos a competir en una cancha hostil, que son los sistemas electorales, dominados, programados, siempre por la derecha. Y ahí hemos vencido. Electoralmente es incuestionable la vitoria de la alianza patriótica para el cambio en el 2008. No es así, por ejemplo, en las ultimas elecciones en honduras, en donde, en el primer día, el ganador, la alianza progresista, y al día siguiente tuercen los

resultados y lo cambian.

La segunda gran lección es que la gobernabilidad genera la euforia, y muchas veces dió demasiada confianza. Y no es tan así. La gobernabilidad hay que trabajarla con alianzas duraderas, no solamente coyunturales. Y creo que, de alguna manera, aquí hemos confiado demasiado en nuestros aliados, que fueron los primeros que conspiraron contra un proyecto diferente.

En tercer lugar, otra gran lección que uno tiene que tener, es la necesidad de un proyecto a largo plazo. No podemos solamente responder a coyunturas muy temporales. Y creo que ese sueño tiene que irse alimentando cotidianamente.

En cuarto lugar, también otra gran lección es que no teníamos los cuadros suficientes para tomar el poder. Los liderazgos no se crean de la noche a la mañana. Tenemos que aceptar que hubo una gran acumulación de experiencias, de victorias y derrotas, de sectores populares en Paraguay, pero no era suficiente. No teníamos los cuadros para las grandes instituciones, entonces teníamos que tomar, por ejemplo, en el sistema bancario paraguayo se mantuvo intacto. Yo siempre suelo usar una figura bíblica, nosotros hemos puesto vinos nuevos en ores viejos, es decir, nuevas ideas, nuevas personas, pero en estructuras viejas. Y las estructuras carcomen y tragan a las nuevas personas. Fuimos prisioneros de una burocracia muy antigua. Fuimos prisioneros de un sistema presupuestario muy tradicional, que hasta ahora sigue.

Y eso hizo, bueno, tenemos muchas lecciones aprendidas. Yo creo que casi todo fueron lecciones aprendidas, y eso hace que, hoy en día, por ejemplo, los movimientos, o los partidos progresistas que están en el frente [ghasú], tengan una visión más clara de que es la cuestión electoral, lo que es estar en el poder, lo que es administrar el poder, y los que es también dar gobernabilidad con los acuerdos mas justos que se puedan hacer de cara al futuro.

P.E.: ¿Usted considera que el golpe en Paraguay fue solo el juicio o hubo continuidad hasta la actualidad?

F.L.: Sin duda, los golpes forman parte de un proceso, y a veces un proceso largo. Digamos el golpe fuerte se da en un momento coyuntural, lo que fue y significó el 20 a 22 de junio de 2012. Después vienen las consecuencias del golpe, como rearmar el golpe, como fortalecer esos mismos espacios que se conquistó por medio de un golpe. Yo creo que eso también lleva su tiempo, especialmente cuando la gente tiene una consciencia clara. La gente hoy recuerda y valora lo que fue el gobierno de 2008-

2012, está en la memoria de gran parte de la ciudadanía.

El golpe ha querido enterrar [esta memoria], pero, como se suele decir: nos enteraron, pero en el entierro había una gran semilla, que volvió a resurgir y con más fuerza, y que hoy tiene más espacio de poder, y inclusive del que podríamos haber conquistado en las elecciones. El proceso es lento, el proceso de recuperación es muy lento porque el golpe fue muy fuerte y hay nuevas estrategias, mucho más sofisticadas para que el golpe siga continuando, por ejemplo, la cuestión de los espacios de poder que no son permitidos, la cuestión de la financiación de la política, de un lado la gente que hace a puro pulmón, de otro, los partidos de derecha llueven las ofertas de promoción y de ayuda, sin embargo nosotros nos hemos endeudado y las deudas pagamos en cinco años. Ellos compran bancas para el parlamento, nosotros las tenemos que conquistar a sudor, a trabajo cotidiano y son aspectos del golpe que estamos saliendo.

Yo soy optimista, estamos recomponiéndonos después del 2012.

P.E.: Así como muchos países de Latinoamérica, Paraguay ha vivido en el siglo XX, largos años de dictadura militar resultado de un Golpe de Estado. ¿Podrías comentarnos un poco sobre las diferencias y similitudes de aquellos golpes del siglo XX con los golpes del siglo XXI en Latinoamérica?

F.L.: Una de las maneras de entender los golpes es con la identificación de los grandes centros de poder. La teoría clásica de los Golpes de Estado Militares de la década del 1960 y 1970 – 1950 en Paraguay, 1960 en Brasil, 1970 en Argentina, en Chile en Uruguay -, todo se gestaba y se realizaba desde los cuarteles. Eran Golpes notamente militares, que tenían sus intereses económicos, políticos, sociales, de recursos naturales (medio ambientales) y que respondían a un modelo determinado y con el agravante de la participación de elementos internacionales, a veces de forma abierta, a veces más solapada. tuvieron participación directa.

En el Paraguay, cuando hubo en golpe [de 2012], efectivamente el poder estaba focalizado en el parlamento, por la misma constitución, se disminuyó muchísimo el poder del ejecutivo, el poder de los militares, y se centralizaba en el parlamento. Por eso es un golpe parlamentario. Desde el centro del poder, que es el parlamento, ahí se focaliza, se realiza, ahí se gesta, ahí se materializa el golpe. Y todo Golpe es una ruptura, una ruptura dentro de un proceso.

Además, estos golpes [del siglo XXI] son mucho más elaborados, cada vez más elaborados. Yo creo que, más bien, es jurídico, mediático (como el de la compañera

Dilma), en donde las corporaciones mediáticas alimentan, dan el insumo falso, con falsas verdades, atacando a la persona en su moral (como hacen con Lula, por ejemplo) y después con los demás actores políticos progresistas.

Pero hay una perfecta armonía entre la cuestión mediática y la cuestión de la justicia. Si bien el golpe de Paraguay se utiliza de una institución democrática, que es el parlamento, el golpe de Brasil se utiliza en una institución tan importante en la democracia, como es la justicia, que tiene que ser independiente, pero es usada, manipulada, es utilizada, digamos, por los intereses, que muchas veces, desde los sectores más escondidos están participando.

Pero, el resultado es el mismo. El cambio de un modelo. El cambio de los intereses, sobre todo económicos. El cambio de un grupo oligárquico que prepara elabora. Pero, como se suele decir, no hay proceso químicamente puro, y que al final la verdad aflora.

P.E.: Siguiendo la comparación entre el Golpe de Brasil de 2016 y el del Paraguay en 2012, observo que hay algunas distinciones a respecto de las supuestas acusaciones usadas en los juicios. En Paraguay, los 5 puntos de acusación tratan de la relación del presidente con los sectores populares del país y con gobiernos progresistas de la región. En Brasil, la acusación se ha centrado en el tema de la corrupción. ¿Como ves esta distinción?

F.L.: Yo creo que aquí hay una pequeña distinción. Sin duda que la derecha, y los que materializan el golpe tiene el discurso de la transparencia y de la honestidad, y en nombre de la transparencia y de la honestidad, construyen las argumentaciones para realizar un golpe de estado político y de destitución de líderes, como Lula. Sin embargo, este proceso de golpe, que tiene esas dos banderas, tiene sus propias contradicciones internas, y, ahora se está descubriendo que aquellos que se presentaban como los más puros y limpios eran los más corruptos.

P.E.: Sobre la participación de los sectores del judiciary y del funcionalismo público. En Brasil hubo participación directa de esos actores. ¿Y en Paraguay?

F.L.: Aquí se focalizó en el parlamento, por eso lo tipificamos como un golpe parlamentario, en donde la justicia estaba, más bien, casi escondido, pero hubo imputaciones, después de los hechos de Curuguaty precisamente, fuimos todos

investigados a declarar el rol de responsabilidad y de participación en derecho de la muerte de los ciudadanos paraguayos.

Fueron condenadas varias personas sin un proceso transparente. Solamente fueron investidos en Curuguaty los campesinos, nadie investigó la muerte de los campesinos que, sí hubo ejecuciones extrajudiciales fácilmente comprobadas, pero esa línea de investigación no se ha realizado por la fiscalía.

P.E.: Además del golpe de Brasil y de Paraguay, en el siglo XXI en Latinoamérica asistimos al golpe de Honduras en 2009 y también a los intentos fracasados de golpes en Venezuela (2002), Ecuador (2008) y Bolivia (2010). ¿Usted cree que las similitudes entre esos procesos puede caracterizar una ofensiva Neogolpista en curso en la región?

F.L.: Creo que este es un punto muy importante. Porque los golpes que se han dado en Honduras, Paraguay y Brasil no son golpes aislados. América Latina, con las dictaduras militares y después con las pseudodemocracias siempre fue un territorio colonial dominado por la política exterior norteamericana, ningún país puede negar que estuvo bajo la tutela.

Y este esfuerzo de gobiernos progresistas hace también que puedan pensar por si mismo un modelo diferente, hasta hablar de una segunda independencia. Hablar de soberanía en términos políticos mas fuertes. En donde la injerencia de poderes internacionales, multinacionales, o gobiernos fuertes o poderosos, como los del norte, puedan tener tanta influencia en los países del sur.

Yo siempre suelo decir que posiblemente los EUA se descuidaron un poquito y les surgieron como hongos muchos gobiernos progresistas al mismo tiempo. Y que [los EUA] no podrían permitir que eso fuera creciendo. Para hacer un paralelismo, hace 50 años atrás, el proceso revolucionario cubano fue cercado por los EUA para que no se pudiera extender esa experiencia revolucionaria desde 1959. Y lo mismo ocurrió ahora, [los EUA] no podían pegarse el lujo de que los gobiernos progresistas se fueran extendiendo, y quedaron países o muy pequeños, o pocos (como Perú, Colombia), que eran el centro de operaciones para que estos gobiernos [progresistas] no se fueran extendiendo más.

El mapa político de gobiernos progresistas abarcaba casi 10, 12 países, en una década y eso iba a ir creciendo para Centroamérica, Antillas, caribe. Bueno, y eso hacía con que gobiernos progresistas solidarios con los pueblos, que se iban tejiendo

como nuevas redes de solidaridad y de marcar su soberanía, su independencia, y no podían permitirse que eso fuera creciendo.

Entonces, yo creo que en contraposición viene esta ola de golpes, en honduras, Paraguay, Brasil, y perdidas electorales como en Argentina. Intentos de golpe, como el Bolivia y en Ecuador, que no prosperaron.

Creo que está muy vigente esta campaña de hacer una ruptura de esos gobiernos progresistas.

**ANEXO A - Libelo Acusatório contra o Presidente da República do Paraguai,
Fernando Lugo Méndez**

LIBELO ACUSATORIO

ANEXO

ARTÍCULO 1° INC.) - RESOLUCIÓN H. CÁMARA DE DIPUTADOS N° 1431/2012

1. OBJETO

El Líbello Acusatorio contra el Presidente de la República Fernando Lugo Méndez, se funda en las consideraciones de hecho y de derecho que pasamos seguidamente a exponer:

Nuestra Constitución Nacional, en su Artículo 225, establece:

"El Presidente de la República, el Vicepresidente, los Ministros del Poder Ejecutivo, los Ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, solo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes.

La acusación será formulada por la Cámara de Diputados, por mayoría de dos tercios. Corresponderá a la Cámara de Senadores, por mayoría absoluta de dos tercios, juzgar en juicio público a los acusados por la Cámara de Diputados y, en su caso, declararlos culpables, al solo efecto de separarlos de sus cargos. En los casos de supuesta comisión de delitos, se pasarán los antecedentes a la justicia ordinaria".

2. LOS HECHOS QUE MOTIVAN ESTA ACUSACIÓN

**2.1 ACTO POLÍTICO EN EL COMANDO DE INGENIERÍA DE LAS FUERZAS
ARMADAS**

En el año 2009, con autorización del Presidente Lugo, se realizó una concentración política de jóvenes en el Comando de Ingeniería de las Fuerzas Armadas, el que fue financiado por instituciones del Estado, incluyendo a la Entidad Binacional Yacyreta.

Fernando Lugo, reconoció que la Entidad Binacional Yacyretá financió el encuentro de jóvenes socialistas de la región, llevado a cabo en el Comando de Ingeniería de las Fuerzas Armadas.

Esas instalaciones fueron utilizadas para la reunión de los jóvenes, quienes colgaron banderas con alusiones políticas, llegando a izarse una de ellas en sustitución del pabellón patrio.

Ese acto de naturaleza netamente política y con los exabruptos ampliamente difundidos por los medios de prensa solo pudo ser realizado con la autorización del Comandante en Jefe y prueba de que el Gobierno avaló, instigó y facilitó esos actos políticos dentro del cuartel es que varios importantes funcionarios del Gobierno participaron del evento pronunciando discursos instigando a la lucha de clases, como el pronunciado por el entonces Ministro de la Secretaría de Emergencia Nacional, Camilo Soares.

2.2 CASO ÑACUNDAY

Fue el Gobierno del Presidente Lugo el único responsable como instigador y facilitador de las recientes invasiones de tierras en la zona de Ñacunday. La falta de respuesta de las fuerzas policiales ante las invasiones de supuestos carperos y sin tierras a bienes del dominio privado, solo han sido parte de esa conducta cómplice.

El presidente Lugo ha utilizado a las fuerzas militares para generar un verdadero estado de pánico en toda esa región, violando el derecho de propiedad e ingresando a inmuebles de colonos, so pretexto de realizar el trabajo de amojonamiento de la franja de exclusión fronteriza. Sin embargo, esos trabajos eran acompañados por dirigentes de la Asociación de Carperos, quienes abiertamente dirigían la labor de los técnicos y de los integrantes de las fuerzas militares, que han dado lugar a interminables denuncias de los propietarios y también incontables publicaciones periodísticas referidas a esa situación.

Y mientras esas invasiones se producían y se daban a conocer amenazas de

otras más en otros departamentos de la República, el Presidente Lugo se mostraba siempre con puertas abiertas a los líderes de esas invasiones, como es el caso de José Rodríguez, Victoriano López, Eulalio López, entre otros, dando un mensaje claro a toda la ciudadanía sobre su incondicional apoyo a esos actos de violencia y de comisión de delitos que eran propiciados y desarrollados a través de esas organizaciones.

Fernando Lugo ha sometido las fuerzas militares a los denominados carperos, quienes han realizado todo tipo de abusos, agresiones y atracos a la propiedad privada, a la vista de las fuerzas públicas, quienes no actuaron por la indisimulada complicidad del Presidente de la República con esos agresores.

Los miembros de esta Cámara recordarán lo ocurrido con la Intendente Municipal de Santa Rosa del Monday, María Victoria Salinas Sosa, quien fue víctima de un violento ataque de carperos quienes la golpearon, patearon y destrozaron el vehículo en el que se desplazaba.

2.3 CRECIENTE INSEGURIDAD

El Presidente Lugo ha sido absolutamente incapaz de desarrollar una política y programas que tiendan a disminuir la creciente inseguridad ciudadana.

En estos 4 años de Gobierno, a pesar de los importantes recursos financieros que le fueron proveídos por el Congreso Nacional para potenciar a la fuerza pública, los resultados han sido no solo insatisfactorios sino también ha quedado por demás demostrado la falta de voluntad del Gobierno para combatir al Ejército del Pueblo Paraguayo, que se ha convertido, al amparo y con la complicidad del Gobierno, en el azote de los ciudadanos de los departamentos de Concepción y San Pedro.

Los distintos operativos emprendidos por el Gobierno, muchas veces con gran cobertura periodística, han tenido como único resultado el total fracaso. Nunca en la historia de este país, la Policía Nacional ha tenido tantas víctimas cobardemente asesinadas por los integrantes del EPP y, a pesar de ello, la conducta complaciente del Presidente siguió inalterable.

Todos los Miembros de esta Honorable Cámara de Diputados conocemos los vínculos que el Presidente Lugo siempre ha mantenido con grupos de secuestradores, que anteriormente se vinculaban al movimiento-partido Patria Libre y cuya ala militar hoy se denomina EPP.

Los costosos operativos dispuestos por el Gobierno durante los dos estados de excepción no han dado resultado alguno y, por el contrario, solo ha generado una mayor fortaleza de ese grupo terrorista armado a través del descrédito y las humillaciones a las que fueron sometidas las fuerzas militares y policiales asignadas al operativo.

El Presidente Lugo es el responsable de la creciente inseguridad y es responsable también por haber mantenido por tanto tiempo como Ministro del Interior a una persona absolutamente inepta e incapaz para ocupar ese cargo. Esa ineptitud, sumada a la indisimulada relación cómplice entre el Presidente Lugo y los líderes de la asociación de carperos y otras organizaciones que fueron protagonistas de innumerables invasiones de tierras y otros tipos de agresiones son los que han propiciado y facilitado el lamentable suceso que costara la vida a 17 compatriotas, 6 de ellos pertenecientes a la Policía Nacional y que fueron cruelmente asesinados y a sangre fría por auténticos criminales, que también han incitado y manipulado a campesinos del lugar.

Luego de esa triste jornada, de la que felizmente se tienen importantes datos y filmaciones que han sido generosamente difundidas por distintos medios de prensa, solo se ha tenido una posición absolutamente equívoca del Presidente de la República en relación a lo ocurrido.

Fernando Lugo Méndez y varios de sus ministros, y en especial Miguel López Perito y Esperanza Martínez, han pretendido tratar por igual a los policía cobardemente asesinados y a aquellos que fueron protagonistas de esos crímenes. El derecho a reclamar está consagrado por la Carta Magna pero nadie está autorizado a cometer crímenes so pretexto de reclamar derechos y, menos aún acabar con la vida de policías desarmados.

Esta misma actitud, se manifestó en la conferencia de prensa brindada por Fernando Lugo con relación a lo ocurrido en la estancia Morumbi, en donde ni siquiera tuvo la delicadeza de prometer el castigo de los asesinos de esos policías y de quienes instigaron a los campesinos a tomar las armas so pretexto de luchar por sus derechos.

El Presidente Fernando Lugo está propiciando y fomentando, a través de algunos miembros de su gabinete y de sus cómplices que fungen de dirigentes carperos y otras organizaciones campesinas, un conflicto social de dimensiones impredecibles y que por su comprobada incapacidad no podrá luego solucionar.

Personalmente, desde luego, manifiesto mi convicción de que el camino de la crisis y el conflicto social y armado no será el producto de negligencia o simple impericia del Presidente sino directamente el objetivo que el mismo ha buscado durante el tiempo que fue obispo y que hoy pretende desarrollar para proyectar y consolidar su anhelo de un régimen autoritario, sin libertades, con la aniquilación de la libertad de prensa y la imposición del partido único que profesan los enemigos de la democracia y los adherentes del socialismo del Siglo XXI.

Fernando Lugo y sus ministros deben respetar el derecho de todos los ciudadanos pero resulta inadmisibles e injustificables que pretendan poner en pie de igualdad a los criminales y a sus víctimas, a los asesinos y a los policías que fueron cobardemente asesinados.

Mientras los familiares lloran por sus muertos, Fernando Lugo debe estar reuniéndose con los cabecillas e instigadores de los sucesos ocurridos el viernes pasado en Curuguaty y no se visualiza posibilidad alguna de que Fernando Lugo rectifique su conducta, que ya ha costado decenas de vidas de compatriotas que han caído víctimas de la inseguridad que él mismo se ha encargado y esforzado de generar.

2.4 PROTOCOLO DE USHUAIA II

Este documento constituye UN ATENTADO CONTRA LA SOBERANÍA de la República del Paraguay y ha sido suscrito por el Presidente FERNANDO LUGO MENDEZ con el avieso propósito de obtener un supuesto respaldo en su descarada marcha contra la institucionalidad y el proceso democrático de la República.

Dicho documento ya ha motivado un pronunciamiento de la Comisión Permanente del Congreso Nacional, destacándose la falta de transparencia en el procedimiento que dio lugar a la firma del documento y a su contenido al punto que hasta la fecha, el Poder Ejecutivo no lo ha remitido al congreso para su conocimiento y consideración. A través de ese documento, los países vecinos podrían cortar el suministro de energía a la República del Paraguay.

El documento firmado en Montevideo, en diciembre de 2011, para remplazar al Protocolo de Ushuaia (Carta Democrática del Mercosur), tiene sus orígenes en un documento previo, presentado ante la Unasur (Unión de Naciones Suramericanas), que fue pergeñado por los presidentes de la región para protegerse unos a otros.

La principal características del Protocolo de Ushuaia II es la identificación del Estado con la figura de los presidentes para, en el nombre de la "defensa de la democracia", defenderse unos a otros.

2.5 CASO MATANZA CURUGUATY

Ha quedado demostrado con los hechos acaecidos en los Campos Morombi, Curuguaty, Departamento de Canindeyú, la patente inoperancia, negligencia, ineptitud e improvisación de este gobierno liderado por Presidente Fernando Lugo Méndez, que amerita la acusación de la Cámara de Diputados por mal desempeño de funciones ante la Cámara de Senadores.

Fernando Lugo, hoy por hoy representa lo más nefasto para el pueblo paraguayo, que se encuentra llorando la pérdida de vidas inocentes debido a la criminal negligencia y desidia del actual Presidente de la Republica, quien desde que asumió la conducción del país, gobierna promoviendo el odio entre los paraguayos, la lucha violenta entre pobres y ricos, la justicia por mano propia y la violación del derecho de propiedad, atentando de ese modo permanentemente contra la Carta Magna, las instituciones republicanas y el Estado de Derecho.

No cabe duda que la responsabilidad política y penal de los trágicos eventos registrados 15 de junio del presente año, que costó la vida de 17 ciudadanos paraguayos entre policías y campesinos, recae **en el Presidente de la República, Fernando Lugo**, que por su inacción e incompetencia, dieron lugar a los hechos acaecidos, de conocimientos públicos, los cuales no necesitan ser probados, por ser hechos públicos y notorios.

El incidente no surgió espontáneamente, fue una emboscada a las fuerzas de seguridad; fue algo premeditado, producto de un plan debidamente concebido, planificado y llevado a la práctica, gracias a la complicidad e inacción del Gobierno de Fernando Lugo, responsable directo de la crisis que hoy atraviesa nuestra amada Patria.

Ya desde la Honorable Cámara de Diputados se levantaban voces de advertencia, ya se avizoraba lo que hoy es una realidad, la pérdida de vidas humanas.

Hoy, podemos afirmar que este es el final que deseaba Fernando Lugo, este fue siempre el plan ideado por el mismo, con la única finalidad de crear las condiciones de crisis social y, conmoción interna que justifiquen un asalto del presidente Fernando

Lugo y sus seguidores a las instituciones de la República, con el propósito de instalar un régimen contrario a nuestro sistema Republicano. Este deseo desmedido, hoy nos hace lamentar las pérdidas de vidas humanas, en una cantidad nunca antes vista en la historia contemporánea de la República del Paraguay.

Todas las evidencias, que son públicas, nos demuestran que los acontecimientos de la semana pasada no fueron fruto de una circunstancia derivada de un descontrol ocasional, por el contrario, fue un acto premeditado, donde se embosco a las fuerzas del orden público, gracias a la actitud cómplice del Presidente de la Republica, quien hoy no solo debe de ser removido por juicio político, sino que debe de ser sometido a la Justicia por los hechos ocurridos, a fin de que esto sirva de lección a futuros gobernantes.

Estos grupos extremistas, como el autodenominado Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP) o los mal llamados Carperos, se fortalecieron día a día gracias a la incompetencia y complacencia de Fernando Lugo, que en lugar de combatirlos, como era su obligación, los recibía y apadrinaba. No cabe la menor duda que Fernando Lugo ha fortalecido a estos grupos criminales, quienes hoy no solo desafían y amenazan abiertamente a los ciudadanos honestos, sino que llegan a lo más bajo que puede caer un ser humano, que es atentar contra la vida de otro. Tan poco hoy importa al Presidente Lugo el Estado de Derecho y la vida humana, que en lugar de enderezar rumbos, se mantiene en su posición, manifestando que seguirá reuniéndose con estos criminales.

Fernando Lugo es el directo responsable de que hoy nuestro país esté viviendo días de luto. Tanto él como su incapaz ex Ministro del Interior Carlos Filizzola, deben responder ante la ciudadanía por los trágicos acontecimientos registrados en el Departamento de Canindeyú.

No existe voluntad alguna de combatir estas formas de violencia, que tanto daño ya ha causado a nuestra sociedad, es por ello que debemos de cumplir con nuestra obligación Constitucional, e iniciar el proceso de juicio político por mal desempeño contra el Presidente de la República, quien desde que asumió el Gobierno ha instado al incumplimiento de órdenes judiciales de desalojo, así como a la promoción de mensuras judiciales sin mediar juicio entre las partes, o abasteciendo de provisiones y enseres a los ocupantes de tierras han sido los signos que marcaron las acciones y el temperamento de este Gobierno.

3. PRUEBAS QUE SUSTENTAN LA ACUSACIÓN

Todas las causales mencionadas más arriba, son de pública notoriedad, motivo por el cual no necesitan ser probadas, conforme a nuestro ordenamiento jurídico vigente.

4. CONCLUSIÓN

El Presidente de la Republica Fernando Lugo Méndez ha incurrido **en mal desempeño de sus funciones** en razón de haber ejercido el cargo que ostenta de una manera impropia, negligente e irresponsable, trayendo el caos y la inestabilidad política en toda la Republica, generando así la constante confrontación y lucha de clases sociales, que como resultado final trajo la masacre entre compatriotas, hecho inédito en los anales de la historia desde de nuestra independencia nacional hasta la fecha, en tiempo de paz.

La causal de mal desempeño en sus funciones aparece en su actitud de desprecio ante el derecho y las instituciones republicanas, socavando los cimientos del Estado Social del Derecho proclamado en nuestra Carta Magna. Su complaciente actuar lo hace cómplice por acción y omisión en todos los casos antes citados, que legitiman la presente acusación.

5.- DERECHO

Se funda la presente acusación por mal desempeño de funciones de conformidad a lo establecido en el Artículo 225 de la Constitución Nacional.

6. PETITORIO

6.1.- Definitivamente, la gestión del presidente Fernando Armindo Lugo Méndez ha perjudicado enormemente los intereses supremos de la Nación, que de continuar, apeliagra gravemente la convivencia pacífica del pueblo paraguayo y la vigencia de los derechos y garantías constitucionales, por lo que se halla sobradamente justificada hacer lugar a la presente acusación contra el presidente Fernando Armindo Lugo Méndez por la Honorable Cámara de Senadores, por mal

desempeño de funciones.

6.2.- En mérito a los argumentos precedentemente señalados dicten resolución, declarando culpable al presidente Fernando Armino Lugo Méndez, y en consecuencia, separarlo del cargo que ostenta, de conformidad a lo establecido en el Artículo 225 de la Constitución Nacional

6.3.- En consecuencia remitir los antecedentes a la Justicia Ordinaria.